



UFMS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
DO SUL**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL:
um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO**

Aquidauana-MS
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DE AQUIDAUANA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO
AQUIDAUANA - MS

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL:
um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO**

Aquidauana-MS
2007

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL:
um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia na área de concentração Produção do Espaço Regional e linha de pesquisa Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. **Francisco José Avelino Junior**

Aquidauana-MS
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

JOSÉ CARLOS DE MIRANDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL:
um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO**

Dissertação apresentada a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia na área de concentração Produção do Espaço Regional e linha de pesquisa Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 04 / 12 /2007

BANCA DE EXAME

Prof. Dr. Francisco José Avelino Júnior

Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto

Prof^a. Dr^a. Alzira Salete Menegat

Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Valdirene Cássia da Silva, pela caminhada percorrida ao meu lado desde os trabalhos de iniciação científica, desenvolvidos na graduação, até a elaboração do projeto de dissertação, com quem tenho a honra de tê-la comigo.

Aos moradores do Assentamento Coqueirinho, que com muita gentileza cederam dados sobre o que fazem, suas histórias, seus sonhos, por te me dado “de comer e de beber” e por me tornar parte de suas vidas. Sem eles nada disso teria acontecido.

Aos representantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), pelas informações sobre o sistema organizacional da produção no assentamento.

Esta dissertação é resultado de muito trabalho, cujo mérito não está somente em um esforço pessoal. Entretanto, pode-se dizer que ele é partilhado com todas as pessoas que convivi, pelas contribuições, pelas idéias, ou somente pela paciência em ouvir, assim, a todos de meu convívio muito obrigado.

O meu muito obrigado vai também para Francisco José Avelino Júnior, pela orientação, pela paciência, e pelo “deixar correr”. Sem você certamente, este trabalho não teria esta face.

Aos professores do mestrado da UFMS de Aquidauana e colegas de turma responsáveis pelas discussões de conceitos e temas, por discordarem e/ou retificarem os pressupostos do meu pensar, a opinião de vocês trouxe-me a reflexão.

Ao senhor Ronaldo Lima que efetivou a correção deste texto.

Agradeço a Deus pela graça recebida ao concluir mais esta etapa em minha vida.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar o desenvolvimento rural e a agricultura familiar que tiveram como palco o desmembramento de uma fazenda, de nome Coqueirinho, comprada pelo Governo do Estado, no município de Palmas/TO, na qual uma parte foi doada para a instalação de um assentamento de ocupação agrária, a partir de 1993. Esta apresentação faz parte de uma pesquisa sobre o sistema organizacional da produção agrícola, tendo como foco de observação a experiência vivida no meio destes trabalhadores rurais. Para elaboração deste texto utilizamos os dados das fontes citadas, no decorrer da dissertação, bem como as informações levantadas pela pesquisa. E apresentamos alguns elementos metodológicos que, associados à discussão do tema deste desenvolvimento poderão dar consistência aos argumentos apresentados. Propõe-nos uma reflexão sobre a importância nos assentamentos agrícolas do envolvimento sustentável baseado em três pilares entrelaçados: sócio/econômico/ambiental. Sugere a adoção de uma perspectiva de análise do desempenho econômico na produção do assentamento, partindo do conceito de sustentabilidade econômica que não contrapõe tradição e inovação e admite que o movimento de assentamentos seja um processo que favorece a adoção de novas tecnologias, mas, quando a sustentabilidade é evidenciada, ela tem como base os conhecimentos ou experiências anteriores dos assentados consubstanciados nos arranjos sociais. Sendo assim, este trabalho analisa os fatores que contribuíram para a implantação e o sucesso do Assentamento Coqueirinho, o qual pode ser considerado um empreendimento inovador, que buscou novas alternativas de mercado para garantir a continuidade da produção na organização sistêmica, conforme evidenciaram os resultados da pesquisa.

Palavras-chaves: Agricultura familiar. Assentamento. Ordenamento produtivo.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to examine rural development and family farming that took place as the collapse of a farm, the name Coqueirinho, purchased by the state government, in the municipality of Palmas / TO, in which a portion was donated for the installation of a settlement of land occupation, from 1993. This presentation is part of a search on the organizational system of agricultural production, with the focus of the observation experience in the middle of rural workers. In preparing this text using the data of the sources cited in the course of the dissertation, and the information raised by the search. And presenting some methodological elements that associated with the discussion of the subject of this development may give consistency to the arguments presented. Proposes us a reflection on the importance of involvement in sustainable farming settlements based on three pillars intertwined: socio / economic / environmental. It suggests the adoption of a perspective of analysis of the economic performance in the production of the settlement, based on the concept of economic sustainability than contrasts tradition and innovation and admits that the movement of settlements is a process that promotes the adoption of new technologies, but when the sustainability is evidenced, it is based on previous experience or knowledge of the settlers within social arrangements. Therefore, this work examines the factors that contributed to the implementation and success of the Assentamento Coqueirinho, which can be considered an innovative venture, which sought new alternative market to ensure the continuity of production in the systemic organization, as highlighted search results.

Key-Words: Agriculture family. Settlement. Planning productive.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Localização do Assentamento Coqueirinho	17
Figura 02: Avenida Gurupi – TO	26
Figura 03: Rua e becos da cidade de Natividade – TO	26
Figura 04: Avenida de Palmas	26
Figura 05: Palmas: última capital planejada do século. XX. A Avenida Theotônio Segurado, com amplo canteiro	28
Foto 01: A criação de galinhas é uma constante nas famílias do assentamento	31
Foto 02: Criação de pequenos animais pelas famílias do assentamento.....	31
Foto 03: A abertura da estrada pavimentada proporcionou um fluxo maior de mercadorias.....	32
Foto 04: Pequenos agricultores assentados vivem da venda de produtos das hortas.....	33
Figura 06: Duas rodovias fazem ligação entre o urbano e o rural	38
Foto 05: Aplicação, observação e coleta de dados.....	46
Foto 06: Modelos de construções do Coqueirinho	49
Foto 07: O associativismo gerou este laticínio administrado pela ASCABRAS.....	55
Foto 08: Os buracos ainda chamam muito a atenção dos usuários do assentamento e visitantes	57
Foto 09: A pecuária encontra-se estagnada pelo tamanho da propriedade	64
Foto 10: O milho é uma cultura muito viva para os assentados	66
Foto 11: A mandioca é um bom indicador da presença das culturas tradicionais	67
Foto 12: O cultivo de hortaliças se mostra bastante efetivo	70
Foto 13: A água continua sendo prioridade, daí o seu armazenamento.....	70
Foto 14: No solo a base para a sustentabilidade familiar.....	71
Foto 15: Os suínos fazem parte da cadeia alimentar e do excedente a ser comercializado.....	73
Foto 16: Os caprinos são importantes para os rendimentos das propriedades.....	76
Foto 17: As galinhas ocupam lugar de destaque nas propriedades.....	77
Foto 18: Desmatamento, cercas e armas	82
Figura 07: Equilíbrio na distribuição das idades dos moradores	83
Foto 19: Uma das formas para o destino de lixo	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Entrevistas	47
Gráfico 02: Tamanho da Propriedade.....	48
Gráfico 03: Tipo de construção	49
Gráfico 04: Tempo de residência.....	50
Gráfico 05: Nº de pessoas por grau de escolaridade	51
Gráfico 06: Tipo de transporte.....	52
Gráfico 07: Meios de comunicação	53
Gráfico 08: Programa de governo	54
Gráfico 09: Associativismo	55
Gráfico 10: Estradas	56
Gráfico 11: Estradas	59
Gráfico 12: Posto de saúde: distância das propriedades.....	60
Gráfico 13: Posto de saúde: problemas	61
Gráfico 14: Agente de saúde: visitas	61
Gráfico 15: Plantas medicinais	62
Gráfico 16: Associativismo	62
Gráfico 17: Uso e ocupações da propriedade	63
Gráfico 18: Área plantada.....	64
Gráfico 19: Arroz: quantidade produzida.....	65
Gráfico 20: Feijão: quantidade produzida	66
Gráfico 21: Milho: quantidade produzida	67
Gráfico 22: Mandioca: quantidade produzida	69
Gráfico 23: Hortaliças: Área plantada e quantidade produzida.....	69
Gráfico 24: Práticas agrícolas utilizadas	71
Gráfico 25: Abelhas: quantidade de caixas	72
Gráfico 26: Rebanho bovino: quantidade de cabeças.....	73
Gráfico 27: Suínos: quantidade de cabeças	74
Gráfico 28: Ovinos: quantidade de cabeças	75
Gráfico 29: Caprinos: quantidade de cabeças.....	76
Gráfico 30: Avinos: quantidade de cabeças	78
Gráfico 31: Transporte utilizado para escoar a produção.....	78

Gráfico 32: Linha de crédito.....	79
Gráfico 33: Renda fora da propriedade	80
Gráfico 34: Renda familiar	81
Gráfico 35: Propriedade: documentos de posse	82
Gráfico 36: Lixo: destino.....	83
Gráfico 37: Problemas ao ambiente.....	84
Gráfico 38: Reserva legal	85

LISTA DE SIGLAS

AMATUR	Agência de Meio Ambiente e Turismo de Palmas.
APALCO	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Coqueirinho
APPs	Áreas de Proteção Permanente
ASCABRAS	Associação dos Criadores de Cabras
BR	Belém-Brasília
D – M – D	Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro
EUA	Estado Unidos da América
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto de pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERTINS	Instituto de Terras do Tocantins
JC	José Carlos
M – D – M	Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONGs	Organizações não Governamentais
PETI	Programa de Erradicação do trabalho Infantil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
SANEATINS	Companhia de Saneamento do Tocantins
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNITINS	Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	18
1 POVOAMENTO	19
1.1 O povoamento da área indígena: sécs. XVI/II	19
1.2 O povoamento do norte de Goiás: mineração aurífera (Século XVIII)	21
1.3 O povoamento marginal da Rodovia Belém-Brasília; BR-153 (Século XX)	24
1.4 O povoamento moderno de Palmas (Séculos XX-XXI).....	27
1.5 O povoamento do distrito de Taquaruçu	29
1.6 O povoamento da capital à luz do capital	33
1.7 O povoamento do Assentamento Coqueirinho	35
CAPÍTULO II	37
2 ASSENTAMENTO COQUEIRINHO	38
2.1 Assentamento Coqueirinho: a formação do espaço	38
2.2 Assentamento Coqueirinho: reflexões teóricas sobre a agricultura familiar	40
CAPÍTULO III	44
3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTO DE PESQUISA	45
3.1 Identificação	47
3.1.1 Identificação das propriedades	47
3.1.2 Nível de escolaridade.....	50
3.1.3 Tipo de transporte	51
3.1.4 Comunicação	52
3.1.5 Programas de governo	53
3.1.6 Associativismo	54
3.2 Infra-estrutura	56
3.2.1 Estradas.....	56
3.2.2 Escolas.....	57
3.2.3 Saúde	59
3.3 Produção agropecuária	63

3.3.1 Agricultura.....	64
3.3.1.1 Arroz	64
3.3.1.2 Feijão.....	65
3.3.1.3 Milho.....	66
3.3.1.4 Mandioca.....	67
3.3.1.5 Hortaliças	69
3.4 Conservação do Solo e da Água	70
3.4.1 Práticas conservacionistas	71
3.5 Produção Animal.....	72
3.5.1 Apicultura	72
3.5.2 Bovinocultura	72
3.5.3 Suinocultura.....	73
3.5.4 Ovinocultura	74
3.5.5 Caprinocultura	75
3.5.6 Galináceas.....	77
3.5.7 Transporte da produção	78
3.5.8 Financiamento	78
3.5.9 Outras fontes de renda	79
3.6 Situação fundiária	81
3.7 Meio ambiente.....	82
3.7.1 Recursos Naturais.....	83
 CAPÍTULO IV.....	 86
4 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	87
4.1 Dimensão ambiental	90
 CAPITULO V	 92
5 AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	93
5.1 O lugar do agricultor familiar no processo de globalização.....	93
5.2 Desenvolvimento rural	98
5.3 Desenvolvimento rural sustentável	99

5.4 Desenvolvimento local	100
5.5 Mudanças: um novo rural é possível	101
 CONCLUSÃO	 106
 REFERÊNCIAS	 108
APÊNDICES	114
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que esse Alvará virem que, tendo criado pelo Alvará de 18 de março de 1809 uma nova comarca na Capitania de Goiás [...] hei por bem criar uma vila no sítio da Barra da Palma, a qual ficará sendo a cabeça da comarca de São João das Duas Barras, tendo a referida vila a denominação de vila de São João da Palma, a qual gozará de todos os privilégios e prerrogativas que pelas leis e usos dos meus reinos gozam as mais vilas e seus habitantes [...] Dado no Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro de 1814, Príncipe. (Príncipe Regente D. João, 1809) (ALMANAQUE..., 2002, p. 02)¹

Este Alvará nos remete á 18 de março de 1809, data em que foi ratificada a divisão jurídica da Província de Goiás e a Comarca do Norte. O Alvará de 18 de março de 1809 foi fruto das lutas e do sentimento autonomista dos habitantes do norte de Goiás, liderados por Teotônio Segurado. O Alvará determinava a formação da Comarca do Norte em nove distritos: Traíras, Cavalcante, São Félix, Flores, Arraias, São João da Palma, Conceição, Natividade e Porto Real. A sede da comarca foi estabelecida em São João das Duas Barras, depois chamada de Comarca da Palma, e Teotônio Segurado indicado ouvidor da nova comarca pela Carta Régia de 21 de julho de 1809. Para Silva (1997, p.40) “estava plantada, pois, a semente da sonhada Província do Tocantins e do hoje Estado do Tocantins”.

Sabe-se que esta data ratificou a divisão jurídica da Província de Goiás em duas comarcas: a Comarca de Goiás e a Comarca do Norte. O governador da época, Francisco de Assis Mascarenhas, acreditou que esta divisão contornaria o problema de gastos com a administração da Província, que naquela época estava em crise, posto que a arrecadação fiscal com a decadência da exploração aurífera já havia deixado de ser um negócio rendoso. Esta divisão concretizava, também, “um projeto velho em que tinham investido todos os capitães-generais, como necessidade que a boa administração da Justiça reclamava” (ALENCASTRE, 1979, p. 284).

O Alvará de 18 de março de 1809 determinou que a sede da nova comarca se estabelecesse em São João das Duas Barras e que sua jurisdição se estendesse aos julgados de Porto Real, Traíras, Cavalcante, São Félix, Flores, Arraias, Conceição, Natividade, sendo o desembargador Joaquim Teotônio Segurado, ouvidor da capitania de Goiás desde 1804,

¹ Fragmentos do Alvará de 18 de março de 1809, assinado pelo Príncipe Regente D. João. O documento “é fruto das lutas e do sentimento autonomista dos habitantes do Norte de Goiás, liderado por Theotônio Segurado. O Alvará determinava a formação da Comarca do Norte em nove distritos: Traíras, Cavalcante, São Félix, Flores, Arraias, São João da Palma, Conceição, Natividade e Porte Real. A sede da nova comarca foi estabelecida em São João das Duas Barras (depois chamada Comarca da Palma, hoje Paranã) e Segurado indicado ouvidor da nova Comarca pela Carta Régia de 21 de julho de 1809” (Almanaque Cultural do Tocantins, 2002, p.12, ano 2, nº 4).

designado pra o seu governo.

Segurado, ao assumir a Comarca do Norte tratou imediatamente de mudar a sede para a vila da Barra da Palma, por estar situada mais central e mais próxima à população. Demonstrou-se, ainda, preocupado com o aproveitamento da navegação comercial do rio Tocantins, economicamente mais vantajosa pra os comerciantes do norte de Goiás. Estas preocupações de Segurado, do ponto de vista político-administrativo e econômico, têm seu momento mais expressivo com a proclamação de 14 de setembro de 1821, quando conclamou todos os palmenses a sacudir o jugo do capitão-general Sampaio, instalado na sede da província de Goiás.

Devido às arbitrariedades do Governo da Comarca de Goiás, em 14 de setembro de 1821, as lideranças políticas elegem uma Junta Provisória de Governo para transformar a Comarca em Província de Palma. O arraial de Cavalcante é definido como vila capital da Província da Junta. Segurado conclama à união o povo nortense.

Habitantes da Comarca de Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou mal delineado, ou por ser rebatido por força superior eles continuam na escravidão, a até um dos principais habitantes desta comarca ficou em ferros. Sejam livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição (THEOTÔNIO SEGURADO, 1821 apud ALMANAQUE..., , 2002, p. 13)²

Muitas gerações compartilharam o sonho de ver o norte de Goiás independente. O sentimento separatista tinha justificativas históricas. Os nortistas reclamavam da situação de abandono, exploração econômica e do descaso administrativo e não acreditavam no desenvolvimento da região sem o seu desligamento do Sul.

O artigo 13 das Disposições Transitórias do Projeto da Nova Constituição, aprovado em 27 de julho de 1988, criando o Estado do Tocantins, tornava o sonho quase real. Mas ele se transforma em realidade quando sua criação foi legitimada, com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Finalmente, os tocantinenses puderam afirmar: “*Co yvy ore retama*”. “Esta terra é nossa”! A frase não é só um impresso no brasão do Tocantins, mas significa o desfecho vitorioso da luta pela sua criação que viria determinar seu destino.

Criado o Estado do Tocantins, vem à tona a sua história. Conhecendo-a, seu povo

² Fragmentos do discurso de Theotônio Segurado, conclamando à união do povo nortense, em 14 de setembro de 1821, em ocasião da criação da Junta Provisória de Governo, promovida pelas lideranças políticas, com o objetivo de transformar a Comarca na Província da Palma (Almanaque Cultural do Tocantins, 2002, p. 13, ano 2, nº 4).

se percebe com identidade própria. E conhecer a História do Tocantins é muito mais do que só saber sobre sua criação. É também buscar entender o Tocantins dentro do contexto da história geral do Brasil e, principalmente, suas particularidades, onde se configuram sua formação social, as formas de resistências e as buscas de alternativas da população diante das adversidades encontradas em seu caminho.

O foco do trabalho foi construir um olhar sobre o interrelacionamento coletivo das famílias Assentamento Coqueirinho, na região da microbacia do córrego Taquaruçu, munípio de Palmas – Capital do Tocantins, e como esta reciprocidade contribui para um vivenciar experiências melhores que as vividas em seus locais de origem. O contexto motivador foi a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, numa perspectiva de buscar alternativas para fixar o homem no campo, proporcionando-o uma vida digna e um crescimento social compatível com as emergências da atualidade. De forma específica, o problema central abordado nessa pesquisa é compreender como vivem os moradores do Coqueirinho e analisar o sistema organizacional da produção no assentamento.

O trabalho está dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo trata do povoamento das terras do antigo norte goiano à luz dos processos de avanço sobre as terras indígenas, 1600 em diante, de mineração, a partir de 1730, e o caráter urbano dos inícios da efetiva ocupação, a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1961. Moldado neste sistema de ocupação, de caráter urbano, a criação de Palmas, capital do Estado se efetivou. E no bojo desta criação tivemos, então, a ocupação do seu entorno, onde o Assentamento Coqueirinho foi instalado (Figura 01).

No capítulo dois, trás à luz o histórico do Assentamento Coqueirinho, sua organização sócio-espacial, a agricultura familiar como instrumento de produção e distribuição de renda e a participação das famílias assentadas no cotidiano da cidade de Palmas.

O capítulo três apresenta a metodologia utilizada para a condução da pesquisa de campo, análise e interpretação dos dados. A fundamentação teórica e as sugestões deste estudo foram definidas a partir dos dados obtidos com a aplicação de questionários nas 173 propriedades que formam o Assentamento Coqueirinho e respondidos em sua totalidade.

No capítulo 4 foi desenvolvida uma análise do cenário atual, onde foram verificados os fatores que contribuíram para a efetivação do Assentamento como um lugar de realização dos anseios daqueles que buscaram uma integração com uma nova área.

No Capítulo 5 fizemos uma explanação sobre agricultura familiar, desenvolvimento rural, desenvolvimento rural sustentável e desenvolvimento local como

ferramentas que se bem cuidadas podem fazer a diferença na implantação de um novo rural.

E mostramos, à base de conclusão, o quanto é importante a valorização do saber de uma dada comunidade a respeito do ambiente em que vive. Os resultados encontrados possibilitaram uma aproximação com a realidade de modo a orientar o planejamento de ações para outros assentamentos humanos.

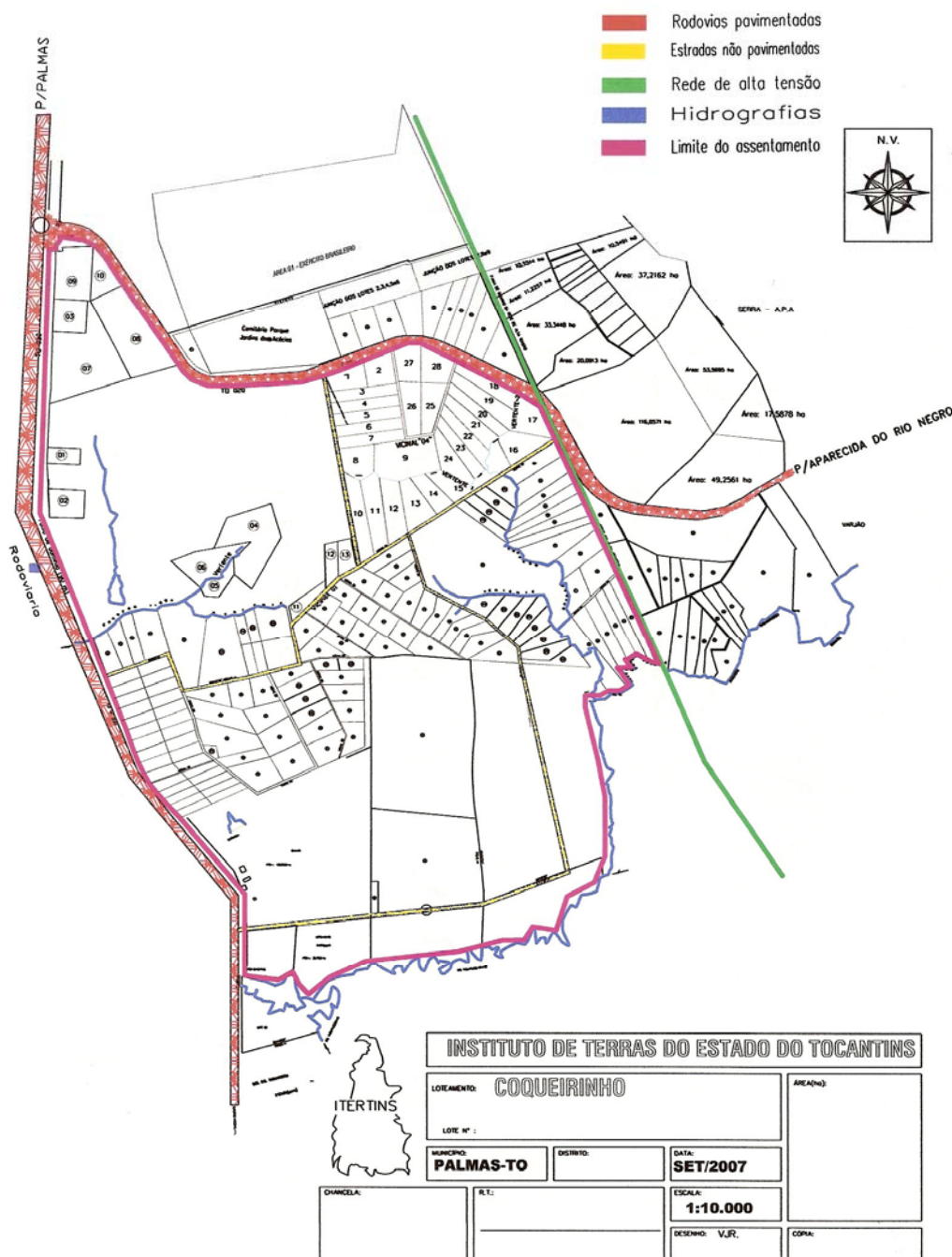


Figura 01: Localização do Assentamento Coqueirinho
Fonte: (AUTOR, 2007)

CAPÍTULO I

1 POVOAMENTO

1.1 O povoamento da área indígena: sécs. XVI/II

Os primeiros estranhos a alcançar o território ocupado pelos índios foram os jesuítas que, entre 1633 e 1658, empreenderam quatro entradas Tocantins acima, a fim de convencerem os índios a irem para as aldeias do Pará. À medida que os caminhos pelos rios Araguaia e Tocantins foram sendo abertos, os contatos com os grupos indígenas que habitavam esta região foram-se tornando mais constantes e as referências aos índios cada vez mais precisas (MARTINS, 1993).

Os rios Araguaia e Tocantins tiveram várias expedições coloniais a percorrer suas águas no primeiro quarto do século XVIII, vindas não apenas do sul, mas também do Maranhão e Pará, que disputavam a posse da rica região aurífera recentemente descoberta pelos bandeirantes de São Paulo no sul de Goiás. Até o final do século XVIII os índios entraram diversas vezes em contato hostil com os estranhos, empreendendo as fugas pelo Tocantins para apoderarem-se de suas ferramentas.

Esse fato marcou a entrada dos índios em contato permanente com a sociedade nacional.

Em 1831 seria fundada Boa Vista, que se tornaria a atual Tocantinópolis-TO, reunindo uma pequena população nordestina, provavelmente constituída por elementos refugiados dos freqüentes conflitos entre chefes políticos nordestinos (SILVA, 1997).

Em fins do século XIX, a ocupação da região dos índios adquiriu caráter mais sistemático, iniciando a história dos conflitos pela posse da terra no local. Ao mesmo tempo em que a população estranha aumentava, os índios sofriam uma diminuição em seu contingente populacional. Assim os índios, que até então haviam sido o grupo humano mais expressivo da região ingressam no novo século como uma minoria inexpressiva frente aos ocupantes regionais em pleno processo de ocupação fundiária.

Nos primeiros anos do século XX, a região conhecida como “Bico do Papagaio”/TO foi alcançada por uma frente extrativista de babaçu, que veio se juntar à pecuária como uma das principais atividades econômicas. Nesta região, diferentemente do que ocorria nas zonas de extração de borracha e castanha, pouco mais ao norte, nenhuma atividade econômica adquiriu hegemonia sobre as outras. A pecuária perdeu a força quando a

frente de expansão nordestina atravessou o Tocantins, devido às dificuldades de transporte do gado para os mercados consumidores do nordeste.

O babaçu, de menor preço e não sofrendo com as variações do mercado internacional, como a borracha e a castanha, jamais chegou a envolver o conjunto da população do município. Assim o povoamento do território indígena ocorreu de maneira relativamente constante durante o século XX, sem bruscas mudanças econômicas e sociais. Essa situação foi essencial para a sobrevivência dos índios, ainda que com a população significativamente diminuída nos últimos anos do século XIX.

Entre 1928 e 1937, Nimuendajú (Curt Nimuendajú nasceu em Jena, na Alemanha, em 1883. Seu sobrenome era Unkel. Veio para o Brasil em 1903. Nimuendajú, nome que passou a usar em sua assinatura, e com o qual se naturalizou brasileiro, recebeu-o dos guaranis. De 1905 a 1945, quando morreu, esteve em pesquisa de campo todos os anos, com exceção do período 1943-44, por motivo de saúde) visitou várias vezes os índios, apresentando um relato bastante pessimista da situação fundiária de então no território indígena (SILVA, 1997):

[...] de seu antigo território, dificilmente uma parte sequer dele está em posse das tribos, pois os colonos neo-brasileiros estão espalhados por todo o seu habitat hereditário, ainda que esparsamente. Até cerca de 20 anos atrás, não ocorrera a nenhum índio suspeitar que isso representasse algum perigo para seu próprio futuro. Pelo contrário, eles aceitaram de bom grado, por seu valor aparente, os protestos de amizade dos intrusos, e quando abriram seus olhos já era muito tarde todo o seu território tem agora senhores estranhos, e o pouco que sobrou corre perigo de ser apropriado algum dia por algum fazendeiro suficientemente poderoso e sem escrúpulos (Nimuendajú).

A possibilidade de certa convivência entre os índios e regionais era dada pela própria forma de ocupação da região pela sociedade nacional: uma população dispersa, vivendo basicamente da agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte e extração, em pequena escala, de babaçu. Esta população pôde manter relações personalizadas com os índios, como, por exemplo, as relações de compadrio, comum nas zonas camponesas do país. Este tipo de relação nunca foi possível, por exemplo, em zonas de extração de castanha-do-Pará e de borracha, onde a organização do trabalho no regime de barracão impediu qualquer contato individualizado com os índios.

Esta era, basicamente, a natureza da ocupação do território indígena por estranhos até a década de 1940, excetuando-se o limite leste, Nazaré/TO, ocupado por criadores de gado. Até 1940 são constantes também os registros de epidemias (sarampo, febre, varicela) que dizimaram grande parte da população indígena.

Em 1976, o antropólogo Roberto da Matta (professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde dirigiu o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e foi chefe do Departamento de Antropologia. Atualmente é professor de Antropologia da Universidade de *Notre Dame* (EUA). É autor de *Carnavais, malandros e heróis* e *A casa & a rua, universo do carnaval*. Seus livros *O que faz o Brasil, Brasil?*, *Relativizando*, *Explorações: ensaios de antropologia interpretativa* e *Conta de Mentiroso* foram publicados pela Rocco) anotou que os índios consideravam a coleta de babaçu como um “mal necessário”: coletar e quebrar coco era para eles uma atividade marcadamente negativa quando comparada às atividades tradicionais de caça e agricultura. Primeiro por ser uma atividade de coleta e segundo por ser uma atividade orientada para a venda que não implica nas mesmas obrigações sociais que a caça e a agricultura (SILVA, 1997).

Se o processo de ocupação do território indígena vem se dando desde o final do século XVIII, acentuando-se no início do século XX, ele foi sem dúvida intensificado com a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na região norte de Goiás, principalmente depois da construção da rodovia Belém-Brasília, que cortam o território indígena. Ao longo desta última estrada existiam até a demarcação física da área indígena, em 1985, pequenos núcleos de moradores onde antes estavam situados os acampamentos de obras. Estes núcleos que viviam da venda de refeições, café, cachaça aos usuários da estrada trouxeram inúmeros problemas para os índios, servindo como pólo de prostituição e transmissão de doenças, além de terem devastado o seu entorno em 10 anos de existência, o que os índios não fizeram em mais de duzentos anos de ocupação.

1.2 O povoamento do norte de Goiás: mineração aurífera (Século XVIII)

De colonização tardia, a área correspondente ao atual estado do Tocantins, teve seu efetivo processo de ocupação e povoamento exatamente dois séculos após a ocupação efetiva do Brasil. Isto porque em época de transporte marítimo era jus fazer-se produção à beira mar e o avanço para o sertão fazer-se a medida que as terras litorâneas fossem ocupadas. Para tanto, deve considerar-se que o processo no Brasil foi desencadeado na década de 1530, sendo que no território do antigo norte goiano isto só veio ocorrer na em 1730. Isto se levarmos em conta o surgimento do primeiro arraial desse território em 1734. Trata-se do aglomerado urbano que deu origem à atual cidade de Natividade, hoje considerada patrimônio

cultural da União, tombada em 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (SILVA, 1997).

Entretanto, a diferenciação entre o processo brasileiro e o “tocantinense” não se deu somente no distanciamento cronológico, mas também no caráter da ocupação e do povoamento em si. É que, enquanto o caso brasileiro verificou-se com características predominantemente agrárias, o processo tocantinense ocorreu com características urbanas, em função da própria natureza da atividade mineradora que ensejou essa ocupação. Recorde-se que o território aqui chamado “tocantinense” àquela época representava a parte mais setentrional da então Capitania de Goiás, cujas primeiras descobertas ao Sul haviam ocorrido no ano de 1725, um pouco depois das minas do Cuiabá (1718). Essas, por sua vez, foram descobertas um pouco depois dos achados das Minas Gerais, que se verificaram ainda na década de 1690.

Exemplificando essa aludida diferenciação entre o caráter agrário presente no início do povoamento brasileiro e o urbano tocantinense, vale trazer o ponto de vista de Canabrava (1973, p. 192-217), que escreve “[...] foi por intermédio da grande lavoura, sobretudo, que se processou a ocupação e o povoamento definitivo da maior parte do território brasileiro [...]. A grande lavoura representa os próprios fundamentos da economia brasileira colonial”.

Em contrapartida, Palacin (1979, p.56) discorre sobre o caso oposto:

A primeira característica – e a mais original – do povoamento da mineração é seu caráter urbano – ou quase urbano e a mão de obra escrava. Outras características inerentes ao povoamento minerador: a ocasionalidade, e, em consequência, a instabilidade.

Também em Palacin, Garcia e Amado (1995, p. 56), há referência à diferenciação dessas características de povoamento. Para esses autores, durante os séculos XVI e XVII a população era eminentemente rural “e os poucos centros urbanos [...] funcionavam como apêndices do vasto interior atomizado”. Já com a mineração, segundo afirmam estes autores, “a situação inverteu-se: os núcleos urbanos, surgidos da concentração mineira, congregaram a maioria da população negra, marcando o ritmo da vida e das mentalidades” (Id. ibid, p.76).

Após considerar o caráter urbano dos inícios da efetiva ocupação e povoamento das terras do antigo norte goiano, vale agora uma tentativa de breve caracterização desses urbanismos nascidos nos arraiais das minas auríferas.

Detendo-nos aos casos regionais e locais, nessa área do antigo Norte e Nordeste

de Goiás, onde estão situadas as chamadas cidades históricas do Tocantins, com origem nos arraiais mineradores, como: Natividade (1734); Pontal (1738), arraial que está na origem do arraial de Porto Real do Pontal, época do Reinado, depois Porto Imperial, época do Brasil Monárquico e, finalmente Porto Nacional, a partir da proclamação da República no Brasil, tendo recebido o título de capital cultural³ do norte goiano, cujo inventário com vistas ao seu tombamento encontra-se em fase conclusiva; Arraias (1730); Arraial do Carmo, hoje cidade de Monte do Carmo (1746); e várias outras cidades históricas tocantinenses (GERALDIN, 2002) e ao escrever sobre o povoamento minerador, Coelho (2001, p.76) faz importantes considerações que facilitam de certa forma, a compreensão acerca desta temática.

[...] a forma tradicional mineradora de implantar uma capela “em um local mais alto e plano, com a mesma rusticidade das habitações [...], dedicada à invocação do santo do dia da instalação do assentamento [...]. Na medida em que o núcleo se consolidava, essas capelas-ranchos eram substituídas por construções mais estáveis, já utilizando material capaz de permitir maior durabilidade (COELHO, 2001, p. 76).

Em outro texto sobre cidades do ciclo do ouro no nordeste goiano, Galvão (1993) apresenta aspectos do povoamento minerador de cidades tocantinenses como Aurora, Taguatinga e Natividade. No referido estudo o autor apresenta alguns dados documentais demonstrando a ocorrência de algum cuidado oficial com os traçados urbanísticos, em que, segundo relata, Portugal não impôs legislação que regulamentasse a construção de cidades. Na própria Bahia, afirma Holanda (2004, p. 26), “o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores”. Na verdade, tecendo um paralelo entre o texto de Holanda e Galvão (1993, p. 103), nota-se concordância, uma vez que o último afirma: “A proximidade destes núcleos às jazidas de ouro descartam qualquer possibilidade de planejamento. De qualquer maneira, Holanda e Galvão (1993) afirma transcrever trecho de um documento onde D. João indica ao Conde de Sarzedas, D. Antônio Luís de Távora, que

[...] se assinale à área para o edifício da Igreja, capaz de receber competente número de fregueses ainda que a população se aumente e, que façais declinar por linhas retas a área para as casas a seus quintais e se designe o lugar para se edificarem a casa da Câmara e das Audiências e Cadeya e mais oficinas públicas que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas no mesmo perfil, ainda no interior as faça cada um dos moradores à sua eleição de sorte que em todo tempo se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura

³ OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um porto no sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880 a 1910. in: GIRALDIN, Odair (org). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, Palmas: Unitins, 2002. p. 237-286 utiliza este termo devido a enorme gama de publicações que ocorriam à época na cidade de Porto Nacional com vistas à luta separatista que ora se firmava.

das ruas (HOLANDA, GALVÃO, 1993, p. 114).

Para Holanda e Galvão (1993), à luz da documentação acha pouco provável que os mineradores fossem deslocar a vila para local distante das jazidas. O certo é que, ainda segundo o autor, na prática sempre prevalecia o ajuste da rigidez das leis às situações peculiares locais e aos aclives e declives das beiras dos rios. E assim, fatalmente, iriam entortando as ruas direitas, moldando-se naturalmente ao relevo, via de regra, acidentado.

Um indicador importante sobre este povoamento urbano passa pela redução da mão de obra na agricultura da região por causa do avanço da fronteira pecuária, como também por se tornarem destinos de correntes migratórias, conforme Silva (1996). A ocupação do norte goiano só pode ser compreendida na sua totalidade se o considerarmos do ponto de vista do envolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. Ou seja, as transformações pelas quais passaram esta expansão populacional e posterior frente pioneira representam a sua adequação ao sistema capitalista. Portanto, não se pode querer analisar as transformações ocupacionais a partir da evidente constatação do que se convencionou chamar de avanço agrícola, mas sim do avanço do capital sobre a terra.

Neste particular, o que se observa, ainda hoje, a exemplo do processo minerador, é a presença de pequenas unidades familiares onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo e com um nível baixo de tecnificação. E é justamente nessa vinculação crescente ao mercado à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses editores de uma outra estória.

1.3 O povoamento marginal da Rodovia Belém-Brasília; BR-153 (Século XX)

Isolamento. Abandono. Eram palavras que, entre outras de igual peso, freqüentavam as primeiras linhas de qualquer escrito acerca do antigo Norte de Goiás. Palavras carregadas de ideologias, com espaço nas crônicas, prosa e verso, letras e até nas melodias das canções, nos discursos políticos inflamados a justificar candidaturas ideologizadas na historiografia.

As palavras começaram a ser cunhadas já nos primeiros anos do povoamento da

região, momento de enorme quantidade de ouro que se extraía nas minas do Tocantins. Há registros na historiografia dando conta que, com a argumentação de que essas minas eram as mais abundantes da Capitania, adotou-se uma tributação diferenciada para as minas do Norte, gerando o primeiro descontentamento.

Na dinâmica da economia de mineração, primeira metade do século XVIII, assinala-se a manifestação inicial de oposição do Norte ao Centro-Sul de Goiás. Esse fato aconteceu em razão de ser determinado um imposto de capitação às minas do Norte mais elevado do que as minas dos Goyazes (COELHO 2001, p.115).

Tudo isso justificou o início das lutas ou do movimento separatista, desencadeado ainda nas primeiras décadas do século XIX, que foi retomado em vários momentos posteriores, mas que sempre caía no vazio. Justificou também a eleição de pessoas do Norte por longo tempo, pelo simples fato de levantar a bandeira de criação do Estado do Tocantins. Justificou até mesmo os inícios das pesquisas sobre a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153). É que o grande empreendimento, contemplado no Plano de Metas do governo JK, saiu do sonho à realidade rompendo o velho isolamento e contribuindo também com a desconstrução do discurso sobre o isolamento.

Nesse sentido, a abertura daquela estrada trazia aos discursos eleitoreiros uma nova possibilidade, passando a justificar a criação do Estado em função do grande progresso, com a criação de novas cidades. É um pouco com esse sentido que está sendo colocado este item no presente texto. E a partir de agora já é possível arriscar uma colocação: as cidades, enfim, a nova malha urbana da rodovia surgida com fisionomia bem mais parecida com o futuro. Explica-se: a nova paisagem urbana a se identifica muitas vezes melhor com a futura cidade de Palmas, capital planejada já beirando o século XXI, do que com tudo que havia. Para comprovar essa aparência com o futuro, basta pegar as amplas avenidas da cidade Gurupi e comparar com as estreitas ruas e becos da cidade de Natividade e com as amplas avenidas de Palmas.

Esse aspecto aparente, ao lado de muitas implicações sócio-culturais colocaram-nos diante de algumas perguntas. No aspecto visual, a presença clara de certo planejamento na cidade de Gurupi: traçado urbano, com amplas avenidas todas no sentido norte-sul, que é o sentido da rodovia, cruzadas por ruas no sentido leste-oeste.



Figura 02: Avenida Gurupi – TO
 Fonte: (PREFEITURA DE GURUPI, 2006 [on line])



Figura 03: Rua e becos da cidade de Natividade – TO
 Fonte: (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2006 [on line])



Figura 04: Avenida de Palmas
 Fonte: (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2006 [on line])

No aspecto sócio-cultural, percebeu-se o enorme volume de migrações observando-se visível e rápida mudança de costumes e hábitos do cotidiano, principalmente, com o considerável contingente oriundo das regiões Sul e Sudeste do país.

Por onde andamos certamente vamos nos deparar com grupos oriundos do Nordeste, Sudeste ou Sul [...]. O processo modernizador que atinge o norte goiano, que após viver isolado passa a ser tocado de perto pelo capital, favoreceu, principalmente, a faixa compreendida entre a BR-153 e o Vale do Araguaia [...]. Como se observa, a conjuntura do norte goiano, nas últimas décadas, foi marcada por mudanças estruturais abrindo espaço para o processo dito modernizador, que teve como ápice a migração sulista, especialmente da frente gaúcha (ARBUÉS, 2004, p. 395).

Abriu-se oportunidade para fazermos o balanço do ideal alentado e realizado pela gente do antigo norte goiano, tornando-o realidade por força da Constituinte de 1988. Mas soava no ar a pergunta: E a capital?

De um descampado no meio do cerrado, surgiu Palmas - a última Capital planejada do século XX, no Brasil. Nasceu graças a determinação do então governador José Wilson Siqueira Campos, no dia 15 de janeiro de 1989, cinco dias após a instalação do primeiro governo tocantinense na capital provisória em Miracema do Tocantins (de 1º de Janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1989). A construção de Palmas começou no dia 20 de maio de 1989, data do Lançamento da Pedra Fundamental. Uma multidão de pessoas assistiu, na Praça dos Girassóis, a primeira missa celebrada por D. Celso Pereira, bispo de Porto Nacional. No mesmo dia, o governador Siqueira Campos acionou o trator, abrindo a Teotônio Segurado, primeira avenida da cidade (SILVA, 1997).

Foi instalada como capital em 1º de janeiro de 1990 e os poderes constituídos foram transferidos da capital provisória, Miracema do Tocantins, pois não havia ainda prédios públicos para ocupar.

O seu nome foi escolhido em homenagem a Comarca de São João da Palma, sede do primeiro movimento separatista da região, instalada em 1809 na barra do Rio Palma com o Rio Paranã. Outro fator que influenciou o nome foi a grande quantidade de palmeiras na região.

1.4 O povoamento moderno de Palmas (Séculos XX-XXI)

O início da construção da cidade de Palmas, já em ritmo acelerado, a partir do

lançamento festivo de sua pedra fundamental, ocorrido na manhã do dia 20 de maio de 1989, seguiu um projeto urbanístico assemelhado ao de Brasília, guardado as devidas proporções. O fato é que a maioria dos escritos sobre a capital tocantinense costuma fazer essa comparação. Muitas vezes ocorrem menções às cidades de Belo Horizonte (final do século XIX), Goiânia, década de 1930 e Brasília, final da década de 1950.

[...] a cidade é uma copia modesta do plano piloto de Brasília. Seu palácio, o centro de tudo, é um cover dos palácios do planalto e do Itamaraty – não faltavam sequer rampa e sacada como parlatório. O resto é um traçado viário sem grande imaginação, em que ruas de pedestres e ruas de superquadras entrelaçam-se com os eixos monumentais e em que os cruzamentos são evitados por rotulas (BARBOSA, 1999, p.27)

Ao pesquisar Palmas, Barbosa (1999) busca no modelo de Brasília a compreensão da capital tocantinense. Este autor percebe Brasília como sendo uma cidade de arquitetura avançada para os padrões da época (1961). Ainda segundo o autor, as possibilidades construtivas apresentadas na capital de Brasília, que apresenta também soluções urbanísticas de deixar invejosos os arquitetos do passado.



Figura 05: Palmas: última capital planejada do século. XX. A Avenida Theotônio Segurado, com amplo canteiro central e 4 pistas em cada lado, vendo-se ao fundo o Palácio Araguaia.
Fonte: (FUNDAÇÃO CULTURAL, 2006 [on line])

O projeto arquitetônico adotado na construção da capital tocantinense segue mesmo uma tendência brasiliense, comparando com o traçado de Brasília, uma vez que em ambos os casos dois eixos principais se cruzam, formando uma cruz. No caso de Palmas, Barbosa (1999) refere-se ao palácio Araguaia, que se situa na confluência das duas avenidas,

que receberam os nomes de Juscelino Kubitschek e de Teotônio Segurado. Juscelino representaria a imagem do desenvolvimento, enquanto Teotônio se constituiria no símbolo histórico da luta pela criação do estado do Tocantins. De acordo com Barbosa (1999, p. 18), nessa “simetria” de Palmas com Brasília, a capital tocantinense reproduz varias semelhanças, entre elas o fato da cidade ser “sem bairros, sem ruas, sem esquinas”.

No texto “Palmas: na praça dos símbolos uma esquina de tradição e modernidade” (loc. cit), o autor chama a atenção para a palavra esquina, que tem apenas um sentido figurado, simbólico, uma vez que a praça referida é a dos Girassóis, enorme praça onde está situado o Palácio Araguaia, e se localiza no cruzamento das avenidas JK e Teotônio Segurado.

Esta praça representa uma encruzilhada de épocas, onde os símbolos que resgatam traços da historia se cruzam com sinais futuristas, onde as representações instigadoras da preservação da ecologia e da cultura tradicionais convivem com destruição ambiental e cultural (AQUINO, 2004, p.315)

Com 17 anos e população que ultrapassa os 170 mil habitantes, setenta por cento das quadras habitadas, pavimentadas, Palmas chega a 98% da população atendida com água tratada e saneamento instalado (SANEATINS, 2006).

De um modo geral a cidade é caracterizada pelo seu planejamento, pois foi criada quase na mesma forma de Brasília, com a preservação de áreas ambientais, boas praças, hospitais e escolas.

A criação da Capital só foi possível com a transferência da sede do município de Taquaruçu, seu prefeito e vereadores para Palmas. Assim, em 1º de janeiro de 1990, aconteceu a transferência oficial do Governo para a nova Capital e a posse do prefeito Fenelon Barbosa, e de nove vereadores, que assumiram o Governo Municipal (SILVA, 1997).

1.5 O povoamento do distrito de Taquaruçu

Com a criação do Estado do Tocantins, em 1988, e a implantação de sua capital Palmas, em 1990, na área de 1.056,10 km² (representa 0,29% do Estado) do recém emancipado município de Taquaruçu⁴, este passa à condição de distrito de Palmas. O distrito

⁴ O município de Taquaruçu, expressão indígena, que tem como significado “taquara grande”, voltou à condição de distrito em 20 de maio 1989, com a criação da cidade de Palmas.

de Taquaruçu encontra-se inserido em região serrana, de temperatura média de 25°, no município de Palmas do qual dista 32 km (SILVA, 1997).

Clima ameno, refrescantes banhos e povo acolhedor fazem de Taquaruçu (Taquaruçu significa taboca-grande ou taquara-gigante. Por tratar-se de vocábulo de origem indígena, até que a mudança seja efetivada oficialmente, o vocábulo Taquarussu com "ss" é o usual, mas costuma-se usar Taquaruçu) uma boa opção para fins de semana ou mesmo nova morada. O refúgio tranquilo de três mil moradores vem ganhando mais adeptos para continuar sendo o que sempre foi: um vale de belezas naturais em meio a uma vegetação abundante. Sob as palmáceas, em grande quantidade o babaçu, que ladeiam as serras, estão cachoeiras, córregos e ribeirões, formando quedas d'água e remansos de todos os tamanhos.

As principais cachoeiras são a do Roncador (70 metros de altura) e do Escorrega Macaco (dez metros). Na serra de Taquarussu, da Pedra do Pedro Paulo, é possível ter uma visão panorâmica do vale em que se encontra o Distrito. Pedro Paulo foi um seminarista que, de férias em Taquarussu, todas as tardes, subia ao topo da serra, em cima da pedra em forma de altar, para tocar saxofone e entoar canções que eram ouvidas em todo o vale.

Alguns habitantes dizem não sentir saudade da mata fechada e escura que enfrentaram no braço, mas a maioria agradece pela bravura de algumas árvores que quebravam até machado de tão largas e fortes.

Os primeiros a descobrir este lugar foram nordestinos vindos principalmente do Maranhão e do Piauí entre os anos de 1940 a 1960. A viagem durava no mínimo dois meses no lombo de animais e era compensada pela abundância de água, suficiente para a farta produção de cereais, óleo de babaçu, rapadura e criação de galinhas.



Foto 01: A criação de galinhas é uma constante nas famílias do assentamento
Fonte: (AUTOR, 2007)

Aos poucos os migrantes se integraram aos costumes do então Norte goiano, acrescentando manifestações culturais e religiosas diferentes, como o ritmo da sanfona nordestina, as tradições africanas e o rito aos santos do cristianismo.

Segundo Santos (1996), os primeiros migrantes que deram início à formação do povoado de Taquaruçu, vieram, principalmente, do Maranhão e do Piauí, na década de 1940, e dedicaram-se a princípio à agricultura de subsistência, à atividade extrativista do coco babaçu e à criação de pequenos animais (Foto 02), com significado na vida social, econômica e cultural da comunidade, além do cultivo de diversos cereais como, o arroz, milho, feijão e, principalmente a fava (*Vicia faba*).



Foto 02: Criação de pequenos animais pelas famílias do assentamento
Fonte: (AUTOR, 2007)

A existência de grande número de pequenas propriedades rurais na região levou seus moradores a erigirem um povoado. Benedito Machado, Manoel Antônio Marciano Cordeiro, Miguel Araújo e Bruno Tribelli, lotearam suas propriedades para a implantação do novo povoado. Contaram com a colaboração de Valério Nunes de Souza, que elaborou a planta da nova comunidade.

Na década de 1950, Taquaruçu destacou-se na região pela produção de arroz e da atividade extrativa do coco babaçu, fato que propiciou a abertura de uma estrada ligando Taquaruçu a Porto Nacional (SANTOS, 1996.).



Foto 03: A abertura da estrada pavimentada proporcionou um fluxo maior de mercadorias
Fonte: (AUTOR, 2007)

Porém, na década de 60 (Séc. XX), Taquaruçu entrou em processo de decadência econômica devido à construção da estrada BR-153 (Belém-Brasília), que proporcionou maior comercialização entre as cidades surgidas ao longo da rodovia federal, entre outras Gurupi/TO e Paraíso/TO.

Em 1963, Antônio Rodrigues, estabeleceu a primeira casa comercial. Elevada a distrito pela Lei N.º 3.708 de 24 de maio de 1976 e o município pela Lei N.º 76, de 12 de maio de 1980. Comemora-se no dia 12 de maio sua emancipação política. Este processo se acentuou ainda mais, quando da construção da ponte sobre o Rio Tocantins em Porto Nacional, na década de 70 (Séc. XX), facilitando a comunicação deste município com o restante das cidades do então norte goiano (SANTOS, 1996).

Com a instalação de Palmas, em 1989, uma nova leva de moradores chega a Taquaruçu. São os chamados alternativos (ecologistas, artistas, produtores culturais, profissionais liberais e todos outros entusiastas de um maior contato com a natureza). Eles propõem maior interação com a comunidade e vêm promovendo o resgate da história e da cultura local, através da música, arte cênica e do artesanato. A tranquilidade do Vale desperta a atenção também de segmentos religiosos como o grupo espiritualista União do Vegetal, que mantém um núcleo de 30 associados no distrito.

Já na década de 1990, com abertura de estradas asfaltadas, como a TO-050 ligando Taquaralto/Taquaruçu (14 km), uma estrada em ótimo estado de conservação, cujas curvas leva à uma paisagem onde predominam as palmeiras típicas do cerrado, como os buritis e babaçus: para quem não conhece, Taquarassu surpreende: um pequeno povoado

totalmente cercado por serras em uma região de grande riqueza hídrica, composta por diversas cachoeiras e regatos de águas límpidas, e a TO-030, ligando, respectivamente, Palmas a Porto Nacional (60 km), favorece maior comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros.



Foto 04: Pequenos agricultores assentados vivem da venda de produtos das hortas
Fonte: (AUTOR, 2007)

1.6 O povoamento da capital à luz do capital

O processo de povoamento tem que ser necessariamente entendido ao seio das realidades históricas, ou seja, no seio da formação sócio/econômica da capital, Palmas e, concomitantemente do Estado do Tocantins.

O desenvolvimento da área rural da microbacia do Taquaruçu é produto de um processo de reprodução ampliada da capital, só que, às avessas, ou seja, primeiro existia o povoado que deu vistas à criação da capital e, posteriormente, a criação da capital trouxe desenvolvimento a este povoado, ou seja, o povoamento forçou a produção de produtos alimentícios para abastecer e dar sustentabilidade à capital. Sendo assim, o modo de produção do capital e da capital não está circunscrito apenas à produção imediata de mercadorias como também à circulação das mesmas rumo à capital. Portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro, obviamente, de dinheiro por mercadorias, dinheiro este vindo pelo pagamento do governo ao funcionalismo.

Cabe esclarecer que o produto final de processo de produção dos pequenos agricultores instalados no povoado não é a mais-valia e sim a mercadoria. Essa mercadoria

que sai da capacidade de produzir trabalho dos proprietários das parcelas de terras contém a mais valia. Numa palavra, é na produção agrícola nas propriedades que a mais valia é gerada. Entretanto a sua realização só se dá na circulação dessa mercadoria quando se encontra com o consumidor palmense. É, pois, no momento da circulação que existe a conversão da mercadoria em dinheiro e, portanto apropria-se da mais valia, que é o trabalho social não pago realizado pela comunidade.

Estamos, assim, trabalhando com o princípio de que o capitalismo constante em todo tempo é o que está levando esse lugar ao desenvolvimento. E esse povoamento é fruto do desenvolvimento básico de rotação do capital: D - dinheiro M - mercadoria D - dinheiro. Estamos entendendo também que o chamado crescimento expansionista econômico da capital e do povoado é constituído de quatro momentos distintos, porém articulados. Esses momentos são o da produção, da distribuição, da circulação e do consumo das mercadorias das mãos do produtor ao consumidor.

O desenvolvimento desse modo de produção, entendido como processo de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação, também, das relações de produção sociais da capital. Desta maneira, o povoamento deste lugar, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolve as condições de seu desenvolvimento sustentável e simultaneamente gerando cuidados da administração pública quanto a este crescimento. Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores da capital envolvidos nesta expansão, ele tende a hierarquizar esse lugar como sendo o principal produtor de gêneros alimentícios para o abastecimento da capital.

O que podemos deduzir dessas colocações é que a primeira etapa do povoamento deste lugar não foi necessariamente uma etapa em que predominaram as relações capitalistas de produção, mas sim uma etapa principalmente de produção de mercadorias. Com essas mercadorias, o povoamento se integrou à capital expandindo seus laços culturais/históricos e econômicos.

Desse modo, a formação econômica/social traz em seu bojo o processo de povoamento moderno, onde as relações se dão, num primeiro momento, comercialmente, e, posteriormente, a fixação identitariamente social. O contato físico/visual e a vivência no seio desta comunidade me permitiu entender como se fixou a população neste lugar e a sua agricultura.

1.7 O povoamento do Assentamento Coqueirinho

No presente sub-capítulo, fazem-se algumas considerações sobre o processo de constituição do Assentamento Coqueirinho, tendo-se como principal objetivo demonstrar sua visibilidade através da análise sócio/econômica /ambiental atuais das famílias instaladas naquela área:

Olha, era um fluxo muito grande de pessoas a procura de um..., um terreno..., de uma chácara pra colocarem ali a sua família e buscar o sustento da sua família num..., num determinado local, no caso, seria uma chácara, e como eu, vereadora com o gabinete mais aberto as populações menos favorecidas, eu era um alvo, assim, procurado vinte quatro horas por pessoas que queriam ter uma chácara, dizendo que dali eles poderiam tirar os..., os rendimentos, assim, a sustentação de suas famílias, daí, surgiu a idéia de se ter algum local onde se fizesse esse assentamento e naquela época eu era vereadora do meu primeiro mandato, eu estava do lado do governador Moisés Avelino(1990/1994) e eu nas conversas com ele, a gente acabou, de tanto insistir, acabei conseguindo aquela área do Coqueirinho, uma área com 173 alqueires [...], alqueirão, e ele comprou aquilo ali do fazendeiro [...], e ele passou pra mim administrar aquele assentamento e acabei..., colocando ali 173 famílias que foi um número grande..., a gente deu subsídio, condição de eles viverem lá por um ano [...], sabe, acompanhado pelo [...], pelo pessoal técnico do governo, aonde eles recebia cesta básica, acompanhamento técnico pra desenvolver o trabalho deles na chácara e [...], daí, por diante, sucessivamente, foram acontecendo o que realmente era necessário pra manter eles na chácara (BALSA, 2006 [entrevista]).

Estas 173 famílias, lá chegando, da mesma forma que trabalhavam em seus locais de origem, passaram a se dedicar à agricultura com base na pequena propriedade familiar. As propriedades, de maneira geral, foram ocupadas por agricultores vindos dos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, etc. que começaram a chegar ao novo Estado a partir de 1988, ano da sua criação, conforme nos conta Silva (2006 [entrevista]), um dos três últimos assentados daquela época, que ainda mora no Assentamento e que, segundo Dona Maria eram os que precisavam realmente da terra:

“Ôia, a gente ficou tudo juntinho, os rocêru e as suas famílias, mais os conhecidos que a gente feiz e tudo pertim da cidade. Então tudo a gente “pranta”, a gente vende” (loc. cit.).

Sobre o início do Assentamento Coqueirinho, Paulo Lima de Melo (“seu” Paulo), um dos primeiros moradores, nos contou que veio do Maranhão, onde vivia de lavoura, conhecer um lugar para o qual uns parentes seu tinham vindo e ficado. Disse que saiu do município de Barra do Corda/MA em 15 de agosto de 1955 rumo a cidade de Pedro Afonso, onde aparentada tinha fixado residência, Depois se mudou para outra cidade mais próxima de nome Guaraí, até então norte goiano, onde permaneceu por alguns anos. Depois desta estada foi morar em Barrolândia/GO, onde permaneceu até o dia que soube, através de pessoas

conhecidas, da criação do Estado do Tocantins. Posteriormente, em 1989, com a instalação da capital do Estado foi convencido por conhecidos a vir tentar um lugar melhor de se morar nesta cidade. Em aqui chegando conheceu Maria da Balsa que sabendo através de outras pessoas que era um homem trabalhador doou-lhe uma parcela de terra no assentamento Coqueirinho, onde vive com mulher e filhos. Sobre o Coqueirinho, “seu” Paulo, um dos primeiros moradores residentes, considerando que os outros 170 venderam as terras doadas pelo governo, tem a seguinte opinião: “[...] aqui tá bom porque tô sossegado, miorô e é muito” (MELO, 2006 [entrevista]).

Sobre o Assentamento Coqueirinho, Avelino (2007 [entrevista]) disse:

[...] não tinha critério para a escolha dos assentados. Só havia o entendimento de que os que iriam ficar com as parcelas iriam abastecer a cidade e cidades vizinhas com produtos da terra. Essa era a definição pra a escolha. A gente dava o apoio moral e a garantia de que a terra era deles e fornecia a patrulha mecanizada. E a gente foi fazendo assim. E não dava cesta básica para não criar a expectativa de que o governo tinha a obrigação de dar as coisas. Às vezes dava alguma coisa através de outras pessoas. Como a cidade já tava loteada e os lotes já estavam sendo vendidos, comecei a chamar este pessoal que tava chegando, sem lugar pra morar e ver a com eles a possibilidade de se instalarem na zona rural [...] comprei um patrulha mecanizada para dar assistência àqueles que iriam se instalar em até um alqueire, pra que? Para que eles ficassem assentados na terra, para não virem pra cidade, pra não serem mais um desempregado na cidade. É lógico que os mais novos viriam estudar na cidade, porém os mais velhos ficariam lá. Muitos se instalaram e em seguida foram embora porque faltou ao pessoal a cultura do “fazer” e a continuidade dos trabalhos. Muitos que não sabiam nada de terra foram aprendendo com aqueles que sabiam e foram embora porque achando que já sabiam criaram sonhos maiores. Só sei que valeu a pena [...] e existe até a previsão de asfalto em alguma rua do Coqueirinho [...] e pode até ser que morar no Coqueirinho seja melhor do que morar em Palmas.

Na divisão das parcelas o Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS), além do mapeamento, abriu as ruas, facilitando assim, o trânsito dos assentados como também o relacionamento entre os novos vizinhos. Estas famílias foram assentadas num prazo de 120 dias e nestes primeiros dias o governo levou água e comida aos assentados, mas passado este período tiveram que lutar pela auto-sustentabilidade.

CAPÍTULO II

2 ASSENTAMENTO COQUEIRINHO

2.1 Assentamento Coqueirinho: a formação do espaço



Figura 06: Duas rodovias fazem ligação entre o urbano e o rural
 Fonte: (GOOGLE EARTH, 2007 [online])

Graças as novas condições, relatadas no capítulo anterior, este lugar, de agora em diante, denominado Coqueirinho por todos que o conhecem e os que vivem nele, agora, se “capitaliza”, ao mesmo tempo em que os atores sociais rurais melhoram sua produção e essa nova área adquire uma nova face com especificidades mais claras, com os produtos mais atraentes tanto pelo conteúdo como pela forma, buscando nestes atributos uma contemplatividade maior do consumidor para seu encantamento. Neste processo há um

aproveitamento melhor do espaço instalado, das condições naturais visualizadas como atrativo para o visitante, da sedução do cenário paisagístico e da aplicação de novas técnicas produtivas objetivando uma circulação mais bonita da produção rural integrada a produção social com aplicabilidade comercial.

Não se trata aqui de uma forma mais rápida do capital chegar a mão do assentado, pela proximidade urbana, nem se almeja tal rapidez. Trabalha-se, neste lugar, em cima das necessidades urbanas e do seu encontro com a satisfação em uma determinada área rural. Antes desta perspectiva a produção local servia apenas para a subsistência familiar ou alguma barganha entre as famílias, mas, agora, com abertura ao dinheiro trazido pelo morador da cidade esta situação tende a mudar, pois haverá a melhoria da rede viária vicinal, instalação de telefonia fixa, coleta de lixo, com previsão de se tornar seletiva e uma rede informações técnicas convincente quanto ao desenvolvimento local. Tornamos, então, este espaço, um espaço de transformação de mercadorias pelo valor de uso/ troca em capital.

A penetração, neste área rural propriamente dita, do dinheiro trazido pelo morador da cidade ganha um novo conteúdo produtivo identificado pela qualidade/quantidade da mercadoria ofertada. Se antes não havia cuidados na produção, ou se havia, baseava-se na continuidade dos processos hereditários de fabricação. Neste novo momento se busca o “virtuosismo” na capacidade de trabalho do homem sobre a mesma mercadoria com o emprego de novas técnicas espaciais. “A noção de oposição cidade-campo torna-se, desse modo, nuançado, para dar lugar à noção de complementariedade e seu exercício sobre uma porção do espaço” (SANTOS, 1992, p.70).

Este espaço co-habitado pelas forças produtivas, onde se encontram, de forma diferenciada as econômicas, sociais, políticas e culturais tem no capital o elo que da pluralidade dos procedimentos relativos à estas formas e o fortalecimento estrutural da unidade geográfica/poli-administrativa, ou seja, a partilha vocacional/profissional, o uso distributivo/ocupacional da propriedade, as formas de trabalho, a forma de comercialização e as necessidades do capital.

É desejo dos agentes/produtores não romper esta cadeia, pois estão conscientes que esta ruptura, caso houver, provocará uma quebra em todo o estrato produtivo acarretando, conseqüentemente o fim de sua organização e a dificuldade de instalação de outros arranjos produtivos.

Devemos, então, considerar que o sucesso da empreitada há de se dar pelas relações umbilicais de cada produtor/propriedade com o todo produtivo, sua resistência às intempéries exógenas, à articulação na resolução dos impactos endógenos e a ubiquidade do

capital no controle das atividades pertinentes ao lugar: “espaços de produção, distribuição, circulação e consumo” (SANTOS, 1993, p. 64).

Mas, pra que este esforço? Mostrar o lugar como “palco” de realizações de atividades produtivas, seu enriquecimento e a “capacidade de produzir trabalho” como nos lembra a afirmação de Karl Marx, segundo a qual é preciso parar de pensar o mundo para tentar transforma-lo. Porque esta afirmação, agora? Porque este momento é o momento da transformação no seio desta comunidade, o momento de fortalecimento dos novos vínculos sociais e identitários criados neste lugar.

2.2 Assentamento Coqueirinho: reflexões teóricas sobre a agricultura familiar

Marx (1984) em seu livro “O Capital”, quando tratou da pequena propriedade no campo, lembrou que essa forma de propriedade fundiária supunha que a população rural fosse numerosa, maior que a urbana, e que o modo capitalista de produção, embora dominasse o restante da economia, não fosse muito desenvolvido. Entretanto, embora essa colocação tenha como realidade, principalmente, a Europa do século XIX, é fundamental entendê-la no contexto atual do desenvolvimento do capital nas propriedades do PA Coqueirinho. Hoje, acontece o inverso, com a população urbana superando a população rural.

[...] a propriedade livre do homem do campo que cultiva a própria terra é, sem dúvida, a forma normal de propriedade da terra para a exploração em pequena escala, isto é, para um modo de produção em que a posse do solo é uma condição – sine qua non - para a propriedade, por parte do trabalhador, sobre o produto do seu próprio trabalho, e através do qual, seja lá proprietário livre ou empregado, o agricultor sempre deve produzir seus próprios meios de subsistência, independentemente, como trabalhador isolado com sua família. A propriedade da terra é tão necessária para o desenvolvimento desse modo de exploração como o é a propriedade do instrumento para o livre desenvolvimento da atividade artesanal. Essa propriedade mesma constitui aqui a base para o desenvolvimento da independência pessoal. (MARX, 1984, p. 1026).

Dessa maneira, a propriedade/posse da terra é básica e fundamental para a existência desta forma de exploração na agricultura.

Das afirmações de Marx (1984) também temos que entender que nas pequenas propriedades, de 4.84 ha, uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do agricultor, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializado em forma de mercadoria nas feiras da cidade, na própria

propriedade ou entre aqueles que não dispõem de mercadorias que o outro produz, surgindo então a sociabilização das mercadorias tão comum em décadas passadas ou entre agricultores descapitalizados, no dias de hoje, como é o caso de parte daqueles que vivem da agricultura familiar. Nessas unidades de produção existe também a presença da renda diferencial obtida nos terrenos mais férteis, ou melhor, situados, ou seja, agricultores que produzem mais, concomitantemente, possuem mais mercadorias e, podem ter maior excedente para transformar em dinheiro e, automaticamente, ter acesso a melhores aparatos tecnológicos, de bem estar e, portanto, ter uma vida melhor.

Quando a renda diferencial ocorre na produção familiar, ela pode ou não ficar com os agricultores que trabalham em condições naturais mais favoráveis como relevo, clima e hidrologia. Já com relação à renda absoluta, Marx (1984, p. 1028) afirma que “nessa forma de propriedade deve-se admitir que não existe renda absoluta”. Para ele, isso ocorre porque a renda absoluta é oriunda de situações em que além do valor de produção, realiza-se um valor excedente, ou seja, um preço de monopólio faz subir o custo do produto acima do preço da produção. Marx lembra que o valor dos produtos de origem familiar está, via de regra, acima do preço da produção, devido ao predomínio do trabalho vivo materializado nesses produtos. Cabe aqui lembrar também que esta necessidade básica de acesso à terra pelo agricultor, apontada anteriormente, também tem lá as suas contradições.

[...] um dos males específicos da agricultura familiar quando a mesma acha-se vinculada com a propriedade livre da terra, surge do fato de que o agricultor desembolsa um capital na compra do solo. Dada a mobilidade que aqui adquire a terra como mercadoria, aumentam as mudanças de posse, de modo que a cada nova geração, a cada partilha sucessória, a terra entra novamente como inversão do capital, do ponto de vista do agricultor, o que quer dizer que se converte em terra comprada por ele mesmo (Op. cit., 1027-1028).

Assim, o desembolso para adquirir a terra, quando isso é possível para os agricultores, ou quando eles a obtêm por ocasião de doação, como é o caso deste assentamento, não entra no cálculo para definir os custos da produção. Por essas e outras razões é que a análise econômica da agricultura familiar no Coqueirinho, em Palmas/TO, não pode ser feita pela lógica dos conceitos componentes da agricultura em grande escala. Isso porque para que o agricultor cultive sua área, não é necessário que aumente o preço da mercadoria atingindo o valor ou mesmo o preço da produção de seu produto.

Outra questão fundamental nesta reflexão teórica sobre a agricultura familiar é a distinção do movimento na circulação entre esta e a produção em grande escala. Na produção maior temos para definir seu movimento a fórmula $D - M - D$ na sua versão simples e $D - M$

- D' na sua versão ampliada. Enquanto na produção familiar estamos no movimento expresso na fórmula $M - D - M$. Por conseguinte, a lógica da produção familiar está assentada na forma simples de circulação de mercadoria, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar.

O ciclo $M - D - M$ parte de um extremo constituído por uma mercadoria e conclui no outro configurado por outra mercadoria, a qual sai de circulação e entra na órbita do consumo. Portanto, o consumo, a satisfação das necessidades ou, em uma palavra, o valor de uso, é o seu objetivo final (Op. cit., p. 183).

Portanto, no ciclo $M - D - M$, a quantia de dinheiro que se tem com a venda de uma mercadoria vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral, não produzida na propriedade. Isto vale dizer que, nessa circulação, o dispêndio de dinheiro não guarda relação alguma com seu retorno.

Essa nossa realidade, do Coqueirinho, no processo $M - D - M$, no capitalismo, abre a possibilidade de que o agricultor possa, em determinadas circunstâncias receber uma porcentagem acima daquela necessária para a aquisição das mercadorias de que necessita. Nesse caso, pode ocorrer sobra de dinheiro, ou seja, é possível ocorrer a “acumulação” desse dinheiro. O mesmo raciocínio, no sentido inverso, leva a agricultura familiar à pauperização. Ou o equilíbrio entre a venda e compra abre a possibilidade de que a agricultura familiar permaneça na mesma situação. Assim, na produção familiar.

“[...] a circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio e um fim último situado à margem da circulação: a apropriação de valores – de – uso, a satisfação de necessidades” (Op. cit., p. 186).

Sendo assim, o objetivo imediato do Coqueirinho é a distribuição dos produtos oriundos da agricultura familiar na hora oportuna, seja no local ou na cidade, por preço equilibrado, trazendo segurança e incentivo para os assentados, que passam a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade. Ao garantir a compra da produção familiar, possibilita-se maior estabilidade à atividade agrícola e garante-se ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, com o que se incentiva a permanência e a inclusão social no campo. Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família passam a desenvolver a atividade de forma mais ampla e sistemática, explorando com maior racionalidade o espaço rural. E é nesta sistemática com a circulação constante do dinheiro que a produção agrícola familiar onde antes somente havia níveis mínimos de atividade de subsistência promove maior distribuição de renda para os agricultores, contribuindo para

atenuar as diferenças sociais. Ao mesmo tempo, assegurando a circulação de dinheiro na economia da própria região e possibilitando às administrações públicas regionais maior arrecadação de impostos para custeio e investimento o Coqueirinho vai criando uma nova abordagem sobre formas de ocupação da terra demonstrada neste procedimento de pesquisa.

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA E PROCEDIMENTO DE PESQUISA

A opção pela investigação do universo dos assentados do Coqueirinho, localizado na micro bacia do ribeirão Taquarussu, no município de Palmas, fundamenta-se no desejo de aprofundar o conhecimento sócio/econômico/ambiental deste assentamento, tendo a agricultura familiar como forma de desenvolvimento rural numa perspectiva econômica/ecológica.

Como forma de identificar a realidade do Assentamento Coqueirinho foi definida a aplicação de um questionário na perspectiva de levantar problemas e potencialidades presentes naquela comunidade, de modo a contribuir na orientação de tomadas de decisões quanto à implantação de novos assentamentos. Para proceder a essa identificação foram trabalhados os conceitos pertinentes às teorias que sustentam as questões econômicas e ambientais. A pesquisa caminhou por duas vertentes. A primeira buscou-se conhecer os documentos que nortearam o processo de criação do Assentamento Coqueirinho e o arcabouço teórico sobre o cenário contemporâneo. A segunda foi o levantamento de dados a partir da aplicação do questionário, junto aos moradores das 173 propriedades que formam o Assentamento Coqueirinho na margem esquerda do ribeirão Taquarussu Grande.

O questionário foi aplicado no período de agosto de 2006 a fevereiro de 2007. Para a definição dos instrumentos de pesquisas e de toda a parte logística e operacional da pesquisa optou-se por uma ajuda da instituição, onde o pesquisador atua como funcionário. Esta ajuda foi concretizada com a disponibilidade de veículo, micro computador, máquina fotográfica, GPS e material de escritório. Foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados: o roteiro de observação e o questionário (Apêndice B). O roteiro de observação foi um instrumento utilizado para coletar as impressões do pesquisador sobre as propriedades visitadas. Durante as observações foi feito o registro fotográfico de pontos considerados importantes pelo pesquisador, além do georreferenciamento destes em cada propriedade. O questionário contou com perguntas abertas e fechadas, o que nos garantiu uma riqueza de informações durante o processo de coleta, onde foram abordadas as seguintes categorias: tempo de moradia na propriedade, uso da terra, práticas de conservação do solo, percepção sobre os recursos naturais, renda familiar, associativismo, tamanho da propriedade, situação fundiária e licenciamento da propriedade rural. Para a aplicação do questionário foram

adotados os critérios: interinstitucionalidade⁵, multiprofissionalidade⁶ e experiência com coleta de dados (Foto 05).



Foto 05: Aplicação, observação e coleta de dados
Fonte: (AUTOR, 2007)

A análise dos dados foi feita de forma descritiva e comparativa, considerando-se as variáveis apresentadas acima. Isto a partir da organização dos dados em planilha utilizando-se do software Microsoft Excel.

De acordo com os dados obtidos junto aos órgãos governamentais e pelo trabalho de campo, o Assentamento Coqueirinho apresenta 173 (cento e setenta e três) propriedades. Considerando que a pesquisa foi realizada em todas as propriedades, fica evidenciada a veracidade das informações obtidas e as divulgadas pelo ITERTINS, conforme coordenadas geográficas a fim de facilitar ações futuras e serem desenvolvidas no Assentamento.

Um fator importante neste trabalho foi constatar que a maioria dos dados obtidos foi transmitida pelos proprietários, com um percentual de 59%, onde os restantes ficaram 36% a cargo dos moradores/caseiros e 5% pelos arrendatários (Gráfico 01⁷).

⁵ Articulação de ações entre várias instituições

⁶ Coexistência de profissionais com formação diferente, cada um com suas normas, parâmetros, visões de mundo e noções de ética.

⁷ A maioria das entrevistas foi realizada com os proprietários.

Entrevistas realizadas:	
Proprietário	102
Morador/Caseiro	62
Outro (Arrendatário)	9

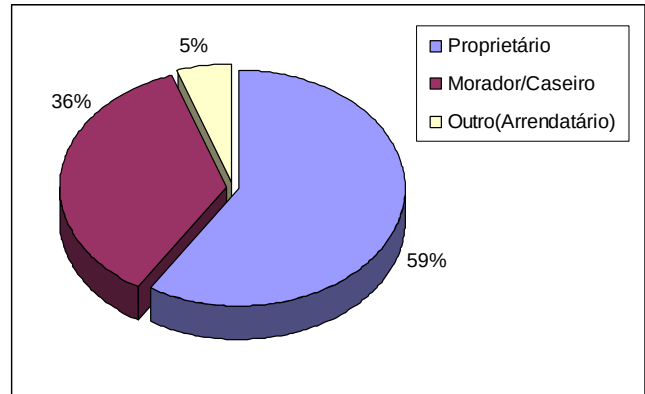


Gráfico 01: Entrevistas
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.1 Identificação

3.1.1 Identificação das propriedades

A identificação dos proprietários, em suas propriedades, demonstra o grau de confiabilidade dos dados obtidos com as entrevistas sendo realizadas, de forma visual, onde as informações, transmitidas de forma oral, eram registradas no questionário e comprovadas através de fotografias e coordenadas geográficas para, em seguida, serem armazenadas numa base de dados, após a efetivação das mesmas.

Em 1993, com a compra da fazenda Coqueirinho pelo governador Moisés Avelino, foi ordenado o Assentamento com a distribuição de 173 chácaras com tamanho definido em 1 (um) alqueire, equivalente a 4,8 há (alqueire goiano - quatro hectares e 8 centiares), onde as famílias cadastradas foram assentadas, dando início ao primeiro assentamento rural próximo à capital, numa demonstração do interesse governamental no uso e na ocupação das áreas próximas, criando perspectivas mais rápidas do crescimento e desenvolvimento rural no entorno da cidade de Palmas (Gráfico 02⁸).

⁸ Para ordenar à ocupação todas as áreas possuíam, no início, a mesma medida.

Tamanho da Propriedade	
> 04 ha	36
04 a 08 ha	75
09 a 12 ha	23
< 12 ha	39

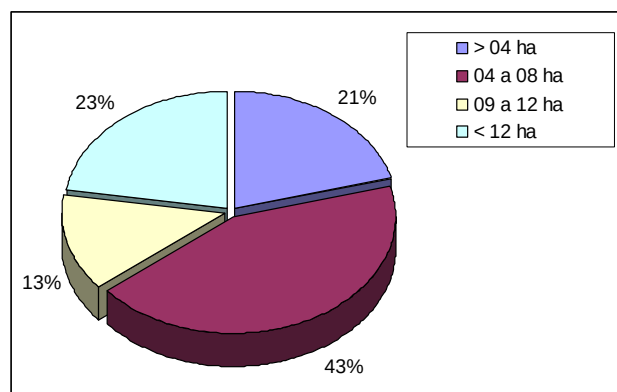


Gráfico 02: Tamanho da Propriedade
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

Posteriormente, algumas propriedades foram vendidas aos confrontantes mais favorecidos financeiramente ou aos moradores da cidade, o que fazia com que o objetivo inicial do assentamento ficasse comprometido, haja vista que os compradores não tinham compromisso com a doação efetivada anteriormente. Isto fez certas propriedades de tornarem improdutivas considerando que os novos proprietários não tinham interesse em executar atividades agrícolas, dada suas ligações com outras atividades não-agrícolas.

Mas, as propriedades sempre estiveram com alguma atividade pertinente e nunca perderam a vocação inicial para as quais foram criadas. Embora trocando de dono, a sua proximidade com a capital obrigava os proprietários a morar ou a manter alguém na propriedade, como forma de afugentar possíveis invasores. Isso fez com que fossem erguidas moradias para valorizar proteger a propriedade, adicionando mais valor às propriedades. Estas moradias serviam como base para a utilização da propriedade em suas primeiras atividades rurais ou como moradia para os novos adquirentes que trabalhavam na capital ou tinham vindo definitivamente de outro Estado ou cidade e necessitavam de um lugar para morar, produzir algum bem que pudesse ser comercializado na cidade. Sendo assim começava a circular informações econômicas entre a cidade e o assentamento (Gráfico 03⁹).

⁹ Nas primeiras construções já se observava a utilização de tijolos como forma de assegurar domínio definitivo da propriedade.

Tipo de construção	
Alvenaria	121
Adobe	38
Outro (Palha, Palafita)	14

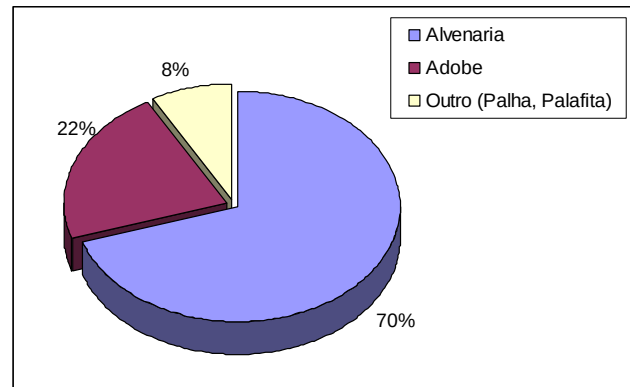


Gráfico 03: Tipo de construção
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

As formas da construção as quais os assentados se propuseram a fazer não obedeciam a critérios rígidos de engenharia, mas percebia nos tipos a vontade de permanecer no local. Para isso se desdobravam para comprar material mais consistente que comprovasse durabilidade na constituição de um novo modo de vida no lugar. Havia aqueles que, não dispendo de fundos financeiros para fazer moradias melhores se valiam da que tinham, a sua própria capacidade de produzir trabalho. Desmatavam e, com a madeira cortada, com as palhas retiradas dos coqueiros, abundantes na região, erguiam moradias de palha, madeira ou misturavam capim ao barro, fazendo tijolos artesanais, não queimados e, muito rapidamente, demarcavam suas novas propriedades com uma sede provisória. Outros, bem mais abastados, que adquiriam as propriedades dos primeiros assentados construíam casas de campo para finais de semana, lazer ou para especular financeiramente (Foto 06).



Foto 06: Modelos de construções do Coqueirinho
Fonte: (AUTOR, 2007)

Com relação ao tempo de moradia no assentamento pesquisado, observou-se que 17% dos entrevistados moram a menos de 06 anos na localidade, sendo que destes, 24%

residem a menos de 03 anos, conforme (Gráfico 04¹⁰). Considerando que o Estado do Tocantins possui 18 anos de criação e sua capital, Palmas 17 e, comparando esta informação com o tempo de moradia dos entrevistados, este fato indica o acelerado processo da ocupação do Estado.

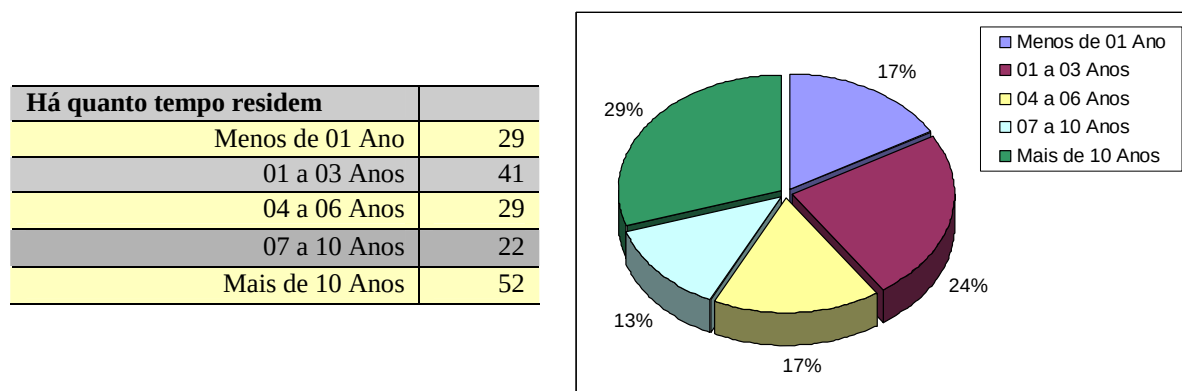


Gráfico 04: Tempo de residência
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.1.2 Nível de escolaridade

Como as famílias ali instaladas precisavam dar continuidade às atividades escolares, visto tratar-se de necessidade vital, para o engajamento dos assentados no processo de sociabilização dos conhecimentos tanto tradicionais como os repassados através dos meios de comunicação atuais fomos pesquisar o número de pessoas por grau de escolaridade para termos um retrato fiel de como anda a situação da aprendizagem no assentamento. No que tange ao grau de escolaridade, observa-se que quase metade dos sujeitos possuem o ensino básico (completo e incompleto), o que significa 48% dos assentados. O baixo grau de escolaridade é típico desse segmento social que ao longo dos anos, em seu local de origem, teve pouca oportunidade de concluir os estudos (Gráfico 05¹¹).

¹⁰ A veracidade desta informação pode ser confirmada através do cruzamento com os dados obtidos sobre o tamanho da propriedade, onde somente 23% destas possuem mais de 12 hectares, ainda assim uma propriedade considerada pequena para os padrões da região.

¹¹ Melhorar o nível escolar dos assentados é um grande desafio para o Assentamento

Escolaridade	
Não Alfabetizado	57
Alfabetizado	51
Ensino Básico Completo-1 ^a /4 ^a	50
Ensino Básico Incompleto	101
Ensino Fund. Completo - 5 ^a /8 ^a	112
Ensino Fundamental Incompleto	30
Ensino Médio Completo-2ºGrau	95
Ensino Médio Incompleto	20
Superior Completo	26
Superior Incompleto	14
Total de pessoas na família	526

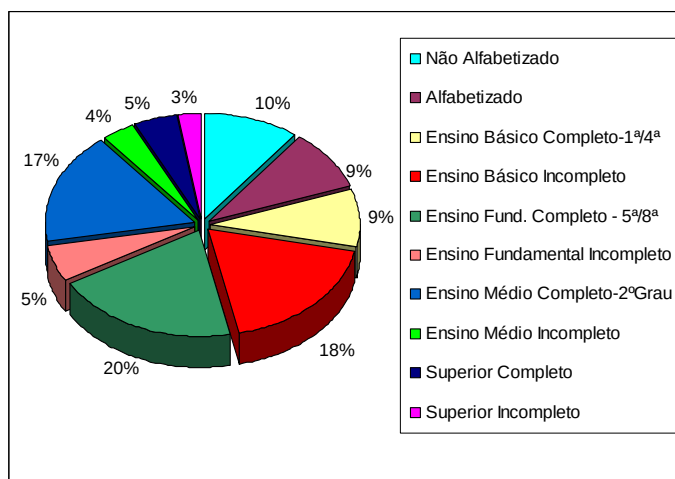


Gráfico 05: N° de pessoas por grau de escolaridade
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

O grau de escolaridade dos assentados é muito precário e estão na faixa do ensino fundamental incompleto o que perfaz um contingente de 188 pessoas, num universo de 526 pessoas, com acesso dificultado às redes de informações e ao mercado de trabalho, um percentual muito alto para os padrões atuais de desenvolvimento e para a média dos municípios da região. Do total de entrevistados, 42% estudaram no máximo até a quarta série do ensino fundamental, conforme (Gráfico 05). Como foi visto, em muitos casos, na propriedade muita atividade não desenvolve pelas dúvidas, que exija a leitura de rótulos, instruções escritas mais complexas e o próprio entendimento comunicacional oral.

3.1.3 Tipo de transporte

Porém esta barreira está sendo superada, pois, já existe transporte escolar gratuito oferecido pela municipalidade para aqueles que necessitam ampliar os conhecimentos e interagir no assentamento, uma necessidade básica para ter o mínimo necessário no intuito de apreender e repassar conhecimentos em prol do crescimento individual e coletivo do agrupamento estabilizado. Quanto aos outros tipos de transporte, o assentamento conta com 49% individualizado, ou seja, 84 famílias possuem, seu próprio meio de locomoção, veículos automotores, que convenhamos, representa quase metade dos assentados em condições de favorecimento nos deslocamentos tanto comerciais, de trabalho ou lazer (Gráfico 06¹²).

¹² Cada família vai à sua maneira se deslocando entre o assentamento e a cidade.

Tipo de transporte	
Próprio	84
Coletivo	37
Outros (Bicicleta, Carroça)	52

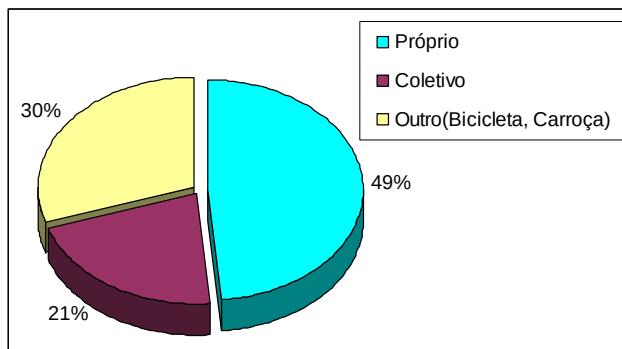


Gráfico 06: Tipo de transporte
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

O tipo de transporte mais utilizado no assentamento é o automóvel dado a comodidade do uso em benefício familiar e a agricultura familiar precisa ser dinâmica a ponto dos seus integrantes se movimentarem de todas as maneiras para organizar o sistema produtivo local. Conforme dados coletados no meio dos assentados 30% utilizam do transporte coletivo para satisfazer suas necessidades de ir e vir nos seus afazeres diários. Os tipos de transporte norteiam a velocidade das atividades, dos acontecimentos e das informações no assentamento. Estas informações, para colocar os assentados em sintonia com o mundo que os cerca, necessitam de meios para serem diluídas em notícias de interesse da comunidade.

3.1.4 Comunicação

O rádio, a televisão, o celular, na proximidade com a cidade, colocam os agricultores familiares tão familiarizados com os acontecimentos em tempo real que parecem viver na cidade. Estes meios de comunicação exercem uma grande influência sobre a mentalidade da população assentada, podendo colocá-los atualizados desde questões financeiras até emocionais (Gráfico7¹³).

¹³ Os meios de comunicação exercem um grande poder de sedução sobre os assentados .

Comunicação	
Rádio	58
Televisão	100
Outros (Celular, Jornal, Revista)	15

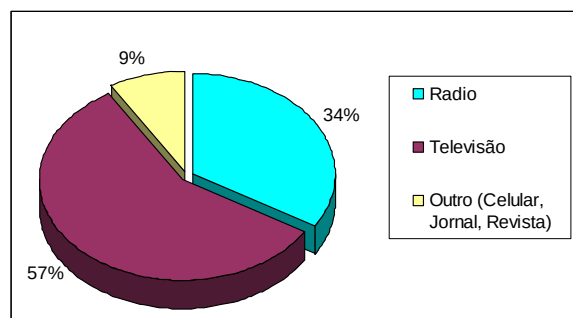


Gráfico 07: Meios de comunicação
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

A televisão é um dos mais amplos processos de convencimento, onde 57% da população local se entretêm com a programação diária, revezando-se entre os que vão à escola e aqueles que não exercem atividades de trabalho nas propriedades rurais. A televisão, uma linguagem verbal e uma não-verbal, utiliza os recursos de som e imagem como forma de entreter o telespectador e isso faz com que a população meio rural meio urbana seja conduzida conforme os interesses daqueles que utilizam dos meios para estes fins.

3.1.5 Programas de governo

E em se tratando de diretrizes de governo observamos que no Assentamento Coqueirinho os programas de governo não atendem a população em sua maioria, pois 80% dos moradores não são contemplados por nenhum tipo de ajuda, o que os faz procurar outros recursos longe da esfera do assistencialismo. Esta procura acontece pelo trabalho assalariado, pela venda da mão de obra a outros proprietários como forma de auxiliar nas despesas domésticas e na compra de equipamentos para serem utilizadas em suas propriedades. Nota-se que os assentados embora estejam próximos a cidade não são alcançados pelas mãos daqueles que controlam a distribuição das linhas do assistencialismo às populações menos favorecidas pela economia e pelo mercado de trabalho e produção. A não presença do governo no assistencialismo rural obriga os assentados a buscar outras maneiras de compensar a falta da ajuda governamental com trabalho, dedicação e manejo na gestão de suas propriedades (Gráfico 08¹⁴).

¹⁴ A maior parte da população assentada vive sem ajuda governamental.

Programas de governo	
Bolsa Família	16
Eletrificação Rural	9
Bolsa Cidadã	1
Pronaf, PETI, Bolsas	8
Sem benefícios	139

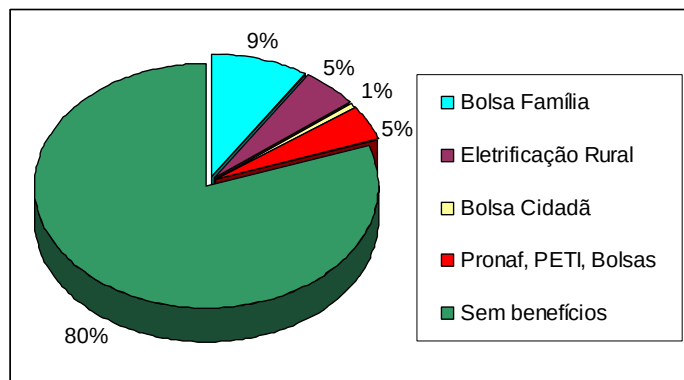


Gráfico 08: Programa de governo
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

Os beneficiados pela ajuda do governo são muito poucos em vista da quantidade de assentados. Isso induz que com a presença de focos de trabalho privados o desenvolvimento local poderá andar com passos mais rápidos do que normalmente se anda nos assentamentos onde a presença do governo é constante. Em consequência desse fato, encontra-se uma considerável parcela da população rural assentada com rendas e terras suficientes para sua manutenção adequada e de recursos para explorar terras alheias a título de arrendamento. Esse contingente de assentados que buscam emprego faz pender a balança da oferta e procura de mão-de-obra em favor do desenvolvimento local sem a interferência do governo, ou seja, sem a ajuda os assentados e vêm na obrigação de criar suas próprias alternativas de sobrevivência. Essa é a uma das razões que comprovam que, muitas vezes, o governo atrapalha. Tal situação reflete, também, nos padrões de vida destes agricultores que, graças à ausência do governo faz com que a produção rural elimine o intermediário e as suas venda se dêem diretamente com o consumidor concorrendo, permanentemente, para que o resultado da venda do excedente produtivo fique retido no assentamento, através da reinvestimento nas propriedades.

3.1.6 Associativismo

E para que o assentamento dê continuidade ao desenvolvimento fora da ajuda governamental foram criadas duas associações: a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Coqueirinho (APALCO) e a Associação dos Criadores de Cabras (ASCABRAS) com o objetivo de manter os assentados mais unidos em busca de melhores

preços e oferecer produtos mais competitivos mostrando que é mais fácil se desenvolver dentro do associativismo. Com maior poder de compra, as associações conseguem melhores preços junto aos fornecedores e melhores prazos de pagamento uma vez que o volume negociado é maior (Foto 07).



Foto 07: O associativismo gerou este laticínio administrado pela ASCABRAS
Fonte: (AUTOR, 2007)

E não é só. Há muitos outros ganhos. A associação consegue outros benefícios para os seus associados, como assistência técnica, extensão rural, assistência médica e poder de negociação mais abrangente, com os assentados se sentindo melhor amparados. Vê-se então que das 173 famílias do Assentamento, 115 encontram-se associados, o que representa 66% do total, o que dá uma maior segurança entre a população assentada considerando que “a união faz a força” (Gráfico 09¹⁵).

Associados		
Sim	115	
Não	58	

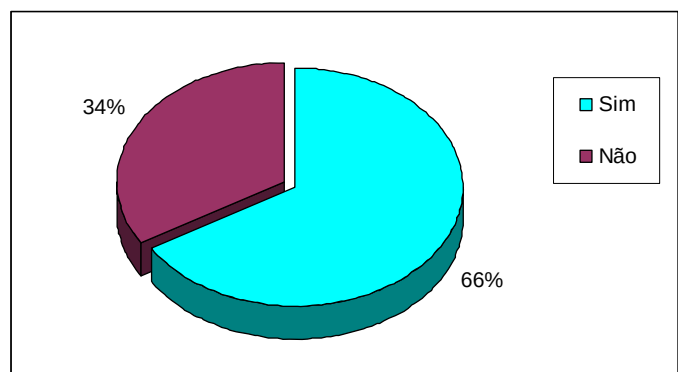


Gráfico 09: Associativismo
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

¹⁵ Quanto mais unido o Assentamento, mais chance de desenvolvimento.

E os associados, juntos, têm um poder de fogo de alcance muito maior do que teria se suas ações fossem individualizadas e isto é visto na conservação das estradas, uma dificuldade constante na maioria dos assentamentos espalhados pelo Estado.

3.2 Infra-estrutura

3.2.1 Estradas

As vias vicinais, conforme os entrevistados estão bem conservadas, notando que o mesmo percentual de associados, 66%, são aqueles que responderam que as estradas estão sendo mantidas em bom estado de conservação. Segundo estes entrevistados, a grande maioria das vias linhas está em perfeitas condições de tráfego, exceto algum ponto aqui e ali, porém nada que possa causar transtornos aos moradores do perímetro rural. A necessidade da população assentada se mover permanentemente à cidade, de forma intensiva faz com estas vias se mantenham em boas condições de uso. A Secretaria Municipal de Agricultura de Palmas, responsável pelo serviço de conservação de estradas rurais, realiza trabalhos preventivos de manutenção da qualidade das estradas rurais, razão pela qual, apesar do prolongado período de chuvas, as estradas estão em condições razoáveis. E isto é comprovado pelo resultado dos 66% dos entrevistados de acordo com a conserva (Gráfico 10¹⁶).

Estradas	
Bem Conservadas	115
Mal Conservadas	58

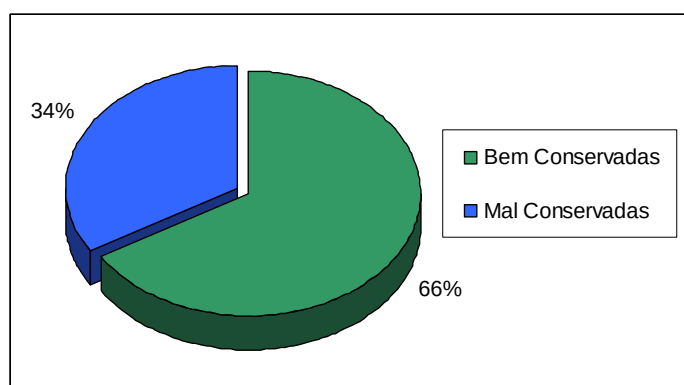


Gráfico 10: Estradas
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

Porém, existem problemas a serem solucionados nas estradas, pois embora a maioria da população do assentamento esteja satisfeita com o trabalho realizado, o fato de

¹⁶ A população assentada, em sua maioria aprova os serviços de conserva das estradas vicinais.

serem estradas sem pavimentação, com o período chuvoso, os problemas se repetem anualmente e isto é notado por parte da população, pelas reclamações quanto aos buracos, processos erosivos e a falta de pontes em algum local estratégico (Foto 08).



Foto 08: Os buracos ainda chamam muito a atenção dos usuários do assentamento e visitantes
Fonte: (AUTOR, 2007)

E estas situações dificultam o acesso da população à escola e sobre isso vamos falar neste comentário.

3.2.2 Escolas

Quem vive no campo sabe que nem sempre existem boas escolas. Se na cidade a situação já é difícil, no meio rural as crianças enfrentam desafios ainda maiores para estudar. Os problemas começam no acesso à escola. Na maioria das vezes, não há transporte das casas para as escolas, o que não é o caso do Assentamento Coqueirinho, pois aqui existe ônibus para levar e trazer aqueles que precisam e os que querem estudar durante e após a conclusão do 1º Grau. Como a distância entre as propriedades rurais e a escola não é grande, as crianças de ensino fundamental andam ou vão de transporte escolar poucos quilômetros todos os dias. Neste comentário mencionamos dois requisitos necessários para que o incremento da educação neste assentamento gere distribuição de riqueza. Tais requisitos se referem primeiro, à necessidade de incrementos no repasse de conhecimentos rurais especificamente necessários

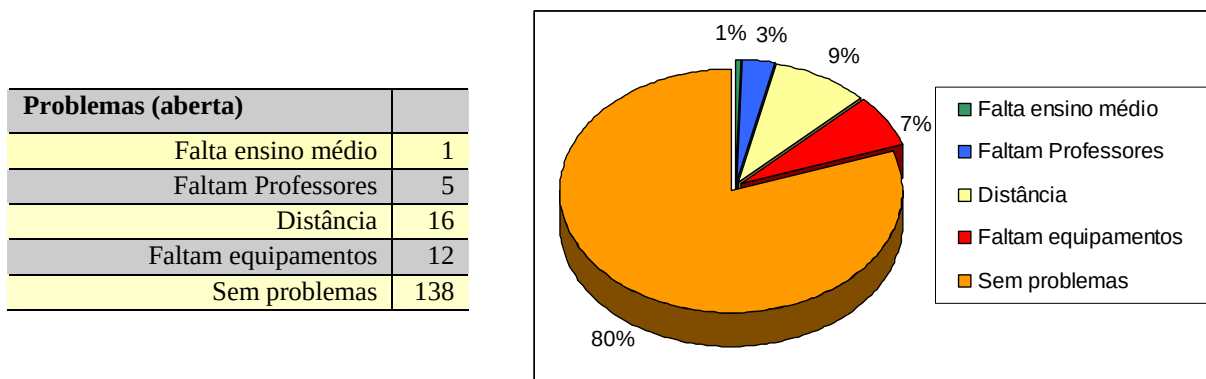
para a melhoria das atividades produtivas e, segundo, às condições do sistema econômico para absorver efetivamente e utilizar este potencial acrescido.

A legislação brasileira sobre ensino de fundamental e médio possui textualmente uma preocupação com o incremento da produtividade através da educação quando dedica especial atenção ao ensino profissionalizante, estabelecendo que nenhum aluno deverá concluir os estudos de ensino médio sem alguma qualificação para o trabalho, o que não é o caso do Assentamento, onde o ensino é o convencional. Com isto queremos dizer que, na hipótese de que a educação local não seja suficiente para gerar incremento do desenvolvimento rural local, que pelo menos oferece condições melhores como um meio de mobilidade social para satisfação pessoa em outros lugares. Isto, porém, só se torna possível e menos desastroso numa área que ofereça alternativas dentro de um mercado de trabalho razoavelmente diversificado e este mercado a cidade de Palmas, oferece. Por isso mesmo, atribuímos à educação um papel extremamente importante na consolidação e na manipulação dos valores, pretendendo com isso, tão somente, enfatizar o fato de que as especificidades das comunidades rurais deveriam ser tratadas com políticas específicas que procurassem preservar os laços comunitários e a forma de vida das populações rurais, garantindo-lhes uma maior estabilidade em seu próprio meio-ambiente.

Através dos dados filtrados pelos questionários, verifica-se que os principais problemas das escolas descritos pelos entrevistados guarda estreita coerência com o conjunto das reivindicações de pais e mães, de alunos/as e de professores/as e funcionários/as, considerando que muitos deles fazem parte do corpo das escolas, embora 138 entrevistados tenham dito não haver problemas nas escolas ou desconhecem. Além dos problemas citados outros são diluídos na mesma proporção, visto nossa visita às instalações escolares durante nossa incursão pelo Assentamento, como:

- Precariedade e ausência de equipamentos (computador, vídeo, tv, antena, fotocopiadora);
- Precariedade da infra-estrutura física da escola (telhado, pintura, piso, redes hidráulica e elétrica, drenagem, sanitários, bebedouros, freezer, geladeira, fogão);
- Falta de boas carteiras para os/as alunos/as;
- Falta de interação família – escola: melhoria na estrutura física, material e didática das escolas (construção de quadras de esportes, laboratórios, biblioteca, livros atualizados, manutenção, limpeza e segurança da escola)

(Gráfico 11¹⁷).



3.2.3 Saúde

E continuando a falar sobre as atividades sócio/econômica/ambientais temos que a saúde é um dos pilares onde estas atividades se alicerçam para garantir o desenvolvimento rural e para isto no Assentamento temos um Posto de Saúde, ao quais os agricultores familiares recorrem para se curar dos problemas de saúde que atrapalham suas atividades.

Destes assentados, 109 famílias, ou seja, 53% estão entre 1 e 5 quilômetros de distância do atendimento e 23% famílias estão a menos de 10 quilômetros do Posto de Saúde, o que nos leva a afirmar que a distância continua sendo um entrave para 24% da população assentada em busca de recurso para sua saúde. Tosse, febre, cansaço é o que mais tem levado os assentados ao posto de saúde, com um quadro típico de gripe. Com as constates mudanças climáticas, estes sintomas costumam evoluir para problemas mais graves, mas graças ao posto de saúde previnem-se muitas situações que poderia se tornar mais grave, se não fosse tratada adequadamente. Parece-nos que a distância das propriedades ao Posto de Saúde é que o que tem chamado mais a atenção dos assentados. De acordo com o os pacientes, os problemas vão além da falta de médicos. Tivemos acesso às dependências e constatamos que os equipamentos usados estão funcionando precariamente (Gráfico 12¹⁸).

¹⁷ A escolaridade se encontra dentro dos padrões comuns ao ensino no país.

¹⁸ Segundo os assentados a saúde precisa estar próxima.

Posto de Saúde	Distância
- de 01	41
01 a 05	109
06 a 10	23

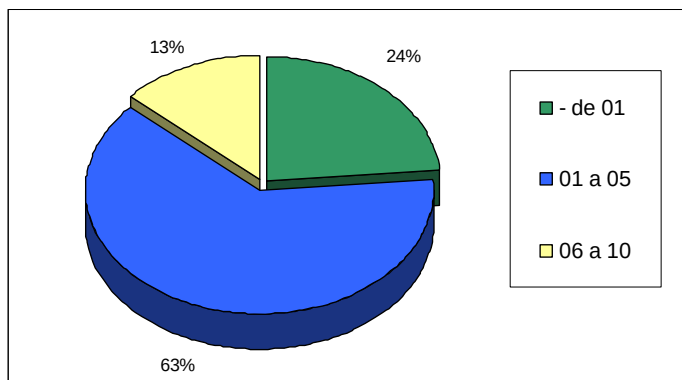


Gráfico 12: Posto de saúde: distância das propriedades
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

De acordo com o os assentados que acorrem ao sistema de saúde instalados, os problemas vão além da falta de médicos. Nos consultórios existem equipamentos enferrujados e balanças usadas para medir e pesar as crianças, de manutenção duvidosa. As esterilizações necessitam de formas mais modernas de funcionamento. Por isso, curativos e exames preventivos precisam ser feitos com mais cuidado. Na sala de curativos, as lâmpadas funcionam precariamente e só a aplicação de injeções esta sendo feita. No consultório odontológico, aparelhos marcados pelo longo tempo de uso, necessitando de restauração ou de compra de novos equipamentos. Os responsáveis pelo posto reconhecem que os problemas são graves, mas esperam que eles sejam resolvidos de vez. Enquanto a solução não chega a população assentada reclama pelo atendimento demorado, pela distancia, pela falta de medicamentos, médicos e equipamentos.

Diante deste quadro observado, 30% dos entrevistados disseram que o problema que mais chamava a atenção era a falta de medicamentos e esta falta os obrigava a ir a cidade, gastar um dinheiro que poderia ser direcionado para outras ações na propriedade, 29% reclamavam da falta de médicos, pois os dias, nos quais os médicos estavam no Posto de Saúde não coincidiam com as necessidades dos assentados, 27% disseram sobre atendimento demorado e distância como sendo as maiores dificuldades encontradas por eles no assentamento quanto ao Posto de Saúde e o restante, 14% nos revelaram que a falta de equipamentos é o que mais atrasa o funcionamento do Posto de Saúde, conforme (Gráfico 13¹⁹).

¹⁹ Problemas comuns se repetem no Posto de Saúde do Assentamento.

Problemas (Aberta)	
Faltam Medicamentos	52
Faltam Médicos	50
Equipamentos Hospitalares	25
Atendimento demorado/distancia	46

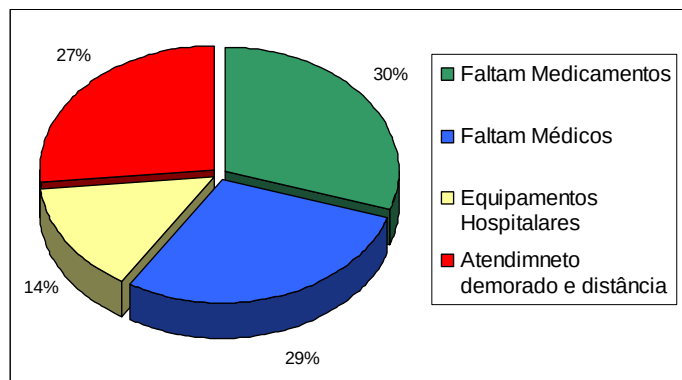


Gráfico 13: Posto de saúde: problemas
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

Mas para reduzir os problemas vistos no Posto de Saúde o agente de saúde, um funcionário da Secretaria de Saúde que percorre o assentamento para verificar as necessidades dos assentados na área da saúde, tem estado presente na prevenção e precaução de possíveis doenças advindas no meio da população assentada. Acredita-se que por ser gente do assentamento, não só se assemelha nas características e anseios desta comunidade, como também preenche lacunas, justamente por conhecer as necessidades desta população. Acredita-se que o agente ajuda muito na organização da comunidade assentada e na prática de assistência, daí cerca de 88% do assentamento tem boas referências do agente de saúde, no que tange às visitas mensais, conforme (Gráfico 14²⁰).

Periodicidade da Visita	
01 vez por mês	118
A cada 02 meses	32
01 vez por ano	23

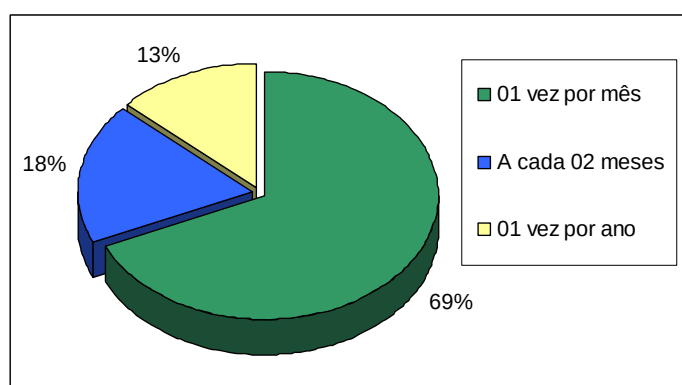
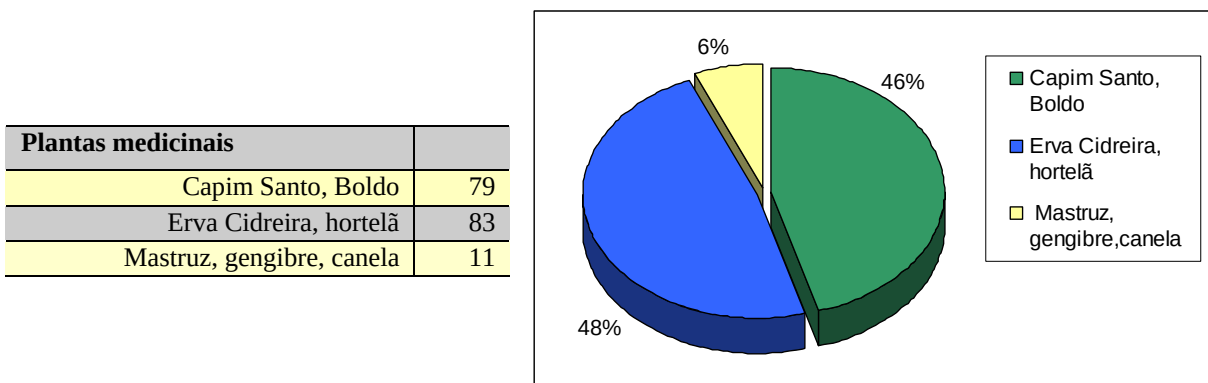


Gráfico 14: Agente de saúde: visitas
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

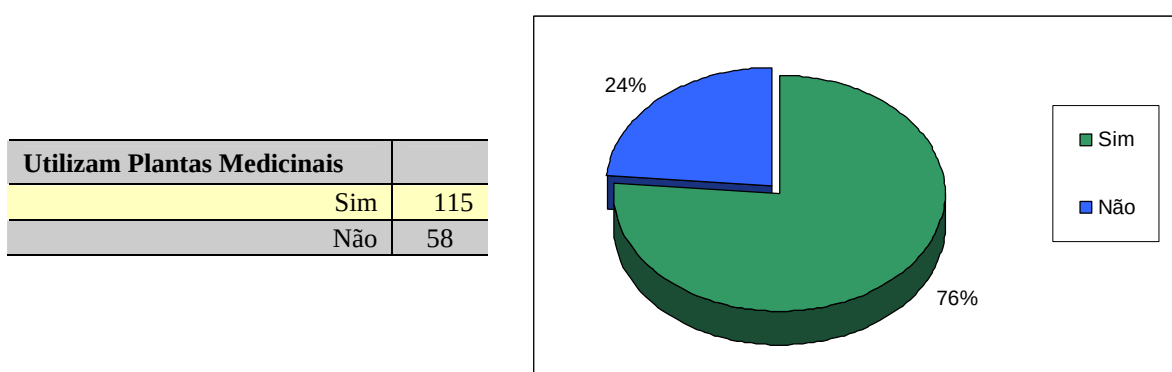
O agente de saúde além de levar notícias de uma propriedade à outra leva também os conhecimentos fármacos naturais de uma propriedade à outra. Fazendo parte da abordagem da pesquisa foi feita uma apresentação das plantas medicinais de conhecimento dos entrevistados visando redução de gastos com medicamentos e melhor atendimento à saúde.

²⁰ O agente de saúde é um elo de comunicação entre a população.

Para tanto, notou-se, junto à comunidade selecionada o cultivo de plantas medicinais preexistentes no assentamento (Gráfico 15²¹).



Sobre as plantas medicinais e sua importância para o assentamento notamos que, o conhecimento destas plantas pelos moradores e cultivadas pelos mesmos nos seus locais de origem, sem o uso de agrotóxico, tornou-se repetitivo entre a população assentada. Com esses aspectos queremos crer que favorece-se o cultivo, o manejo e a comercialização destas plantas visto que 76% da comunidade utiliza estas plantas como complemento de medicação para iabilizar a saúde familiar (Gráfico 16²²).



E aliando o cultivo das plantas medicinais às necessidades e aos cuidados com a saúde dos assentados, podemos mostrar que é de grande valia incentivar este tipo plantio, dado à dificuldade do sistema de saúde em atender o assentado, convenientemente.

²¹ As plantas medicinais é um importante meio de cura entre a população do assentamento

²² A grande utilização de plantas medicinais mostra a preocupação ambiental com a saúde pessoal.

3.3 Produção agropecuária

A agricultura de subsistência, utilizada por 61% dos assentados, está voltada às necessidades imediatas de consumo alimentar dos próprios agricultores. A produção destina-se a subsistência da família do agricultor, que se alimenta praticamente daquilo que planta. Tal realidade ainda é comum, mas o que prevalece hoje, no Coqueirinho, é uma agricultura de subsistência e o excedente voltado ao comércio urbano.

O agricultor e sua família cultivam produtos que serão vendidos na cidade e o dinheiro que recebem permite a subsistência e alguma sobra. O excedente lhes permite buscar uma melhoria nas técnicas de cultivo e aumento de produtividade. Dada a proximidade com a cidade, 22% dos proprietários tem na propriedade apenas um local de lazer para os finais de semana, feriados ou festas afins. Outros 12% a utilizam como moradia somente, haja vista serem aposentados ou exercerem funções empregatícias na zona urbana, restando aos 5% utilizando a propriedade com fins não agrícolas e 61% para sua função original (Gráfico 17²³).

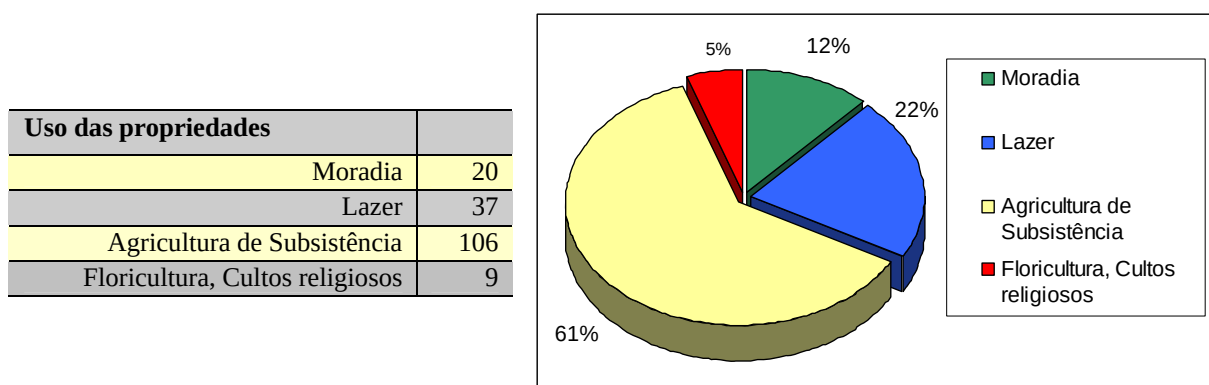


Gráfico 17: Uso e ocupações da propriedade
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.3.1 Agricultura

Em se tratando de propriedades rurais a pastagem se destaca como a grande forma de ocupação territorial dada a familiaridade do proprietário com as atividades pecuárias e no Coqueirinho 35 propriedades têm na pastagem sua maior taxa de ocupação com 55% estando entre 1 a 3 hectares, 34% acima de 3 hectares e 11% com menos de 1 hectare ocupado. Esta

²³ A agricultura de subsistência é o motivo da existência do assentamento

relação pode ser observada no (Gráfico 18²⁴).

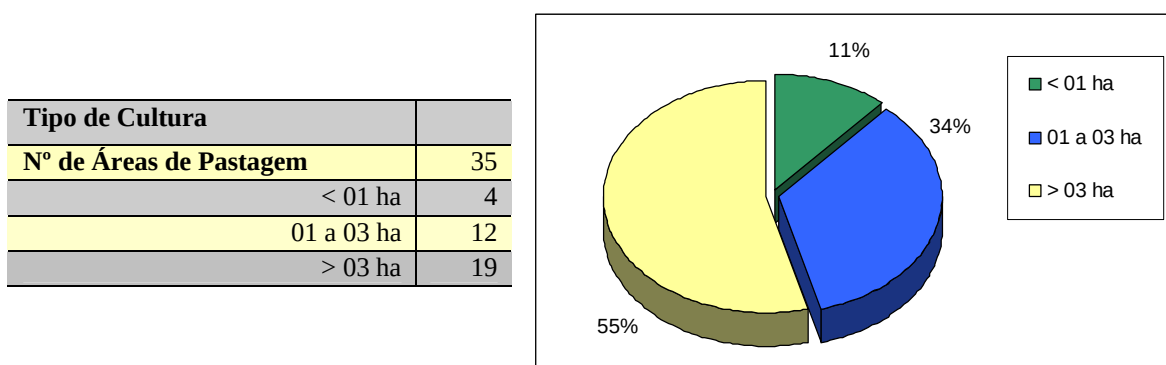


Gráfico 18: Área plantada
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

A pecuária apresentou-se uma atividade pouco expressiva em ocupação de força de trabalho para o Coqueirinho, embora ocupe razoável área com pastagens. Considerando não ter havido expansão ou retração da atividade pecuária até o ano estudado, nota-se que esta atividade encontra-se estacionada nos mesmos números (Foto 09).



Foto 09: A pecuária encontra-se estagnada pelo tamanho da propriedade
Fonte: (AUTOR, 2007)

3.3.1.1 Arroz

Na agricultura, como forma de ocupação no sistema organizacional da produção, em 17 propriedades é plantado o arroz com 14 proprietários utilizando mais de 1 hectare e 3

²⁴ Parte dos pequenos agricultores tem pretensões fazendeiras.

entre 1 e 3 hectares, sendo a quantidade produzida identificada no (Gráfico 19²⁵).

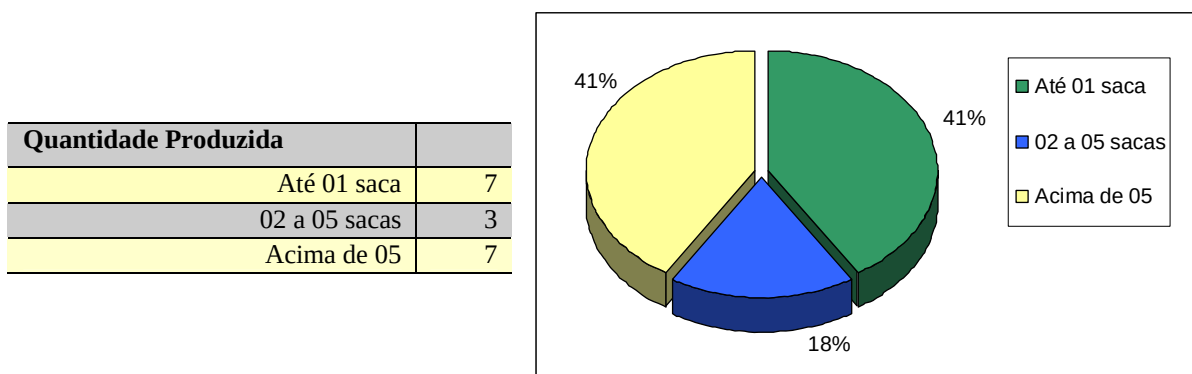


Gráfico 19: Arroz: quantidade produzida
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.3.1.2 Feijão

Já o feijão tem seu domínio duplicado em relação ao arroz, pois 34 agricultores familiares o plantam e tem nele uma alternativa de complemento na renda familiar. A estabilidade nos preços do feijão tem atraído estes produtores para ocupar espaço em suas propriedades com o plantio. No Coqueirinho, o feijão é tradicionalmente cultivado, com áreas variando de 1 a 3 hectares. O plantio inicia em setembro e se estende até dezembro/janeiro. Nos últimos anos, segundo os entrevistados, a área plantada se manteve estável.

Contudo, apesar do feijão competir em área e período da safra com outras culturas, ele aparece como uma excelente opção de renda antecipada pelo ciclo-curto e liquidez de mercado. O feijão também serve de rotação com o milho e, dependendo a época de plantio, ainda permite o plantio do milho safrinha logo após a colheita do feijão (Gráfico 20²⁶).

²⁵ A quantidade de arroz produzida tem sido consumida no próprio assentamento

²⁶ O feijão mostra-se como uma boa ajuda no complemento da renda familiar

Quantidade Produzida	
Até 01 saca	5
02 a 05 sacas	3
Acima de 05	1

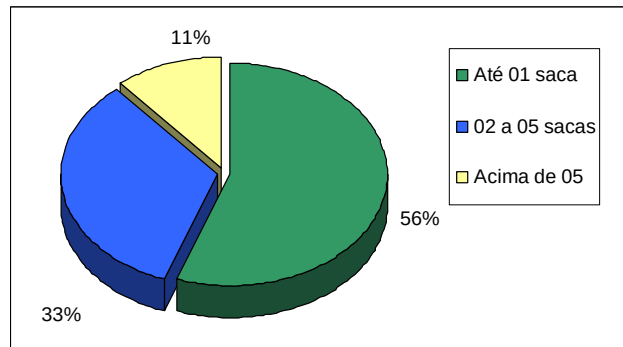


Gráfico 20: Feijão: quantidade produzida
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

Os agricultores ainda não utilizam muito as máquinas agrícolas porque a Prefeitura não consegue atender a todos. Então o trabalho acaba sendo realizado pela força braçal do agricultor, um trabalho essencialmente manual, e pelos animais que criam. A agricultura realizada neste assentamento é a agricultura familiar, ou seja, dentro de cada terreno divide-se a terra em pequenos talhões e cada talhão destina-se a uma cultura diferente (batata, milho, feijão, etc.). Este tipo de agricultura beneficia os agregados familiares, pois, desta forma, obtêm das suas terras quase todos os produtos de que necessitam, no dia-a-dia, para o seu consumo próprio.

3.3.1.3 Milho

Dentro das diferentes culturas realizadas, o milho é, sem dúvida alguma, um alimento importante na vida destas pessoas, pois para além de servir para alimentar os animais das propriedades serve também para consumo caseiro. O milho é um cereal de grande rendimento e é muitas vezes associado ao trigo para produzir o pão (Foto 10).



Foto 10: O milho é uma cultura muito viva para os assentados
Fonte: (AUTOR, 2007)

Felizmente o povo deste assentamento ainda não perdeu as tradições que cultivam

com este tipo de agricultura. E a prova disto está nas palavras de Santos (2006 [entrevista]):

José Carlos - Como está a agricultura familiar aqui, no Coqueirinho?

Sr. João - A agricultura familiar não está nada boa. Todas as pessoas se queixam porque não têm grandes ajudas. Está tudo muito caro e a gente não tem grandes posses.

Jc - Quais são as dificuldades que encontra em cultivar o milho?

Sr. J - É que o milho dá muito trabalho e a gente começa a não poder devido à idade e, os jovens vão embora para poderem ter uma vida melhor.

Jc - Quais as ajudas que recebem em subsídios?

Sr. J - Há alguns subsídios que dão para ajudar a cultivar mas, é pouco dinheiro e não dá para ajudar muito.

Jc - Que dificuldade encontram em manter as tradições e a agricultura tradicional?

Sr. J - As principais dificuldades que se encontram para manter a agricultura tradicional é que as pessoas são cada vez mais idosas e começam a não poder trabalhar, como faziam antigamente. Os jovens, hoje em dia, querem fazer as coisas de maneira a levarem melhor vida, sem terem de dispendir de tantos esforços como se fazia antes. Agora já existem tratores e outras alfaías agrícolas para lhes facilitar a vida.

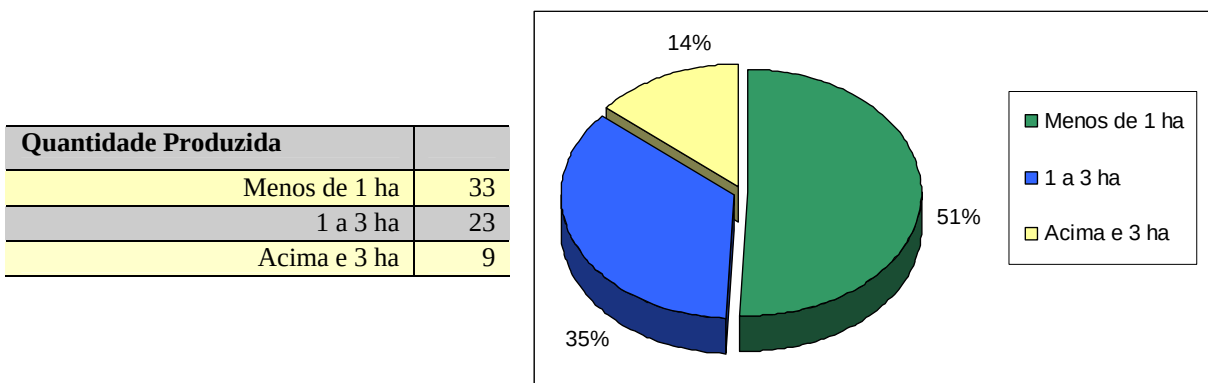
Jc - Compensa cultivar o milho?

Sr. J - Não compensa muito porque, como se faz tudo manualmente, leva-se muito mais trabalho. E não se pode cultivar muito porque as pessoas já têm idade e não têm forças para cultivar muito mais.

Jc - Muito obrigada pela sua disponibilidade.

Sr. J - De nada e sempre às ordens!

Diante das palavras do Seu João conferimos que no Coqueirinho existem 65 propriedades onde o milho é a maior atividade agrícola, sendo que 51% plantam menos de 1 hectare, 35% entre 1e 3 hectares e 14% planta mais de 3 hectares e a quantidade produzida é identificado no Gráfico 21²⁷.



3.3.1.4 Mandioca

²⁷ O milho é um dos puxadores da economia no Coqueirinho

Outro produto agrícola, no Coqueirinho, de grande importância pra a agricultura familiar é a mandioca (Foto 11). Cultivar mandioca nas terras do Coqueirinho não significa apenas estabelecer um dos pilares da agricultura familiar nesse assentamento, é uma forma de expressão e inserção social e econômica de cento e setenta e três famílias que buscam na terra, através das veias da cultura local, o fortalecimento de sua identidade e a melhoria de suas condições de vida.



Foto 11: A mandioca é um bom indicador da presença das culturas tradicionais.
Fonte: (AUTOR, 2007)

Nessa teia de relações, a tradição da cultura e beneficiamento da mandioca estabelece as bases para o trabalho de organização social e econômica desse território. E apesar de todas as dificuldades que esses produtores enfrentam, sobretudo no processo de comercialização da produção, a atividade permanece encravada na localidade como o sonho e a esperança de Cruz (2006 [entrevista]) de que esse lugar seja o berço que acolherá toda a sua família: “Se o que nós plantamos aqui fosse vendido por um preço justo, nenhum dos meus três filhos ou qualquer outra pessoa da comunidade ia precisar sair daqui para procurar trabalho em outro lugar”.

Mas, na atualidade, muita coisa vem mudando e mandioca não serve apenas para fazer farinha, beiju, tapioca e bolo pé-de-moleque. Agora a produção é destinada para as feiras e mercados onde rende algum dinheiro para complementar a renda das 66 propriedades que plantam mandioca, sendo que 37 possuem menos de 1 hectare da planta e 29 entre 1 a 3

hectares ou mais e a quantidade produzida nos é mostrada no Gráfico 22²⁸.

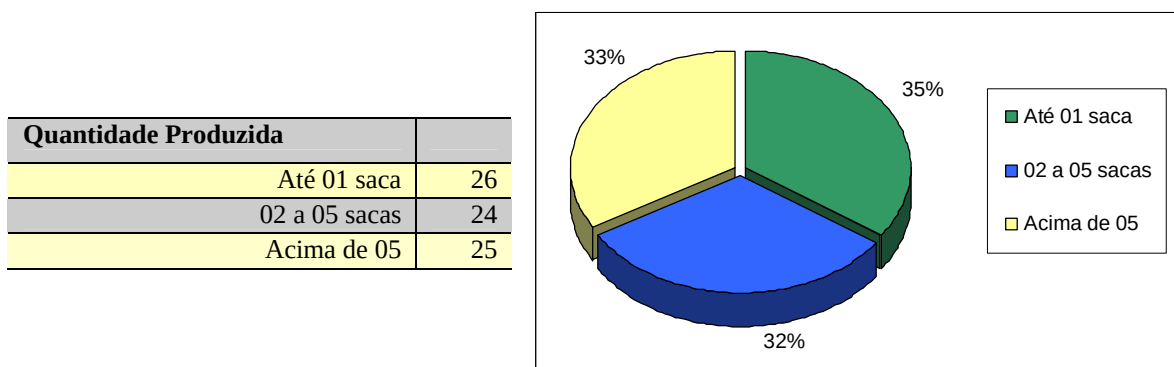


Gráfico 22: Mandioca: quantidade produzida
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.3.1.5 Hortaliças

Quanto à produção de hortaliças percebemos que a área plantada corresponde à mesma área produzida e as hortaliças têm na diversidade de cultivares uma forma de diluir custos e aumentar a renda aproveitando assim disponibilidade de mão-de-obra não muito especializada. A produção de hortaliças é consumida no próprio assentamento e nos comércios da cidade. Por ser diversificada, a horticultura traz benefícios agro/sócio/econômicos e ambientais. Por isso, umas das preocupações da pesquisa em analisar a situação atual dos agricultores familiares, no Coqueirinho, é saber até que ponto está sendo economicamente viável a produção agrícola próxima ao mercado consumidor (Gráfico 23²⁹).

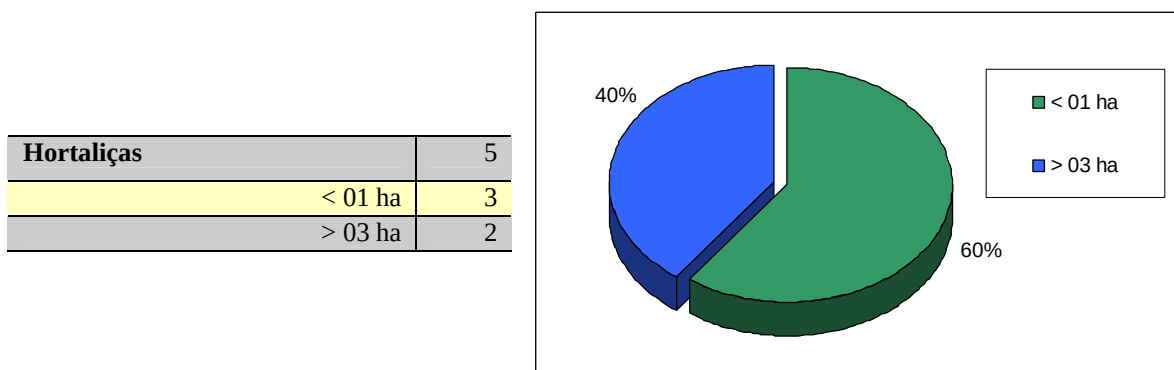


Gráfico 23: Hortaliças: Área plantada e quantidade produzida
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

²⁸ Embora produzida numa boa quantidade, ainda é insuficiente para o consumo.

²⁹ O plantio de hortaliças fascina o agricultor familiar do Coqueirinho.



Foto 12: O cultivo de hortaliças se mostra bastante efetivo.
Fonte: (AUTOR, 2007)

3.4 Conservação do Solo e da Água

A conservação do solo está muito relacionadas com as práticas culturais e mecânicas utilizadas. As práticas culturais constituídas pelo preparo e cultivo adequado do solo, rotação de culturas, adubação verde, cobertura morta, cordões de vegetação, por serem mais simples e de baixo custo, são realizadas prioritariamente. O armazenamento das águas pluviais é uma prioridade (Foto 13). As práticas mecânicas que demandam maior investimento financeiro, pois envolvem obras de engenharia e movimentação de terra, como terraceamento, canais escoadouros, devem ser realizadas pois as condições de cultivo, erodibilidade do solo, erosividade das chuvas, declividade da área, necessitam deste tipo de ação e já começam a serem pensadas pelos assentados.



Foto 13: A água continua sendo prioridade, daí o seu armazenamento
Fonte: (AUTOR, 2007)

3.4.1 Práticas conservacionistas

No preparo do solo, os assentados mostram sua relação telúrica e o cuidado na sua preservação para os próximos plantios (Foto 14).



Foto 14: No solo a base para a sustentabilidade familiar
Fonte: (AUTOR, 2007)

No Coqueirinho, 75 agricultores familiares conhecem técnicas de conservação do solo e as utiliza conforme Gráfico 24³⁰.

Práticas utilizadas	
Adubação química ou orgânica	18
Análise de solo	8
Calagem	8
Curvas de Nível	4
Plantio Direto	17
Rotação de Cultura	17
Tração Animal	3

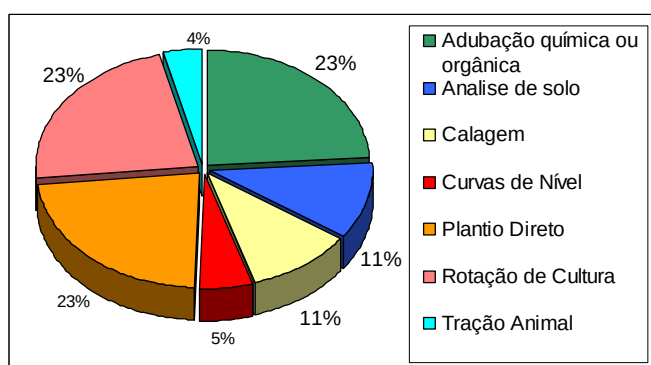


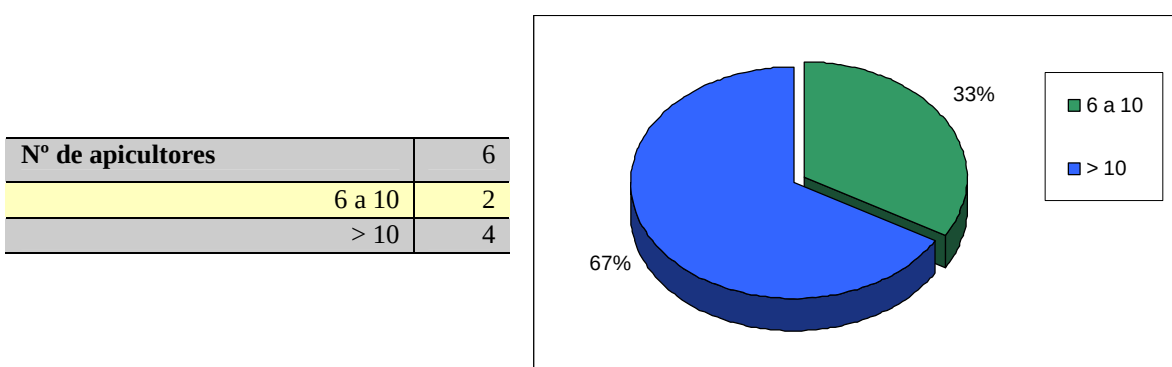
Gráfico 24: Práticas agrícolas utilizadas
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

³⁰ No Coqueirinho 98 agricultores ainda não utilizam práticas conservacionistas em suas propriedades

3.5 Produção Animal

3.5.1 Apicultura

Dentre as atividades se destaca a atividade apícola, na qual estão inseridos 6 apicultores, sendo que 2 possuem entre 6 a 10 caixas para produção de mel e 4 possuem mais de 10 caixas, conforme Gráfico 25³¹.



3.5.2 Bovinocultura

A bovinocultura é desenvolvida de forma limitada, tanto a pecuária de corte quanto a leiteira por conta do tamanho das propriedades. No entanto, para os assentados, esta criação significa muito, inclusive com relação à criação de outros animais, basicamente utilizados para consumo. As glebas empregam as tecnologias de conhecimento herdado e repassado pelos técnicos que visitam o assentamento. O manejo pecuário (critérios de descarte, aquisição, estação de monta) é baseado no conhecimento adquirido. A utilização de mão-de-obra especializada não se faz presente, ou pela falta de recursos ou pela pequena quantidade de cabeças existentes. No Coqueirinho existem agricultores familiares que criam gado, aproveitando-se de sua carne ou do seu leite para sobreviver. A atividade pecuária utiliza pouca mão-de-obra, consistindo apenas na familiar. Dos 59 criadores 26 possuem menos de 10 cabeças e igual número possui entre 10 e 30 cabeças. Outros 5 estão entre 31 a

³¹ A apicultura começa a deslancar no assentamento

50 animais e 2 proprietários estão com um rebanho acima de 50 cabeças, conforme Gráfico 26³².

Criadores de Bovinos	59
Quantidade de Animais	
< 10 Cabeças	26
10 a 30 Cabeças	26
31 a 50 Cabeças	5
> 50 Cabeças	2

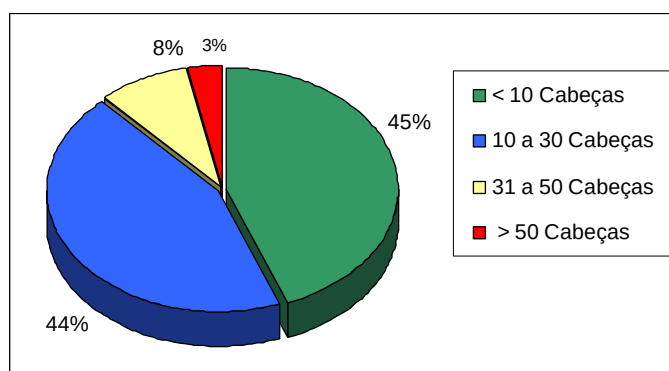


Gráfico 26: Rebanho bovino: quantidade de cabeças
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.5.3 Suinocultura

A suinocultura no assentamento não é competitiva. Com um desfrute de aproximadamente 51 agricultores que exploram esta atividade, 32 deles possuem menos de 10 cabeças. O mercado da carne está concentrado nas feiras livres, nos açougues e em alguns comércios da cidade. Ainda não foram incorporadas ao processo produtivo novas tecnologias em instalações, equipamentos e manejo, nem melhoria genética dos plantéis, do nível sanitário e da qualidade da carne e derivados (Foto 15).



Foto 15: Os suínos fazem parte da cadeia alimentar e do excedente a ser comercializado
Fonte: (AUTOR, 2007)

³² A criação de gado é uma atividade bastante desenvolvida no Coqueirinho.

Na formação da fonte de renda de origem animal é a segunda principal atividade no Coqueirinho com, além dos 32 criadores citados anteriormente, ainda conta com 10 criadores entre 10 a 30 cabeças e 9 acima de 30 cabeças, conforme Gráfico 27³³.

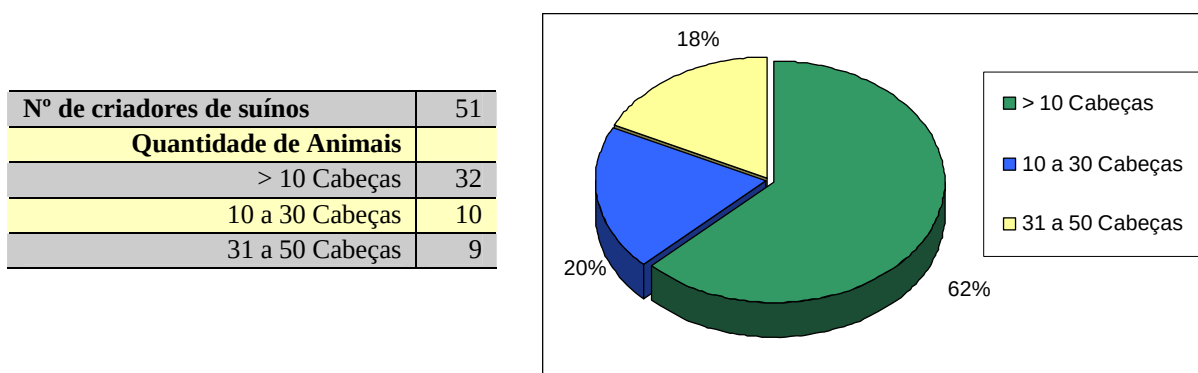


Gráfico 27: Suínos: quantidade de cabeças
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.5.4 Ovinocultura

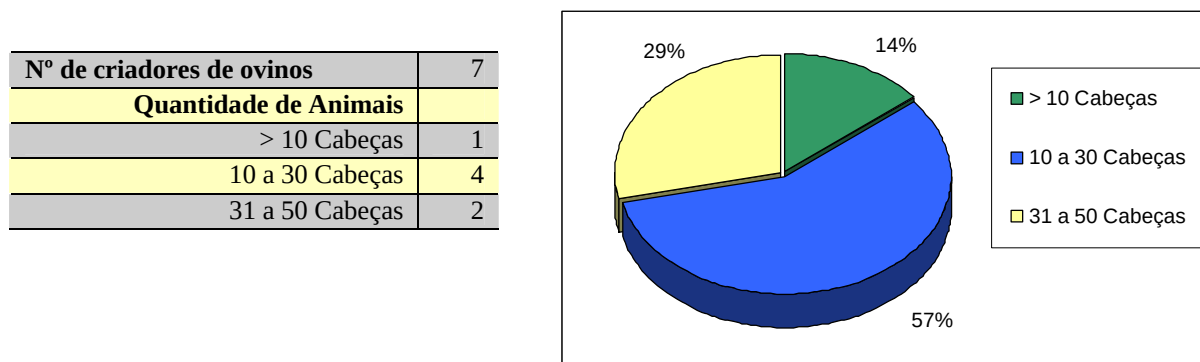
A ovinocultura se apresenta como grande oportunidade econômica, por seus notáveis atributos de adaptação (rusticidade), ciclo produtivo curto, variedade de produtos explorados (carne, couro e esterco), número de raças para serem exploradas, baixo custo de produção e mercado consumidor em expansão para os assentados.

Mesmo com a potencialidade latente de mercado e da qualidade incontestável dos produtos e subprodutos disponibilizados, a produtividade do setor de carnes ainda é baixa. A exploração extensiva, com alta dependência do extrativismo da vegetação nativa, a utilização de animais não selecionados, o uso de práticas rudimentares de manejo, a ausência de assistência técnica apropriada e o baixo nível de organização e gestão dos sistemas de produção, são os principais entraves à organização eficaz da cadeia produtiva, que aliados à dispersão dos rebanhos conduz à máxima ineficiência.

Os sistemas de produção de ovinos no Coqueirinho, com base na pequena produção, são ainda praticados de forma inadequada, com baixo nível tecnológico e com forte ênfase ao extrativismo. Diante da nova dimensão que a agricultura familiar vem assumindo na cadeia produtiva de alimentos, este segmento passa a ter importante papel na geração de renda e trabalho no campo. Assim, o acesso às inovações tecnológicas e a profissionalização de

³³ A suinocultura desponta como uma atividade importante para os assentados.

pequenos produtores rurais na área do Coqueirinho é uma condição essencial para inserção de agricultores na atividade produtiva, com elevados índices de produtividade. Espera-se com isso uma maior rentabilidade da ovinocultura e a melhoria da condição social e econômica das 7 famílias criadoras mostradas no Gráfico 28³⁴.



3.5.5 Caprinocultura

O assentamento desenvolve ainda a caprinocultura através de 4 apriscos, sendo marcante no assentamento a presença do laticínio da ASCABRAS. A exploração de caprinos representa uma atividade de elevada importância sócio econômica para o Coqueirinho. A carne e o leite de cabras representam uma alternativa de fonte de renda do agricultor familiar. Pela sua adaptabilidade às condições ambientais do cerrado os caprinos, pela sua natureza reprodutiva, representam uma excelente fonte de renda para os produtores locais. Atualmente os mercados de carne e derivados da cadeia da caprinocultura são compradores que permitem bom retorno financeiro para aqueles produtores que têm boa organização e gestão de sua atividade rural e por se tratarem de ruminantes de médio porte, se adaptam bem aos módulos rurais da agricultura familiar local (Foto 16).

³⁴ A ovinocultura mostra sua força em 7 propriedades.



Foto 16: Os caprinos são importantes para os rendimentos das propriedades
Fonte: (AUTOR, 2007)

Os aspectos sociais e mercadológicos para a caprinocultura são inegavelmente favoráveis aqueles que acreditam neste potencial gerando trabalho, renda e oportunidade de novos negócios. Justifica-se a caprinocultura, por se tratar de uma opção viável e rentável por ser atividade que não exige altos investimentos em infra-estrutura e na aquisição de animais. Concentrando 50% do rebanho de caprinos em duas propriedades com menos de 10 cabeças, 25% em uma propriedade entre 10 e 50 cabeças e uma com um aprisco acima de 50 cabeças, no Coqueirinho são aproximadamente 250 cabeças que formam o rebanho do assentamento Gráfico 29³⁵.

Nº de criadores de caprinos	4
Quantidade de Animais	
> 10 Cabeças	2
10 a 30 Cabeças	1
31 a 50 Cabeças	1

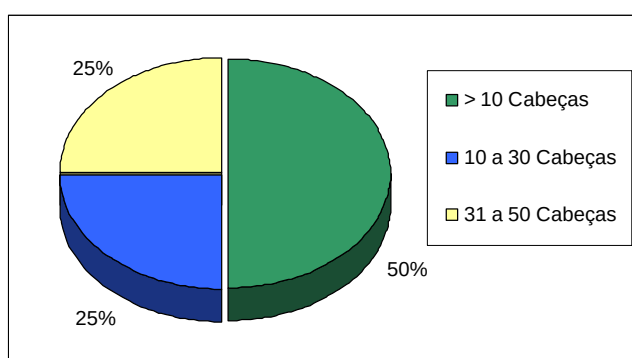


Gráfico 29: Caprinos: quantidade de cabeças
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

A ASCABRAS (Associação dos Criadores de Cabras) beneficia diretamente a população assentada, levando-se em consideração não apenas a população de criadores, mas também, o restante da população, inclusive da cidade de Palmas que recebem benefícios

³⁵ A caprinocultura é uma alternativa econômica bastante viável aos assentados

diretos e indiretos com o fortalecimento da atividade. As feiras locais ampliam os benefícios aos criadores regionais pela oportunidade de negócio oferecida.

3.5.6 Galináceas

Também têm importância para as famílias à criação de animais de pequeno porte como galinhas, patos e outros, uma vez que cada família possui quintais em seus domicílios, esse tipo de atividade tornar-se bastante presente no assentamento (Foto 17).



Foto 17: As galinhas ocupam lugar de destaque nas propriedades
Fonte: (AUTOR, 2007)

Sendo tais atividades dirigidas para o auto-consumo destas famílias e as galinhas se sobressaem no criatório de 73 propriedades (Gráfico 30³⁶).

³⁶ As galinhas representam uma redução em gastos com alimentação.

Nº de criadores de galinhas	73
Quantidade de Animais	
> 10 Cabeças	5
10 a 30 Cabeças	15
31 a 50 Cabeças	23
> 50 Cabeças	30

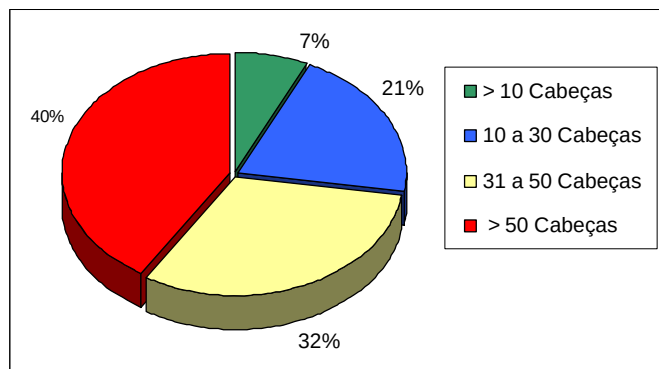


Gráfico 30: Avios: quantidade de cabeças
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.5.7 Transporte da produção

O transporte da produção para o produtor é uma condicionante. Se não tiver o transporte, dependerá dos serviços de frete etc. Se tiver os equipamentos de transporte deverá descobrir qual é a melhor combinação entre os diferentes canais existentes, ou a construir, para escoar sua produção. O transporte da produção do Coqueirinho é realizado por 33 famílias, em carro próprio, 8 famílias em bicicletas e 9 pagam aluguel de veículos ou utilizam motocicletas (Gráfico 31³⁷).

Transporte da produção	
Carro Próprio	33
Bicicleta	8
Frete/moto	9

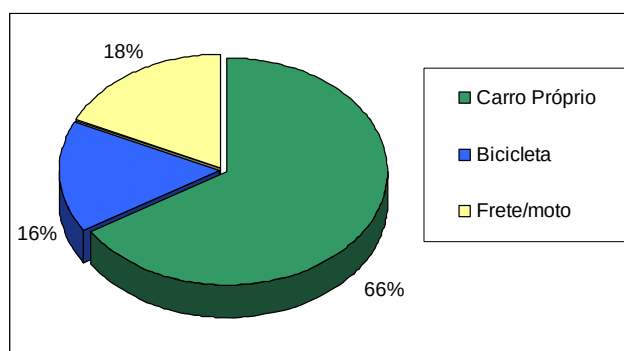


Gráfico 31: Transporte utilizado para escoar a produção
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.5.8 Financiamento

Dos 173 assentados, 141 chegaram a um ponto que não precisam de

³⁷ A proximidade com a cidade facilita o transporte da produção

financiamento bancário, crescem e se expandem com recursos próprios, mantidos aqui, no Coqueirinho, e servem de exemplo para outros assentamentos a serem implantados pelo governo. Sem a ida aos bancos houve aumento da renda das famílias, melhoria nos níveis de saúde e educação e benefícios regionais, crescimento do poder aquisitivo da população assentada, o que demonstra que sem o dinheiro dos bancos é possível haver desenvolvimento. A contribuir para que não cheguem às portas dos agentes de financiamento estão o tamanho da propriedade e a proximidade com a cidade. Mas a força dos agentes econômicos se faz presentes em 32 propriedades (Gráfico 32³⁸).

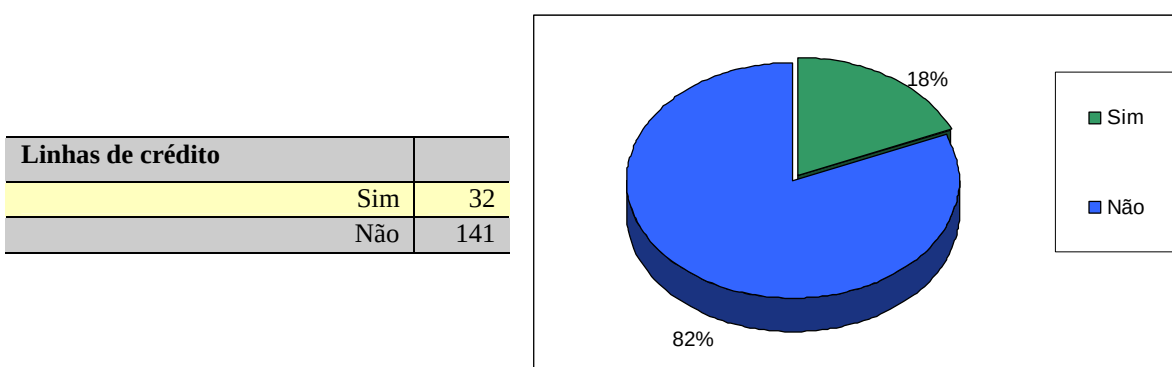


Gráfico 32: Linha de crédito
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.5.9 Outras fontes de renda

Utilizando critérios de modo de organização da produção e do trabalho e fontes de renda, distinguimos que unidades familiares não recorrem aos financiamentos por que membros das famílias exercem outra atividade fora de suas propriedades. Estas famílias são aquelas em que um ou mais membros do grupo doméstico exercem alguma atividade extra-agrícola e/ou possui uma fonte de renda fora da agricultura. Considerarmos aquelas unidades familiares em que algum membro trabalhe em atividade agrícola fora da unidade de produção familiar, como parceiros ou diaristas, pois, assim, poderíamos explicar os dados os dados, na medida em que o trabalho fora da propriedade é uma constante entre os assentados como uma prática comum desde a sua criação.

Estas estimativas mostram que as rendas advindas das atividades não-agrícolas

³⁸ Aspecto de localização facilita a produção sem endividamento

são bem maiores e têm permitido elevar a renda média das pessoas residentes no assentamento. Além disso, as transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões para os agricultores familiares vêm assumindo cada vez mais importância. O conjunto dos dados nos sugere, portanto, que combinar atividade agrícola com atividades extra-agrícolas possibilita uma trajetória social ascendente, à medida que a renda familiar dá um salto de patamares entre 1 a 3 salários mínimos para 5 a 10 salários mínimos mensais. A agricultura familiar embora forneça, na maioria dos casos, uma renda pequena, ela ainda é importante para manter a reprodução social do grupo doméstico, sobretudo para as unidades familiares cujos chefes se encontram na faixa de 35 a 50 anos, onde no mínimo a alimentação e a moradia são garantidas (Gráfico 33³⁹).

Possui outra fonte de renda	
Emprego Assalariado	50
Aposentadoria	34
Venda de Mão de Obra Temporária	35
Não Possui	9
Empresário/Arrendatário/Autônomo)	45

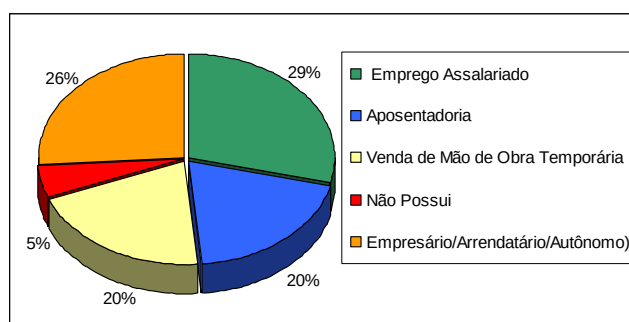


Gráfico 33: Renda fora da propriedade
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

Os dados apresentados pela pesquisa nos permitem observar que as atividades conjuntas possibilitam a ampliação das alternativas de reprodução para os membros do grupo doméstico, melhorias no padrão de vida, sendo, portanto uma forma viável e eficaz de geração de emprego e renda para um segmento de produtores desassistidos de políticas públicas, haja vista que o Estado não se faz presente no Coqueirinho. Embora as atividades não-agrícolas sejam complementares, isto não quer dizer que passem a ser a principal fonte de renda para as unidades familiares, isso significa necessariamente a necessidade da complementação econômica familiar e, é claro que a terra e a atividade agrícola passam a adquirir novos contornos. A terra em muitos casos passa a ser lugar de moradia e a produção para alimentos de subsistência. Além disso, os usos dos solos diversificam-se, multiplicando os usos alternativos e aumentando também a especulação. A antiga ocupação agrícola dá lugar a uma diversidade de funções e ocupações, como: sítios de recreio, proporcionados pela relativa proximidade da cidade e a valorização do espaço agrário.

³⁹ As atividades agrícolas e não agrícolas colaboram para a junção do rural/urbano

Nesse sentido, ao lado dos efeitos positivos proporcionados pela ampliação do mercado de trabalho local, melhoria nas condições de vida, os pequenos produtores não estão isentos de externalidades como especulação imobiliária e diminuição de áreas agricultáveis. As atividades não agrícolas geradoras de renda e emprego, mais a renda local levaram os agricultores familiares a terem uma renda nos moldes das respostas contidas no Gráfico 34⁴⁰, ou seja, é bom para o assentamento e para a cidade este convívio entre o rural e o urbano e em nível econômico.

Renda familiar	
01 Salário Mínimo	49
1,5 Salário Mínimo	29
02 Salário Mínimo	37
03 Salário Mínimo	15
Acima de 03 Salário Mínimo	33

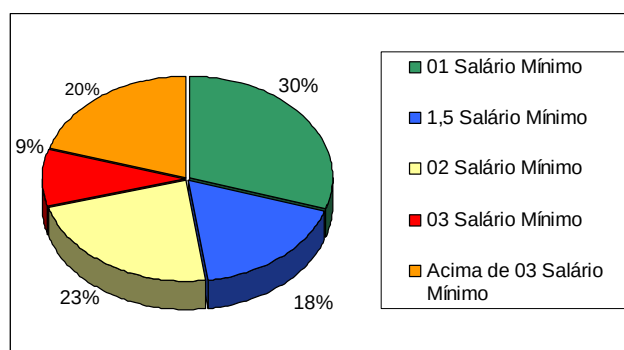


Gráfico 34: Renda familiar
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.6 Situação fundiária

As análises efetuadas quanto à situação fundiária estão baseadas nos dados contidos nas publicações, listagens e mapas obtidos diretamente nos órgãos responsáveis pelas ações de assentamento de trabalhadores rurais no Estado, no caso o Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São apresentados (Anexo A) os principais documentos que serviram de base para a análise da situação fundiária :

- Listagens das Glebas de Assentamento do INCRA, 1995, contendo a área e o número de famílias beneficiadas;
- Mapa das Glebas de Assentamento do INCRA, 1995 - escala 1:1.500.000;

Em função da carência de dados disponíveis sobre o assunto, há que se salientar a reduzida quantidade de informações que puderam ser coletadas nesse primeiro momento.

⁴⁰ A soma das atividades agrícola com a rendas externa gera contentamento entre os agricultores familiares.

Muitas vezes, os dados e informações não se encontram sistematizados ou organizados em publicações regulares desses órgãos, constituindo-se de material de trabalho dos técnicos e o que se viu foi a forma tradicional de ocupação: desmatamento, cercas e armas (Foto 18).



Foto 18: Desmatamento, cercas e armas
Fonte: (AUTOR, 2007)

Não obstante, deve-se ressaltar a presteza e o esforço que os técnicos dos órgãos visitados demonstraram, ao tentar colecionar o material disponível e os fornecer para o pesquisador. Os dados levantados demonstraram a situação fundiária das propriedades visitadas. A seguir, fez-se um gráfico dos dados contidos nos documentos consultados. (Gráfico 35⁴¹).

Forma de Domínio	
Posse	5
Direito de Uso	2
Parcelamento de Assentamento	3
Titulo Provisório	22
Arrendamento	4
Titulo Definitivo	92
Doação	19
Licença de Ocupação	26

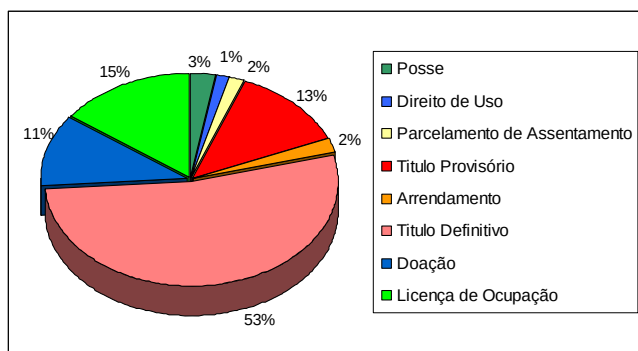


Gráfico 35: Propriedade: documentos de posse
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.7 Meio ambiente

Como não há coleta de lixo no assentamento, 57% dos entrevistados queimam o lixo doméstico, 3% jogam-no em qualquer lugar, 25 leva pra cidade e os coloca nos

⁴¹ Os documentos apresentados indicam a situação fundiária atual do Coqueirinho.

equipamentos de coleta e 14% enterra. Os resíduos de curral, pocilga e galinheiro são utilizados como esterco na maioria das propriedades que os geram. O esgoto doméstico é jogado em fossas ou lançado a céu aberto, sempre tendo o cuidado pra que não chegue aos recursos hídricos e não contamine o solo. Da mesma forma ficou claro que o lixo é um grande problema para a comunidade, que tem grandes divergências no que diz respeito a solução desse problema, mostrando que muitas vezes a falta de informação pode agravar sobremaneira os problemas ambientais (Gráfico 36⁴²).

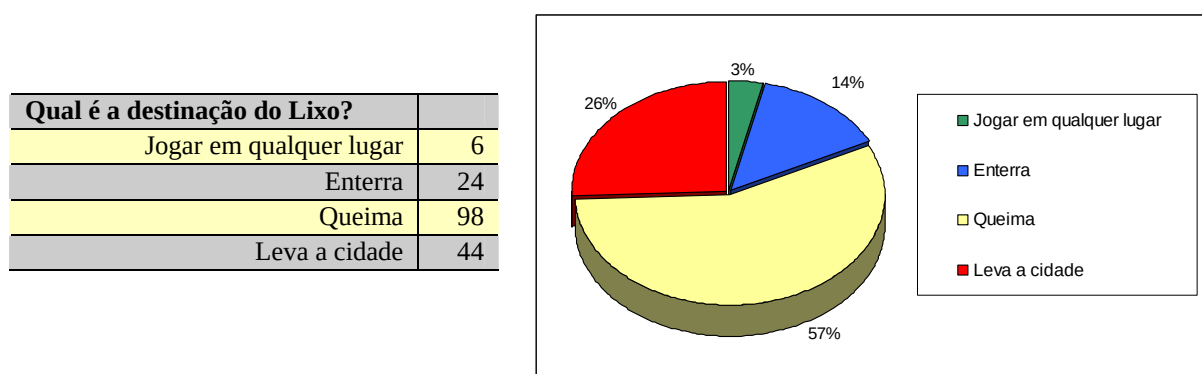


Gráfico 36: Lixo: destino
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

3.7.1 Recursos Naturais

Foi possível observar uma elevada preocupação da comunidade com aspectos sócio-ambientais e de produção, que foram abordados nas entrevistas, levando a reflexão sobre as diversas percepções dos agricultores familiares sobre o ambiente onde vivem. O que resultou em diversas propostas de ações, tais como: conservação de nascentes; redução no uso de agrotóxicos; melhoria no manejo do solo; reutilização do lixo e produção de compostos com os resíduos orgânicos; criação de espaços de estudos sobre Agroecologia e congêneres no meio rural, visando garantir a sustentabilidade dessa comunidade. Concluiu-se sobre a importância da percepção ambiental para o manejo e conservação dos recursos naturais. No que diz respeito à água, e com base nas perguntas usadas nos encontros, foi possível confirmar que o uso do fogo nas áreas cultivadas e degradação das nascentes fazem secar as águas; foram relacionados, também, aspectos relativos à qualidade e quantidade de água com

⁴² Uma das preocupações do Coqueirinho é com o meio ambiente

tipos de vegetações das matas ciliares existentes no assentamento e processos iniciais de formação de focos de erosões, inclusive voçorocas, devido à degradação das pastagens e regiões no entorno das nascentes.

A utilização dos solos no assentamento talvez seja um dos fatores de maior discordância entre a comunidade. Cada agricultor familiar tem sua forma de utilização em experiências vivenciadas nas regiões de origem, quanto, por exemplo, nas espécies cultivadas, no tipo de relevo e, também, na proporcionalidade de áreas reservadas ao cultivo e preservação ambiental. Exemplos dos fatos podem ser entendidos quando dos relatos de assentados no tocante à qualidade da terra. Um dos assentados, que viveu grande parte da vida no Paraná, associa terra vermelha à “terra lavada”, ou seja, esgotada. Outras associações, principalmente no que diz respeito à fertilidade do solo, é a que muitos assentados têm no tocante à características do solo e a presença de vegetações estratificadoras de ambiente; como exemplo a ocorrência de pedregulhos e presença de brachiaria ou a baixa fertilidade do solo associada com elevadas toxidez e ocorrência de samambaia (Gráfico 37⁴³).

Problemas ambientais	
Desmatamento	30
Queimada	31
Assoreamento	5
Lixo, Erosão,	31
Desconhecem	76

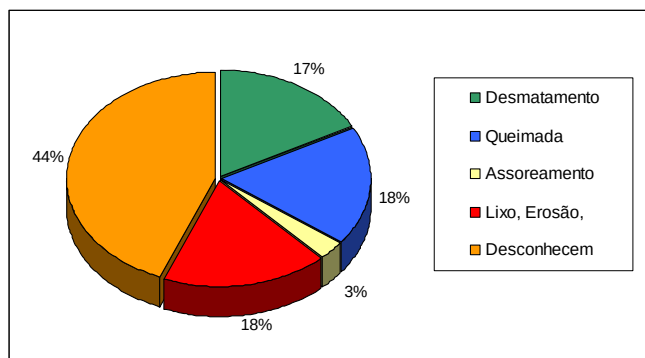


Gráfico 37: Problemas ao ambiente
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

E para ajudar o agricultor familiar a "deixar a sua casa em ordem" e evitar problemas maiores, a propriedade deve ter aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores. O ponto de partida é a necessidade da averbação da Reserva Legal nos cartórios de imóveis. Sem essa averbação a propriedade deixa de atender à legislação ambiental e, em decorrência, o proprietário fica sujeito às penalidades legais.

Adicionalmente, o atendimento dos índices de utilização e eficiência da

⁴³ No Coqueirinho, entrevistados se mostram sensibilizados à proteção ambiental

exploração e o cumprimento da legislação trabalhista levam ao exercício da função social, garantindo o direito de propriedade. Temos a consciência de viver numa época turbulenta, em que a pressão legal para o cumprimento da função social da propriedade se torna exacerbada, razão pela qual o produtor rural precisa se cercar de todos os cuidados. Sabemos que cumprir toda essa quantidade de leis, decretos, portarias, instruções normativas é um problema sério porque as exigências são muitas, porque muitas vezes os formulários são de difícil entendimento e preenchimento e requerem conhecimentos que os produtores não são obrigados a ter. Mas como são exigências legais, recomenda-se que, sempre que for necessário, o produtor recorra ao seu sindicato rural para que o ajude a ficar com "a casa em ordem" (Gráfico 38⁴⁴).

A Propriedade é Licenciada (averbada)?	
Sim	36
Não	113
Não Sabe	24

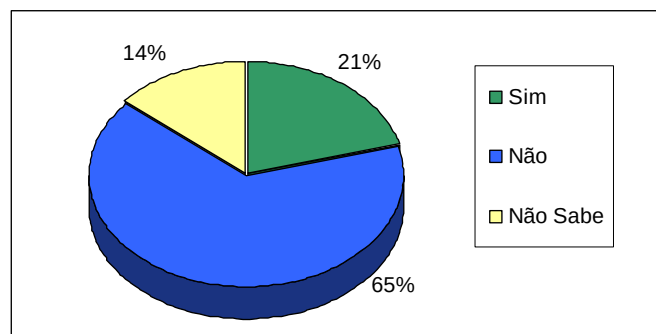


Gráfico 38: Reserva legal
Fonte: (PESQUISA DE CAMPO, 2007)

⁴⁴ Para que a casa esteja em ordem é preciso ter a propriedade documentada

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Com relação ao tempo de moradia no Coqueirinho, observou-se que 29% dos entrevistados moram a mais de 10 anos. Além destes, 17% reside entre 7 e 10 anos, conforme Gráfico 4. Considerando que o Estado do Tocantins possui 18 anos de criação, sua capital Palmas, 17 e comparando esta informação com moradia dos entrevistados, este fato indica o acelerado processo de ocupação, traduzido pelo parcelamento de uma grande fazenda existente antes da criação do Estado. A confirmação desta informação se dá através do cruzamento obtido sobre o tamanho da propriedade, onde a divisão foi efetivada em 173 alqueires, sendo 1 alqueire para cada família assentada, o que poderia ser considerada uma propriedade pequena para os padrões da região. Porém com esta média de partilha viabilizou-se a situação de 173 famílias de agricultores familiares buscando oportunidades na capital do Tocantins.

A faixa etária da população residente na área estudada apresenta uma distribuição equilibrada, com percentagens próximas, destacando a faixa de 46 a 60 anos com 18%, a de 36 a 45 anos com 14% e a de 26 a 35 anos com 13%, isto demonstra uma renovação rápida na faixa economicamente ativa e pressão nos aspectos socioeconômicos (Figura 07).

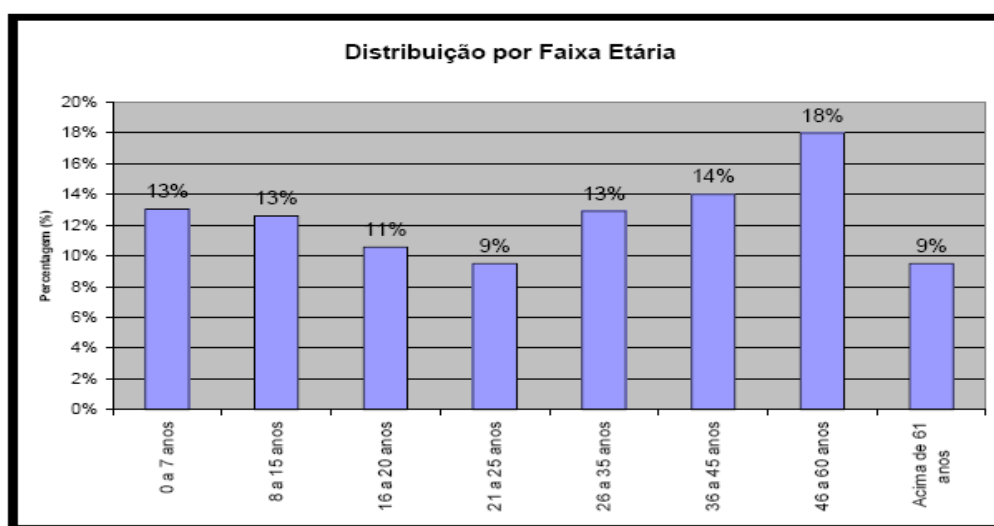


Figura 07: Equilíbrio na distribuição das idades dos moradores

Fonte: (AUTOR, 2007)

Quando ao aspecto educacional, o índice de analfabetismo está em torno de 10% dos entrevistados, e a escolarização alcançou 90%, sendo que deste, 5% tem superior completo, conforme Gráfico 5.

De acordo com os dados pesquisados existe o programa de gente comunitário de saúde, que conta com visitas bimestrais às propriedades. Segundo os entrevistados o principal problema está relacionado com o não cumprimento da periodicidade da visita. Além disso, classificaram como grave os problemas enfrentados com o posto de saúde, com falta de médicos (29%) a falta de medicamentos (30%), a demora no atendimento/distância do posto (27%) e a falta de equipamentos (14%), entre outros (Ver Gráfico 13).

Com relação ao saneamento básico, a situação no Coqueirinho se encontra numa forma razoável, onde foram observadas que a maioria das propriedades possuem suas residências construídas de alvenaria (70%), contando com instalações sanitárias na ordem de 100%, tendo como destaque a fossa negra com 52%. No entanto, 87% da água consumida são procedentes de cisterna/mina/olho d'água, onde 74% utilizam algum tipo de tratamento, obtendo um percentual de 90%, conforme demonstra a Tabela 01⁴⁵.

Tabela 01: o saneamento no assentamento encontra-se dentro da tolerância dos indicadores rurais

ITENS PESQUISADOS	VARIAVEIS	%
Tipos de Construção	Alvenaria	70
	Adobe	15
	Outro (Palha, Palafita)	4
Tipo de tratamento do esgoto	Fossa Negra	52
	Sumidouro	40
	Privada	8
Procedência da água para Consumo Humano	Ribeirão	13
	Cisterna	54
	Outro (Olho d' água, mina)	33
Tipo de Tratamento da água	Fervura	2
	Filtragem	90
	Hipoclorito de Sódio	8

Fonte: (AUTOR, 2007)

Dentre as principais doenças identificadas na pesquisa, apresentou a diarreia / giardia que está diretamente relacionado ao tipo de tratamento de água, uma vez que este não garante a desinfecção. 53% dos entrevistados têm como destino dos resíduos a queima, seguindo de 28% que dizem levar o lixo produzido para a cidade, onde depositam em

⁴⁵ O saneamento encontra-se dentro dos padrões exigidos pra uma área rural

coletores instalados na prefeitura municipal (Foto 19).



Foto 19: Uma das formas para o destino de lixo
Fonte: (AUTOR, 2007)

Um dado positivo encontrado diz respeito á participação dos moradores em associação, conforme comprova o Gráfico 09. Esta informação apresenta-se como positiva uma vez que o fato da maioria estarem organizados em associações (66%) favorece o planejamento e desenvolvimento de ações coletivas.

Da-se destaque a baixa presença de instituições governamentais e não governamentais, onde 36% afirmaram visita de nenhuma instituição citada, destacam-se, RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins) com 22%, o NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins) 19%, a PREFEITURA com 18%, e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) com 5%.

Em 61% das propriedades o principal uso observado foi agricultura de subsistência, que para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (2000), considera a agricultura de subsistência quando a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. O segundo principal uso das propriedades foi à utilização para o turismo e/ou lazer em 21% das propriedades, o que pode se apresentar como uma potencialidade ou como um problema (Gráfico 17).

A principal fonte de renda segundo a pesquisa é o emprego assalariado com 29%, seguida da venda de mão-de-obra temporária com 20% Estes dados apontam para uma possível evasão da mão-de-obra utilizada para própria produção de substância, diminuindo assim a quantidade de bens produzidos. Dos dados apresentados acima, dos 173, 30%

recebem somente um salário mínimo por mês, sendo que destes, 20% recebem somente um salário e meio (Ver Gráfico 33/34).

Para financiamento da produção, apenas 18% das propriedades tiveram acesso a linhas de créditos oficiais. Cabe destacar que este índice poderia ser maior, em razão do potencial da região e do número de propriedades com título definitivo. Isto indica o baixo aproveitamento econômico da região.

Em relação à população animal o que se destacou foi a criação de galinhas com 42%, seguindo da criação de gado bovino com 34% e suíno com 29%. Estas atividades configuram-se como atividades impactantes. Apresenta ainda, ovinocultura, caprinocultura e apicultura, sendo esta última, apesar do seu baixo índice, mostrar-se como uma atividade econômica para a conservação da região.

As culturas que mais se destacam são: milho, feijão, mandioca, arroz e hortaliças. Ressaltando que a área de pastagem corresponde a 20% da área cultivada, conforme sinaliza o Gráfico 18.

4.1 Dimensão ambiental

No aspecto ambiental, um dado importante está relacionado ao fato de que os 173 agricultores familiares estão caracterizados como produtores de subsistência, onde 56% afirmam não conhecer qualquer prática de conservação do solo. Aliado a isto tem-se uma baixa capacidade econômica para mecanização da terra, fazendo-se necessário o uso de práticas de manejo tradicionais, como uso do fogo, como afirmam 40% dos entrevistados em utilizá-lo como uma prática rotineira de manejo. Esta informação reafirma a contribuição da região para a manutenção do Estado em um dos primeiros lugares no ranking nacional de focos de calor, segundo dados do INPE (Instituto de pesquisas Espaciais).

Corroborando com os dados do INPE, 24% dos moradores apontam as queimadas sem controle como um dos principais problemas ambientais no Coqueirinho, em terceiro lugar com 16% vem o desmatamento que normalmente está associado às queimadas. Ainda a respeito dos problemas ambientais 36% disseram desconhecer ou não apontaram nenhum problema ambiental na região.

Quando à situação fundiária, 55% afirmam possuir título definitivo da terra, os demais 45% possuem dentre outras formas de domínio: posse e direito de uso, título

provisório, e licença de ocupação. Este alto índice de propriedade não licenciadas pode ser explicado ainda segundo os próprios moradores pelo fato de considerarem o processo de licenciamento muito burocrático, além de caro.

Perguntados sobre o significado e importância da mata ciliar, 55% responderam ter conhecimento, porém 56% das propriedades contam com algum nível de desmatamento, fato também observado pelos entrevistados.

Um dos aspectos pesquisados abordou a utilização da água para fins de irrigação, os valores obtidos demonstraram que 42% utilizam algum tipo de irrigação, destacando a irrigação manual (57%) A principal fonte dessa irrigação é o ribeirão Taquarussu Grande e o ribeirão Taquarussu Pequeno com 515, um fator importante é que a maioria destas propriedades não possui outorga para o uso da água, segundo o NATURATINS. Outro fator preocupante é a degradação ambiental em razão da proximidade das plantações do manancial, sendo estas inseridas nas APPs (Áreas de Proteção Permanente).

Sendo estes os resultados que temos a apresentar, ressaltamos que o trabalho realizado coletou dados que podem produzir ainda enumeras outras correlações , que apontem para as tomadas decisões com maiores possibilidades de sucesso.

CAPITULO V

5 AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO RURAL, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

O que se objetiva, neste capítulo, é o entendimento da agricultura familiar num momento da nossa sociedade em que a economia de mercado mostra-se cada vez mais agressiva no que diz respeito à competitividade. O agricultor familiar, durante muito tempo, manteve-se isolado do mundo do trabalho pelo desinteresse do capital à sua agregação. Em seu modo de vida não havia sentido a acumulação de capital, porque não era acrescentado muita coisa ao avanço do mesmo. Hoje com a necessidade cada vez maior de acumulação de capital pela sociedade moderna, o agricultor familiar passa a exercer um papel importante, torna-se também um componente fundamental e o seu modo de vida totalmente inserido no mundo da mercadoria. É este o processo que vem ocorrendo com a agricultura familiar no Assentamento Coqueirinho, município de Palmas/TO.

5.1 O lugar do agricultor familiar no processo de globalização

Quanto às influências intelectuais; devo à obra de Marx a consciência da importância dos meios de vida como fator dinâmico, tanto da sociabilidade, quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente. Homem e natureza surgem como aspectos indissolúvelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como história da sociedade. Neste sentido, foi decisiva para o presente estudo “O Capital”.

Este estudo se baseia em visitas realizadas para conhecer os meios de vida deste assentamento rural: quais são como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio econômico. Ao falarem e trabalharem a terra, os agricultores familiares revivem um passado que não volta mais. E é pela simplicidade dessa gente que vive do trabalho na lavoura tirando da terra o próprio sustento, que a curiosidade do pesquisador abateu sobre o seu mundo, sobre o seu modo de vida. Afinal, quem são estes personagens, muitas vezes tido pela sociedade moderna como um estranho no ninho, o atrasado e que é parte formadora da nossa História?

Proveniente de vários Estados brasileiros, estes agricultores familiares, neste

Assentamento, editam uma história e atuam como portadores de uma cultura singular, carregando consigo muito dos lugares de onde vieram e mantendo também e principalmente, muitos dos costumes de seus ancestrais. Desta forma, tornaram-se, esses aventureiros sociais, em agricultores familiares quando da necessidade de produção de alimentos para subsistência, fixando-se nas terras do entorno da cidade para abastecê-la, em parte, com seus excedentes e iniciando a formação do Assentamento Coqueirinho.

O agricultor familiar possui, portanto, aspectos no seu modo de vida herdados do passado, permanecendo fiéis devido à lentidão no processo de transformação com a chegada cada vez mais veloz do mundo moderno.

É na etimologia da palavra agricultor familiar que damos o primeiro passo para a discussão acerca do entendimento sobre o seu modo de vida. Desta forma, agricultor familiar é segundo Pires (1929), um ser sem estereótipos, sem associações que lhe tragam uma imagem errada do seu modo de vida, alicerçada na produção familiar essencialmente de subsistência e nas relações de produção; são diversas as manifestações culturais como as danças, as histórias; são singulares na culinária, na vida religiosa, enfim, na magia que se encontra na sinceridade, simplicidade e “ingenuidade” do agricultor familiar ao explicar e entender o mundo. Desta forma, este autor fala do agricultor familiar como o homem da terra, que conversa com a terra, que trabalha e vive da terra.

Brandão (1983) reforça os dizeres de Pires, pois para ele os agricultores familiares são percebidos pelos citadinos como homens, mulheres e crianças que se misturam tanto à terra, que não lhes sobra tempo para cultivarem a si próprios, aparentando estarem sempre desarrumados, longe de qualquer trato com a sociedade, afinal “cativos da terra, sem serem escravos dos senhores de terra, então, por isso mesmo, mais afastado de sua cultura civilizadora” (CÂNDIDO, 1987, p. 56)

Este autor, na obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, investiga o modo de vida de “caipiras”, buscando a sua compreensão a partir de uma cultura tradicional, ou seja, costumes que permaneceram daquele “roceiro” anterior à chegada dos colonos do fim do século XIX. Bem, hoje, no século XXI, a nossa busca por este autor para explicar o presente tocantinense nos diz que a semelhança é muito grande, embora datas diferentes.

Buscamos na figura do caipira da década de 1950 elementos que caracterizem uma cultura rústica, isto é, tradições para se ajustar ao ritmo da urbanização e modernidade na implantação de um assentamento no entorno da cidade de Palmas/TO. A base está na necessidade da sobrevivência; ela move a sociedade promovendo elementos que a satisfaça. O “caipira” mantinha-se com o que o autor de “mínimo social”. O mínimo social diz respeito à

sociabilidade entre as famílias e ao território urbano. Para ele isso bastava.

No nosso caso, para agricultor familiar, o território urbano compreende as quadras residenciais, o centro administrativo e comercial, além dos setores de serviço e atendimento populacional como saúde, segurança, escola, entre outros, as relações de poder existentes entre estas atividades e os poderes constituídos e o mínimo social compreende a sociabilidade entre os chacareiros.

A necessidade de bens de consumo, nos dias de hoje, faz com que o agricultor familiar vá até os centros comerciais mais próximos para a aquisição desses produtos, permitindo um contato com outras pessoas e outros grupos sociais. A igreja também aparece como ponto de sociabilidade, por conta das missas, rezas, terços e festas catolicistas, as evangélicas com seus cultos, cânticos e retiros, que demandam certa organização, logo, relações sociais.

A sociedade tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precários), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (CÂNDIDO, 1987, p. 36).

Determinados costumes trazidos pelos agricultores familiares foram se ajustando a uma nova conjuntura, a uma nova sociedade e à urbanização crescente. O autor nos fala sobre três comportamentos diferentes do “caipira” que pode muito bem ser transportado para a nossa realidade frente à civilização urbana, a saber, a aceitação dos traços impostos e propostos, a aceitação só de traços impostos e a rejeição de ambos os traços (CÂNDIDO, 1987).

Na aceitação dos traços impostos e propostos o agricultor familiar revela o desaparecimento da sua cultura individual e familiar, seja pela desintegração – mobilidade, dispersão – seja pela aceitação de novos padrões, comportamentos, crenças etc. A aceitação só de traços impostos diz respeito aos:

[...] pequenos agricultores, que, embora arrastados cada vez mais para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência da cidade, procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio. Daí qualificá-los como grupos que aceitam, da cultura urbana, os padrões impostos – aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência -, mas rejeitam os propostos, os que se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção (Op. cit., p. 218-219).

O terceiro comportamento, a rejeição de ambos os traços, leva o agricultor familiar a certo isolamento para dar continuidade à reprodução do seu modo de vida. Concordamos com o autor quando revela certo receio com relação ao desaparecimento por completo da cultura antiga trazida pelos agricultores familiares para este lugar.

A cultura trazida pode não ter sido feita para o progresso; a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social que a alteração destes provoca derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser (CÂNDIDO, 1987, p. 82-83).

Essas famílias se fixaram, derrubaram o mato, embora o cerrado o possua em pequena quantidade e instalaram várias culturas para subsistência a princípio e, posteriormente para a movimentação da economia local. A mandioca e as hortaliças têm papel importante no mercado palmense, sendo cultivadas em muitas chácaras. No entanto, as dificuldades com a mão de obra e meios de transporte fazem com que tais produtos sejam consumidos apenas no território do assentamento e da cidade, devido a sua proximidade. Tais espécies foram utilizadas diante da fertilidade do solo, das condições de relevo, do clima tropical, e obviamente do mercado que se encontrava favorável para a sua comercialização.

Atualmente, as dificuldades financeiras não permitem festas, não deixam tempo para comemorações, e às vezes, nem há o que comemorar. Ocorre a passagem de uma economia fechada com mínimos de subsistência para uma capitalista acompanhada pelos sintomas da crise cultural e social.

Em Palmas, o Assentamento Coqueirinho, com o sistema de trabalho familiar, possibilita a sociabilidade entre as famílias, apesar da constante mobilidade por entre as parcelas na busca de parceiros mais vigorosos economicamente. O assalariamento, trabalho rural mais emprego na cidade, mobiliza ainda mais os agricultores familiares.

A individualização provocada, a princípio, pelo assalariamento daqueles que, de alguma forma possui um familiar empregado na cidade é um dos sintomas de vulnerabilidade da agricultura familiar no Assentamento Coqueirinho.

Desta forma, neste território desenvolvem-se modos diferenciados para lidar com a natureza, para lidar com a reprodução da vida, ou seja, é o modo de vida específico de cada reterritorialização e desterritorialização que vai caracterizar a agricultura familiar desta população assentada. A agricultura familiar, ao entrar em contato com o mundo da mercadoria adquirem novos padrões, impostos pelo capital e mediados pelo Estado. Coloca-se em um

único plano não só o ritmo da vida deste território, mas também as relações sociais e agrícola/familiares s deste território.

Para o agricultor familiar deste assentamento, a agricultura familiar se torna massificada, ou seja, a produção começa a fazer parte da cidade e o avanço tecnológico/científico/informacional, segundo Santos (1993), chega ao campo se irmanando a sua existência, a existência da sua reprodução agro/familiar. O acesso ao entendimento do mundo moderno desmistifica muito das crendices e superstições; a ingenuidade cedeu lugar ao sonho e à ambição do *status* social, da qualificação profissional; as pessoas adquiriram novos valores como o consumo, o sonho do carro e da casa própria, do conforto etc.

A televisão, o rádio, a internet abrem o caminho para a agricultura familiar fabricada nos porões da sociedade moderna, movida e reproduzida pela economia de mercado. As feiras tradicionais foram substituídas pelas feiras comerciais com a venda e compra de mercadorias que simboliza a cadeia produtiva local. As conversas ao pé do fogo pelos “caipiras” são sussurros em frente ao aparelho de tevê; os doces e compotas que tinham magias e mistérios na sua preparação são atualmente adquiridos nos mercados e feiras, rotulados pela industrialização. E assim encontramos o nosso agricultor familiar palmense que abraçou os traços impostos e propostos pela economia de mercado

É importante salientar que no Assentamento a tecnologia (luz elétrica, água encanada, fogão a gás etc.) trouxe benefícios ao dia a dia das pessoas. Não podemos ser românticos e tratar da rusticidade como pura poesia, sem enxergar as dificuldades que esta trazia para os moradores e trabalhadores da roça. Estamos tratando de um modo de vida de uma determinada população (os agricultores familiares) em um determinado lugar (Assentamento Coqueirinho), que recebeu de braços abertos novos valores e confortos domésticos.

Podemos dizer que a luz elétrica foi apenas um dos sintomas do fenômeno que aconteceria mais tarde: a incorporação pelo agricultor familiar de novos comportamentos, com novos equipamentos e ferramentas, despejados pela economia de mercado.

O problema não é a tecnologia, mas esta aliada ao mercado cuja intenção é massificar e homogeneizar a sociedade, caminhando para a construção de uma outra identidade unindo as diferenças e especificidades trazidas por cada um de cada lugar, de onde veio. Cabe, portanto, a cada família, manter ou não as suas manifestações e os seus valores, receber ou não a cultura de massa, persistir ou não pela sua sobrevivência, mas mantendo a terra produzindo para a cidade, mesmo que a terra seja vendida a outrem.

Em Palmas, o lugar do agricultor familiar parece ser o mesmo do trabalhador e do

consumidor, mesmo que precariamente. As suas manifestações são os espetáculos da sociedade de consumo; a festa profana em nome do sagrado, como por exemplo, as quermesses para arrecadar dinheiro para benfeitorias na Igreja.

O que resta ao agricultor familiar é a si mesmo, a sua simplicidade, o seu carisma e sua criatividade dentro de um processo global de produção.

5.2 Desenvolvimento rural

Desenvolvimento rural é uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural. Sabe-se que o Estado sempre esteve presente à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural, como seu agente principal, por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social que tenha como norte o desenvolvimento rural.

A definição do que seja exatamente "desenvolvimento rural", em tais mecanismos, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento. As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidade distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural, nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo final, a elevação da renda dos produtores. Em nossos dias, face à queda real dos preços recebidos pelos produtores e à virtual ausência de sistemas de ação governamental ao longo de tantos anos, nota-se uma tendência pela administração do excesso da produção. O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais.

Desenvolvimento rural, portanto, pode ser analisado, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma

"ação prática" para o futuro, qual seja implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período. Há ainda duas outras expressões que merecem melhor entendimento e a tentativa de identificar seus contornos conceituais, a seguir.

5.3 Desenvolvimento rural sustentável

Esta expressão surgiu em meados dos anos 80 a partir da crescente difusão da expressão mais geral, "desenvolvimento sustentável". Embora muitos autores e instituições pretendam atribuir a esta um sentido politicamente mais conseqüente do que a anterior, incorporando noções, por exemplo, de igualdade social ou, mais ambiciosamente, atribuindo alguma suposta relação entre formas de organização social das famílias rurais mais pobres, fruto de "conscientização", e desenvolvimento rural sustentável, o foco central, neste caso, é bastante claro e mais limitado.

A idéia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do crescimento acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências experimentais multiplicaram-se a partir da década de 70. Neste sentido, o componente "sustentável" da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas "dimensões ambientais". São assim meramente retóricas outras agregações à expressão, inclusive porque, simplesmente atribuindo um nome não indica que algo possa existir de forma viável. A tendência, desta forma, é que a expressão desenvolvimento rural seja acrescida, cada vez mais, do componente ambiental derivado da palavra sustentável. Embora certamente seja possível adicionar outros significados à noção de sustentabilidade, tais agregações já fazem parte do repertório analítico das tradições teóricas sobre o desenvolvimento rural. Por tal razão, mantendo-se o rigor necessário, o "sustentável" aqui se refere tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural. É por último temos o desenvolvimento local.

5.4 Desenvolvimento local

A expressão desenvolvimento local é, também, às vezes, confundida com as demais expressões e circulam livremente, como se referisse aos mesmos processos e fenômenos. Tal expressão é recente e deriva de duas grandes mudanças do período atual. Primeiramente a multiplicação de ONGs (Organizações não Governamentais) que, por atuarem normalmente em ambientes geograficamente mais limitados, lentamente instituíram seu raio de atuação em tais ambientes e, em decorrência, criaram uma estratégia de "ação local", que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos dos processos de globalização se aceleraram. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização do Estado. Esta transferência de responsabilidades do Estado antes tão centralizadas valorizou de forma crescente o "local", no caso brasileiro, o município. É a convergência desses fatores, portanto, que tem introduzido o desenvolvimento local como outra das noções que pouco a pouco passam a ser orientadoras de diversas iniciativas, governamentais ou não.

O recente ajuntamento de demandas sociais centradas em torno da noção de "agricultura familiar" igualmente tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de repercussão local. A utilização desta noção, no Brasil, esbarra também em outro obstáculo: uma falsa afirmação sobre a qual se sustenta. Por tal afirmação argumenta-se que os "editores locais" já estão devidamente preparados para o desempenho de ações. Contudo, um curto conhecimento baseado nas experiências das organizações representativas dos agricultores familiares, no tocante ao seu funcionamento e aos seus limites de funcionalidade, indicaria exatamente o contrário. Não obstante o enorme esforço já realizado e os novos e promissores contornos organizacionais sendo implementados, tais entidades são ainda insuficientes em número e, especialmente, quase sempre pouco representativas e de baixa capacidade de mobilização social. A escassa tradição associativista existente no campo brasileiro como atualmente demonstra as evidências, é um claro limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais.

Evidentemente, as fronteiras entre as expressões mencionadas não são inteiramente segmentadas e seus significados se entrelaçam. Assim, será sempre necessário analisar-se corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinado país ou região, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento. Adicionalmente, sob tal estratégia, é provável que um conjunto de

iniciativas no plano propriamente local será igualmente necessário.

Por fim, ressalta-se que "desenvolvimento rural" é também campo de produção do conhecimento. Não sendo possível no âmbito deste capítulo - por razões de fuga ao assunto - analisar-se os fundamentos e implicação de tal noção em diferentes momentos, deve-se destacar, contudo, que os estudos neste campo variaram fortemente nos últimos anos, sob diversos ângulos. Um deles, apenas a título de exemplo, é a quebra da linha setorial associada à noção de desenvolvimento rural, no primeiro momento muito mais restrito à esfera agrícola, então sinônimo do rural. Dos anos 90 em diante, a própria significação do que é o "rural" tem sido objeto de aceso debate entre os estudiosos do tema, e seus significados vêm tendo outras medidas, deixando para trás sua identificação com o meramente agrícola. Bastaria, por exemplo, lembrar o debate recente - ainda essencialmente europeu - sobre as diversas funções da agricultura que, do ponto de vista experimental, amplia notavelmente para muito além do estritamente rural, o rol de significados para a agricultura. Ou, ainda, de imprevisíveis resultados para a estruturação do mundo rural e de análise muito mais difícil, a recentíssima discussão que agrega princípios alimentares, desenvolvimento agrário e as novas tecnologias, que lentamente revolucionam inclusive o próprio banco de dados herdado da modernidade, cuja radical conflitante entre sociedade e natureza também vai sendo erodida pouco a pouco.

5.5 Mudanças: um novo rural é possível

Portanto, por onde começar? O desafio inicial, por curioso que pareça. Consistiria em aceitar que, nesta parte da história, o padrão econômico e o regime político que sustentam a sociedade brasileira está ancorada no capitalismo e a sua superação encontra-se no horizonte. Parece ser esta uma observação esquisita, mas no Brasil é necessária porque a orientação contrária ao sistema vigente ainda fundamenta a maior parte dos estudos sobre o mundo rural, sob discursos quase naturalizados. As organizações populares do campo, por outro lado, igualmente motivadas pela mesma ótica, encontram-se imersas em profundas incertezas, não constituindo forças contrárias ao capital, nem mesmo se posicionando como eficazes reformadoras do sistema vigente. Conseqüentemente, se for aceita a primeira observação, a pergunta seria: quais seriam as possibilidades de desenvolver um regime político democrático, e de reduzir ou socialmente controlar a lógica excludente do sistema econômico, tornada ainda mais aguda pelas características do crescimento proposto pelo

sistema e contemplar o rural com investimentos “oxigenados” tornando-a forte pra concorrer nos mercados externos e interno, distribuir melhor os rendimentos e as inovações tecnológicas, ambientais, entre outras?

Novamente, aqui repousa outro impasse político, pois as soluções em face desses diferentes fatores requerem, para seu sucesso, a formação de uma aliança entre forças sociais de distintas orientações políticas. Esta "aliança pelo desenvolvimento rural", se o objetivo for de fato garantir um processo de mudanças que seja nacional, efetivamente democratizante, e diminua pouco a pouco as desigualdades sociais e econômicas, não pode se restringir somente aos seus participantes.

A união necessariamente incluiria como deveria ser evidente, não apenas os "setores populares", mas também a maioria do empresariado agrícola, e certamente a totalidade de seu setor mais modernizado, aos quais a principal mercadoria a ser negociada seria a sua submissão a duas necessidades inadiáveis: primeiramente, o princípio da função social da propriedade, especialmente no tocante à rigorosa aplicação da legislação trabalhista no campo, acompanhada de um acordo de melhoria real gradativa dos salários rurais; de outro lado, a igualmente rigorosa conformação às exigências das leis de proteção ambiental atualmente em vigor. É politicamente imaginário ir além desta linha na realidade histórica em que vivemos, considerando a responsabilidade de tais setores no total da produção agrícola.

Do conjunto dos grandes proprietários territoriais, há apenas um que deveria sair como definitivo e anunciado perdedor: o composto por aqueles que usam a terra especialmente como reserva de valor e como arma de reprodução política. Neste sentido, seria necessário concordar que a atualidade da reforma agrária como "questão nacional", em face do desenvolvimento agrário dos últimos 50 anos, deixou de existir no Brasil, e sua necessidade, nos dias atuais, distancia-se de qualquer patamar politicamente decisivo. Reforma agrária, atualmente, responde à oportunidade de aumentar o estoque de ocupações rurais e o controle da produção haja vista que existe uma preocupação de administrar o excesso produtivo mundial e o parcelamento de terras contribui para esta redução.

As organizações, tanto patronais quanto aquelas do campo popular, estariam dispostas a compor uma agenda que tivesse tal começo? É improvável, mas sem esta concordância dificilmente um projeto de desenvolvimento rural será de fato desencadeado no Brasil, pois as disritmias políticas e as realidades do mundo rural estariam medidas em distancias de difícil superação.

Por que um processo de desenvolvimento rural deveria se moldar sobre as limitações históricas com as quais nos defrontamos no presente? São muitas as razões.

Primeiramente, porque não há mais um Estado capaz de comandar uma forte intervenção no campo, promovendo uma verdadeira revolução produtiva e tecnológica que transforme radicalmente não apenas as estruturas de produção, mas igualmente institua novos padrões de racionalidade e os comportamentos sociais em tantas regiões rurais. Examine-se, como ilustração, os serviços de extensão rural e assistência técnica, cuja existência em alguns territórios é apenas virtual; ainda mais, a sua volta seria extremamente problemática. Não agregando outros argumentos, bastaria igualmente ressaltar que nos anos recentes observou-se a implementação de políticas de privatização que, na prática, quase eliminaram, por exemplo, a presença estatal no chamado "D1 para a agricultura", isto é, o setor industrial à montante das atividades agrícolas (SILVA, 1996).

Esta redução da capacidade de intervenção do Estado, se somada aos impactos da privatização em outras áreas (por exemplo, infra-estrutura), vem restringindo fortemente as chances de propor uma efetiva política de desenvolvimento rural. Se forem incluídas, igualmente, os demais cortes na capacidade de ação e intervenção do Estado (LEITE, 2001) nos anos recentes, tornam-se ilusórias as propostas que parecem apenas pretender a reconstituição do passado, quando o suporte normativo e financeiro para este objetivo deixou de existir.

Em segundo lugar, porque mesmo que "o rural" seja muito mais expressivo do que de fato as estatísticas indicam "como demonstrado por VEIGA e outros (2001)", é improvável que a forte destinação de recursos públicos para o mundo rural se sustente em racionalidade decisória, apoio social amplo e validade política, em um país que se urbanizou de forma tão extraordinária, especialmente nas últimas décadas. Em vista da evidência que diz ser satisfatória a oferta de alimentos e matérias-primas no Brasil, haveria até mesmo a possibilidade do argumento da desnecessidade de investir maiores recursos no campo, pois as prioridades sociais seriam outras.

Além disto, deve-se considerar também que o foco prioritário de uma ação destinada ao desenvolvimento rural modificou-se no período recente. Embora ainda de restrita aceitação, inclusive entre estudiosos - o que é, em alguma medida, surpreendente -, nenhuma estratégia de desenvolvimento rural poderá se assentar sem uma prioridade ambiental, especialmente no tocante ao manejo de recursos naturais como foi dito anteriormente. A recente crise energética brasileira expôs, talvez com clareza, que antes de ser decorrente de investimentos insuficientes e/ou mudanças no regime de chuvas, a redução do potencial energético deriva de uma profunda alteração nos sistemas agrícolas e sua expansão nas últimas décadas. Sua conformação seguiu uma lógica ambiental predatória que reduziu

dramaticamente a capacidade de absorção hídrica dos solos brasileiros, eliminando nascentes e afetando a malha de cursos de água e, por extensão, a vazão dos rios principais das diferentes bacias hidrográficas.

Rejuvenescer, portanto, a capacidade produtiva dos solos brasileiros sob nova orientação ambiental requer uma diretriz que seja primeiramente fundada em aprimorados sistemas de manejos de recursos naturais. Felizmente, no caso da microbacia do córrego Taquaruçu, onde o Assentamento Coqueirinho está implantado existem a experiência acumulada nos estudos já realizados, onde um exemplar projeto, o "Caminhos do Taquaruçu", desencadeou uma nova racionalidade sócio-ambiental de uso da terra que pode produzir cenários potencialmente promissores de desenvolvimento rural. Tais casos poderiam ter aplicabilidade relevante para a construção de um conjunto de ações transformadoras do mundo rural brasileiro.

Outro foco igualmente primordial com relação às perspectivas do passado refere-se aos fenômenos de democratização dos municípios, sob o impacto das mudanças políticas do período recente. Crescentes inovações na gestão pública, ampliando a participação e o controle social sobre os fundos públicos ao instalar maior transparência e mecanismos de responsabilidade social, provavelmente significam uma profunda transformação sócio-política em andamento, cujos contornos mais concretos são ainda imprecisos.

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao "rural estritamente falando" - famílias rurais e produção agrícola - nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais - comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo -, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação.

Sob tal lógica argumentativa, pertence mais ao campo próprio da realidade dos sistemas agrícolas e agrários brasileiros a proposição que insiste na necessidade exclusiva de "organização social", apontada quase sempre como a única exigência (principalmente política) para promover as desejadas mudanças. Ainda menos, a perspectiva que julga existirem virtualidades em orientações unívocas (como a ênfase na multiplicação de "assentamentos rurais", por exemplo, de proximidade urbana duvidosa).

Conforme crescentemente aceito pela literatura, fruto do aprendizado acumulado em meio século de estudos neste campo, estratégias de desenvolvimento rural necessitam

reconhecer, primeiramente, a diversidade dos "estilos de agricultura" existentes e aqueles potenciais, qual seja, a infinita possibilidade de variações que os sistemas agrícolas e a vida rural podem assumir. Desta forma, ações voltadas ao desenvolvimento rural requerem, é fato, que as representações políticas construídas pelas famílias rurais sejam presentes e organizadas ativamente, mas *também* considerem o significado das diferenças nas práticas agrícolas para a organização da agricultura. Igualmente, meçam corretamente os resultados dos processos de compra/venda e incorporação institucional verificados no Brasil no período mais recente, que determinaram processos de trabalho e estratégias das famílias rurais extremamente distintas, quando comparadas as regiões.

Finalizando, ainda dentro de um quadro mais geral de vetores consistentes na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil, salienta-se que nenhum dos diagnósticos e conjuntos de propostas e estudos já submetidos ao domínio público parece ser suficiente para oferecer instrumentos de análise adequados à reconstrução do mundo rural e suas potencialidades sociais e produtivas, considerados os desafios e impasses existentes. Há contribuições de imensa relevância, tanto no Brasil, como é o caso do Projeto Rurbano (SILVA, 1999) ou da proposta contida em Veiga e outros (2001), entre outros.

Essas inovadoras contribuições, embora aportando consideráveis avanços, ainda não propuseram claras trilhas para o desenvolvimento rural, pois o processo de mudanças deverá ser múltiplo, interdependente, cumulativo e diversificado em planos territoriais e sociais variados. Desde o interior dos estabelecimentos rurais, onde a difusão da chamada "agricultura do conhecimento" não pode deixar de ser o modelo principal, aos planos societários para além das cercas das propriedades, inclusive nos próprios municípios nos quais o desenvolvimento rural se associe à intensificação da participação social e ao aperfeiçoamento dos governos locais, sedimentados por uma radicalização democrática que seja a principal arma política a revalorizar o mundo rural como uma das opções da sociedade. Assim, um esforço para ampliar o debate entre os diferentes proponentes, estudiosos e organizações rurais, sem pré-condições, parece ser o maior desafio atualmente existente entre aqueles que sonham ver concretizados os processos de desenvolvimento rural no Brasil que realmente instituem processos de emancipação social e, especialmente, renovem as esperanças para as famílias rurais.

CONCLUSÃO

Inicialmente, foi realizado um amplo levantamento, bem como das condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais da comunidade entrevistada. Esse levantamento possibilitou o resgate e a documentação de rico conhecimento sobre a relação da comunidade com a natureza e sobre o uso de recursos naturais, de origem animal e especialmente vegetal, usados por aquela comunidade para sua subsistência. Foram resgatados e documentados, também, importantes aspectos, referidos anteriormente, que mostraram como a comunidade vivia e quais eram suas principais reivindicações para alcançar melhores condições de vida, do ponto de vista das próprias comunidades. Um segundo resultado obtido a partir das ações realizadas no âmbito do Assentamento, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias do Assentamento, e a conservação do cerrado.

Um outro importante resultado obtido, o mais importante para a comunidade do Assentamento, foi que ao final desse trabalho os membros dessa comunidade estava tendo maior envolvimento e posicionamento crítico em relação às suas necessidades e perspectivas de desenvolvimento. Finalmente, outro resultado foi que a dissertação Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural proporcionou o surgimento de três motivos que avaliaram o Assentamento como um que deu certo: a proximidade com a cidade, a não interferência do governo e o capital regulando a vida dos moradores, além do tamanho das propriedades, girando em torno de um alqueire (4,84 hectares). Esses motivos geraram dados e informações que foram utilizados neste estudo e que contribuíram para ampliar os horizontes de conhecimento e as ações para a sustentabilidade do desenvolvimento no município de Palmas/TO.

As experiências vivenciadas junto ao “Assentamento Coqueirinho” mostram o quanto é importante a valorização do saber de uma dada comunidade a respeito do ambiente em que vive. O fato em questão pode evitar que, dentre outros, se cometa erros relativos à produção e reprodução de pacotes tecnológicos, os quais, muitas das vezes, em nada condiz com a realidade, social, cultural, tecnológica, ambiental dos usuários, levando, na grande maioria das vezes, a um distanciamento pernicioso na relação de harmonia entre o ser humano e o meio ambiente em que vive. Os resultados em questão podem servir como ferramentas balizadoras no delinear modelos de políticas públicas que visem o uso sustentável dos recursos naturais, tendo o ser humano como elemento principal, nos diversos ecossistemas existentes.

Os resultados encontrados possibilitaram uma aproximação com a realidade de modo a orientar o planejamento de ações para área. Porém mesmo diante desta aproximação, que contou de alguma forma com a percepção dos moradores, as futuras ações a serem propostas com base neste documento, deverão levar em consideração uma ampla discussão com estes, sob pena das ações terem seus efeitos reduzidos.

Dentre as várias dimensões que puderam ser observadas, destaca-se: na dimensão ambiental, informações relacionadas ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental. Na dimensão social, informações relacionadas a temas sobre a população, trabalho e renda, saúde, educação e habitação. A dimensão econômica buscou-se dados que puderam retratar os meios de produção, fontes de renda e consumo. Todos estes dados ofereceram informações sobre a realidade local do Coqueirinho e servirão como orientadores para o direcionamento de esforços a serem realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Porém, para que todo o conhecimento adquirido sobre o Coqueirinho sirva de foco como orientação para as instituições, estas devem adotar uma atuação pro ativa, articulada e imediata, com perspectivas de curto e médio prazo para a solução ou minimização dos problemas, assim como o incremento das potencialidades identificadas e isto de forma individual / ou coletiva do ponto de vista institucional.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIAS

ALMANAQUE Cultural do Tocantins. Governo do Estado do Tocantins n. 4. ano. 2, 2002.

AMATUR. Agência de Meio Ambiente e Turismo de Palmas. **Diagnóstico turístico do distrito de Taquaruçu**. Palmas – To: Prefeitura Municipal de Palmas, 2000.

ANDRADE, A. C. de. **A terra e o homem no nordeste**. 3. ed.. [S.l.]: Brasiliense, 1973.

AQUINO, N. A. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

_____. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDIN, O. (org). **A (Trans) Formação histórica do Tocantins**. 2 ed. Goiânia: UFG, 2004.

_____. **Cidade, reformas urbanas e patrimônio histórico**. Revista Fontes. Ano 01, n.º 1 Palmas: Unitins, maio. 2002. p. 79-92.

_____. Palmas: na praça dos símbolos, uma esquina de tradição e modernidade. In: **Revista Produção Acadêmica**, n.º 1, Universidade do Tocantins, Campus de Porto Nacional, 2003. p. 36-41.

ARBUÉS, M. P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDIN, O. (org). **A transformação histórica do Tocantins**. 2 ed. Goiânia: UFG, 2004.

BARBOSA, Y. M. **As políticas territoriais e a criação do estado do Tocantins**. Tese (Doutorado em Geografia) – USP. São Paulo-SP, 1999.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. 3 ed. Campinas-SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BORGES, A. M.; PALACIN, L. **Patrimônio histórico de Goiás**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1987.

BORGES, B. G. **A Rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano**. Revista Estudos de História. UNESP, Franca, SP, v. 5, n.º 2, p. 149-171. 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Tudo é História, v. 75, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Cima, 1991.

BRITO, E. R. **Educação ambiental para a conservação dos balneários do Distrito de Taquaruçu**. Palmas: UNITINS, 1998.

CANABRAVA, A. P. A grande propriedade rural. In: HOLANDA, S. B. (dir). **História geral da civilização brasileira**. 3 ed. (Tomo I, vol. 2). Rio de Janeiro-São Paulo: DIFEL, 1973.

CÂNDIDO, Antonio. O mundo do caipira. Encarte do CD. **Caipira: raízes e frutos**. São Paulo: Sony Music e Estúdio Eldorado, 1980.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7 .ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARVALHO, F. C. **Educação patrimonial para a preservação do legado cultural de Taquaruçu**. Recife: Universidade de Pernambuco, 2003. Monografia (Especialização em Gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano da América Latina) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Pernambuco, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. UCG, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás**. [S.l:s.n.], 1821-1988, p. 61, 63

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades**. Uma antologia. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COELHO, G. N. **O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia: UCG, 2001.

SANEATINS. Companhia de Saneamento do Tocantins. **Relatório do monitoramento de vazão do Ribeirão Taquaruçu Grande**. Palmas: [s.n], 2006.

FERRAZ, S. A ultima fronteira. In: **Revista Veja**, 4 ago. 1993, p. 46-49.

GALVÃO, M. A. Breves anotações sobre cidades do ciclo do ouro no nordeste goiano. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. n. 13, Goiânia, 1993, p. 103-114.

GIDDENS, A. **Conseqüências da modernidade**. 5. ed. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A.; MORAES, M. A. S. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto,

1991.

GOMES, P. C. da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo: vozes/fase**. Petrópolis-SP: [s.n.], 1987

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Aurélio**: dicionário básico de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

HOLANDA, Fernando Barbosa. **A inércia da taxa de juros na política monetária**. Seminários de Pesquisa. EPGE/FGV. 2004.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Nova retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Fev., 2000

LEITE, Sérgio (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2001.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)**. Estudos Cebrap, n. 22, p. 41-110, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo. Hucitec, 1993.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**. São paulo: Abril, 1984. Tomo III. Vol 8.

NUNES, Rubens. **Agricultura familiar**: custos de transação, forma organizacional e eficiência. São Paulo, 2000. Tese (doutoramento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, A . U. **Agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880 a 1910. in: GIRALDIN, Odair (org). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 237-286.

PALACIN, L. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola; Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

_____. GARCIA, L. F., AMADO, J. **História de Goiás em documentos: I**. Colônia. Goiânia: UFG, 1995.

_____. Os três povoamentos de Goiás. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 8, Goiânia, 1979, p. 81-95.

PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Fac-similar, 1987.

_____. **Scenas e paisagens da minha terra (Musa caipira)**. São Paulo: Monteiro Lobato & C. 5º milheiro; Edição Revista do Brasil, 1921.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

SANTOS, J. E. **Taquaruçu: reconstruindo uma história através da memória (1940-1960)**. Recife: UFPE, 1996. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

SANTOS, J. Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia; Unicamp, 1996.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular**. 2. ed. Araguaína-To: Fieto, 1997.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org). **Vida rural e mudança social**. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

UNITINS. Universidade do Tocantins. **Plano de manejo da sub-bacia do ribeirão Taquarussú Grande – TO**. Palmas, 1999.

VEIGA, José Eli da et al. **Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**.

2. ed. Goiânia: Oriente, 1976.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Texto para discussão n. 1. Brasília, MDA/NEAD, 2001.

_____. **Selecta caipira.** São Paulo: Livraria Liberdade, 1929.

_____. **O desenvolvimento agrícola:** uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

ENTREVISTAS

AVELINO, Moises. **Moisés Avelino:** depoimento realizado com o ex-Governo do Tocantins. [06/11/2007]. Entrevistador: J. C. de Miranda. Coqueirinho-TO, UFMS. Entrevista concedida na pesquisa de campo na elaboração da Dissertação de mestrado sob título Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. 2007.

BALSA, Maria da. **Maria da Balsa:** depoimento realizado com a vereadora. [2006]. Entrevistador: J. C. de Miranda. Coqueirinho-TO, UFMS. Entrevista concedida na pesquisa de campo na elaboração da Dissertação de mestrado sob título Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um olhar sobre a experiência do assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. 2007.

CRUZ, S. M. **Sebastiana Maria Cruz:** depoimento realizado com uma das primeiras moradoras do Assentamento Coqueirinho. [10/09/2006]. Entrevistador: J. C. de Miranda. Coqueirinho-TO, UFMS. Entrevista concedida na pesquisa de campo na elaboração da Dissertação de mestrado sob título Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. 2007.

MELO, P.L. de. **Paulo Lima de Melo:** depoimento realizado com um dos primeiros moradores do Assentamento Coqueirinho. [10/09/2006]. Entrevistador: J. C. de Miranda. Coqueirinho-TO, UFMS. Entrevista concedida na pesquisa de campo na elaboração da Dissertação de mestrado sob título Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. 2007.

SANTOS, J. B dos. **João Batista dos Santos:** depoimento realizado com um dos primeiros moradores do Assentamento Coqueirinho, residente no lote 128. [10/09/2006]. Entrevistador: J. C. de Miranda. Coqueirinho-TO, UFMS. Entrevista concedida na pesquisa de campo na elaboração da Dissertação de mestrado sob título Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. 2007.

SILVA, A. J. **José Absalão Silva:** depoimento realizado com um dos primeiros moradores do Assentamento Coqueirinho. [10/09/2006]. Entrevistador: J. C. de Miranda. Coqueirinho-TO,

UFMS. Entrevista concedida na pesquisa de campo na elaboração da Dissertação de mestrado sob título Agricultura familiar e desenvolvimento rural: um olhar sobre a experiência do Assentamento Coqueirinho – Palmas/TO. 2007.

SITES

FUNDAÇÃO CULTURAL. Disponível em: <<http://www.cultura.to.gov.br/>>. Acesso em: 11 set. 2006.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2006.

PREFEITURA DE GURUPI. Disponível em:
<<http://www.prefeituradegurupi.com.br/fotos.htm>>. Acesso em: 11 set. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO

Entrevistador (a): _____

Data da entrevista: ____/____/____

Entrevista realizada com:

() Proprietário () Morador () Outro _____

I - IDENTIFICAÇÃO

I.1 - Nome da Propriedade: _____

I.1.1 - Tamanho da Propriedade (ha) _____ **Obs.:** _____

I.2 - Coordenadas: E(m): _____ **N (m):** _____

I.3 - Manancial:

() Taquaruçu Grande () D () E Afl. _____ () D () E

() Taquaruçzinho () D () E Afl. _____ () D () E

II - INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS.

II.1 - Tipo de Construção:

() Alvenaria () Adobe () Outros: _____

II.2 - Há quanto tempo residem: _____

II.3 – Estrutura Familiar

Família	Sexo (M)	Sexo (F)	Família	Sexo (M)	Sexo (F)
0 a 7 anos			41 a 45 anos		
8 a 15 anos			46 a 50 anos		
16 a 20 anos			51 a 55 anos		
21 a 25 anos			56 a 60 anos		
26 a 30 anos			61 a 65 anos		
31 a 35 anos			66 a 70 anos		
36 a 40 anos			>71 anos		

II.4 - Número de pessoas por Grau de Escolaridade

() Não alfabetizado

() 2º grau

() Somente alfabetizado

() Superior Completo

() 1ª a 3ª série do 1º grau

() Superior Incompleto

() 5ª a 8ª série do 1º grau

() Fora da Escola

() Até a 4ª série do 1º grau

II.5 – Todos os moradores possuem Documentos?

() Sim

() Não Se não

Quais? _____

II.6 - Tipo de Transporte

() Próprio

() Coletivo

() Outro _____

II.7 - Comunicação:**Qual o meio de comunicação que o (a) senhor (a) mais utiliza?**

() Rádio () Televisão () Outro _____

II.8 - Quais as instituições governamentais e não governamentais que atuam junto aos produtores rurais?

Instituições	Period.	Ações que desenvolvem
() Instituto Natureza do Tocantins Naturatins:		
() Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins:		
() Prefeitura de Palmas:		
() Outros:		
() Nenhuma		

II.9 - Vocês são beneficiados por algum programa do Governo (Federal, Estadual ou Municipal)? Quais?

II.10 - Pertence a alguma associação/sindicato? () Sim () Não**II.10.1 - Nome:** _____**II.10.2 - Quando se reúnem:** _____**II.10.3 - Seria possível participarmos de alguma reunião? () Sim () Não****II.10.4 - Contato da Associação.****II.10.5 - Nome do responsável:** _____**II.10.6 - Endereço/telefone:** _____**III - INFRA-ESTRUTURA****III.1 - Estradas:**

() Bem Conservadas () Mal Conservadas

Se mal conservadas, relatar os principais problemas enfrentados com as estradas.

III.2 - Escolas

() Sim () Não

Os principais problemas enfrentados com as escolas?

III.3 - Energia Elétrica

() Sim () Não Que tipo? _____

III.4 - SAÚDE**III.4.1 - Posto de Saúde**

() Sim () Não

Os principais problemas enfrentados com a saúde?

III.4.2 - Há quantos quilômetros se localiza o mais próximo? _____

III.4.3 – Se existe o Programa de Agente Comunitário de Saúde e qual é a periodicidade das visitas?

() Sim () Não Periodicidade: _____

III.4.4 - Quais as principais “doenças” que ocorrem?

III.4.5 - Faz uso de plantas medicinais? () Sim () Não
Quais?

III.4.6 - Alguém da propriedade já teve suspeita de contaminação por defensivos agrícolas.

() Sim () Não () Não sei

IV - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA / FONTE DE RENDA:

IV.1 – Qual o principal uso da propriedade?

() Lazer () Agricultura () Subsistência () Comércio
() Turismo () Pecuária () Subsistência () Comércio
() Outro _____

IV.2 - Agricultura:

Tipo de cultura	Área Produzida	Quant. Produzida	Quant. Comercializada	Local Onde Vende
() Arroz				
() Feijão				
() Milho				
() Mandioca				
() Soja				
() Pasto				
()				
()				

IV.3 – O (a) senhor (a) conhece alguma prática de conservação do solo?

() Sim () Não

Se sim, quais? _____

IV.4 - Quais as práticas agrícolas que o senhor(a) utiliza?

() Preparo feito com Máquinas () Calagem

- ☐ Curvas de nível ☐ Análise de solo
☐ Rotação de culturas ☐ Plantio direto
☐ Roça de toco () Outras: _____
☐ Tração animal ☐ Nenhuma
☐ Fosfatagem

IV.5 - O (a) senhor (a) utiliza fogo para o preparo da área?

- ☐ Sim ☐ Não

IV.5.1 - Em caso afirmativo:

- ☐ Faz queimada controlada, com licença.
☐ Faz queimada controlada, sem licença. Por que não? _____
☐ Queima sem controle. Por que? _____

IV.6 - Agrotóxicos:

IV.6.1 - Utiliza agrotóxicos?

- ☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo:

IV.6.1.1 - Quais os produtos o (a) Sr (Sr^a) mais utiliza?

IV.6.1.2 - Utiliza EPI (Equipamento de proteção individual)?

- ☐ Sim ☐ Não

Se não, por quê?

IV.6.2 - Qual a Destinação das embalagens vazias?

- ☐ Lava as embalagens e reutiliza para outros fins.
☐ Realiza a tríplex lavagem. Onde? _____
☐ Realiza a tríplex lavagem e devolve no local indicado.
☐ Descarta em qualquer lugar / junto com o restante do lixo.
☐ Outro. _____

IV.6.3 - O (A) senhor (a) recebe orientação técnica para utilização de agrotóxicos?

- ☐ Sim. De quem? _____
☐ Não

IV.7 - Produção Animal:

Tipo de animais	Quant.	Onde joga os dejetos	Local de Criação	Acesso ao rio	
				Sim	Não
☐ Bovino					
☐ Suíno					
☐ Ovino					
☐ Apicultura					

☐ Caprino					
☐ Equinos					
☐					
☐					

IV.7.1 – Qual o transporte que o (a) senhor (a) utiliza para escoar a produção?

IV.8 – O (A) Senhor (a) participa de algum programa de crédito financiamento?

☐ Sim, Qual: ☐ Não

☐ Banco do Brasil ☐ Banco da Gente

☐ BASA ☐ Outros: _____

IV.09 - Outras fontes de Renda:

☐ Emprego assalariado ☐ Venda de mão-de-obra temporária

☐ Aposentadoria ☐ Outros: _____

IV.10 - Faixa Salarial (Considerar toda a renda da familiar)

☐ 1 Salário Mínimo ☐ 2 Salários Mínimos

☐ 1,5 Salários Mínimos ☐ 3 Salários Mínimos

☐ Acima de 3 Salários ☐ Não informou.

IV.10.1 - Qual é a média mensal de despesas familiares (roupas, alimentação, remédio, etc) (em R\$)? _____

IV.11 - Se vocês pudessem optar por outra atividade econômica, qual seria?

V - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA:

V.1 - O (A) Senhor (a) é o proprietário da terra?

☐ Sim ☐ Não

V.1.1 – N. Proprietário(a): _____ Apellido _____

V.1.2 - Endereço: _____

V.1.3 – Morador(a): _____ Apellido _____

V.1.2 - Qual a forma de “domínio”?

☐ Posse ☐ Título Provisório ☐ Título Definitivo

☐ Direito de uso ☐ Arrendamento

☐ Parcelamento de Assentamento ☐ Outra, _____

VI - MEIO AMBIENTE:

VI.1 - Resíduos sólidos:

Qual a destinação do lixo produzido?

- () Joga fora em qualquer lugar.
 () Enterra
 () Queima
 () Outra. Qual? _____

VI.2 - Saneamento:

VI.2.1 - Possui instalação Sanitária?

- () Sim () Não

VI.4 - Qual é o tipo de instalação sanitária?

- () Fossa Negra.
 () Sumidouro.
 () Privada
 () Outros: _____

VI.5 - Procedência da água para consumo humano:

- () Ribeirão
 () Cisterna
 () Outros: _____

VI.6 - Utiliza algum tipo de tratamento na água de consumo?

- () Sim, Qual: () Ferve () Filtra () Hipoclorito
 () Não

VIII - RECURSOS NATURAIS:

VIII.1 - Quais os principais problemas em relação ao meio ambiente o Senhor(a) considera que existem na sua propriedade?

VIII.2 - Quais os principais animais que mais aparecem na região?

VIII.3 - Utilização dos Recursos Naturais

O (A) senhor (a) utiliza os recursos naturais existentes?

- () Peixe. Quais? _____
 () Caça de animais silvestres. Quais? _____
 () Coleta de sementes. Quais? _____
 () Coleta de frutos. Quais? _____
 () Outros. Quais? _____
 () Nenhum

VIII.4 - A propriedade Rural é Licenciada?

- () Sim () Não

VIII.5 - Reserva Legal:

- () Existe reserva legal na propriedade. **Averbada** () Sim () Não
 () Não existe reserva legal na propriedade.

- () Existe a reserva mas não conservada.
 () Existe a reserva legal conservada.

VIII.6 - Área de Preservação Permanente – APP

- () Mata Ciliar - Largura Preservada _____
 () Nascente/Olho d' água - Largura Preservada _____
 () Morro/Encosta
 () Não possui

IX - USO DA ÁGUA

IX.1 - Faz captação/armazenamento das águas pluviais?

- () Sim () Não

IX.1.1 - Se sim qual a destinação?

- () Irrigação. Qual o tamanho da área irrigada? _____
 () Consumo Humano
 () Dessedentação de animais.
 () Outros: _____

IX.2 - Utiliza algum sistema de irrigação?

- () Sim () Não

IX.2.1 – Se sim, qual?

- () Aspersão convencional () Gotejamento
 () Irrigação manual com mangueiras / baldes () Sulcos / declividade

IX.2.2 - Procedência da água de irrigação:

- () Ribeirão () Poço Artesiano
 () Cisterna () Outro: _____

IX.2.3 - Se do ribeirão: Utiliza barramento? () Sim () Não

IX.2.3.1 - Qual a distância do corpo hídrico em relação à plantação:

- () Menos de 30 metros () 31 a 50 metros
 () 51 a 100 metros () 101 a 150 metros
 () 151 a 200 metros () Mais de 201 metros

IX.3 - O (A) Sr. (Srª) considera a quantidade de água disponível:

IX.3.1 – Para irrigação

- () Insuficiente () Suficiente
 () Comprometida () Não soube responder

IX.3.2 – Para uso geral.

- () Insuficiente () Suficiente
 () Comprometida () Não soube responder

IX.4 - Nos últimos anos tem aumentado sua demanda por água para irrigação:

- () Sim () Não

IX.4.1 - Se sim, por quais motivos?

IX.5 - Nos últimos anos a disponibilidade hídrica da propriedade:

- () Aumentou () Estabilizou
() Diminuiu () Não sei

IX.6 - O (A) Senhor (a) percebeu que o manancial está assoreando ao longo dos anos ?

- () Sim () Não

IX.6.1 – Se sim, quais são as causas desse assoreamento?

IX.7 - Mata Ciliar

- () O Ribeirão é protegido com mata ciliar nativa
() O Ribeirão está desprotegido
() O Rib. está desprotegido, mas o replantio com espécies nativas está sendo realizado.
() O Ribeirão está desprotegido e nenhuma medida está sendo tomada

IX.8 - O (a) senhor (a) sabe o que é mata ciliar e qual sua importância?

- () Sim () Não

Entrevistador:

Data da entrevista: ____/____/____

I - IDENTIFICAÇÃO

- Nome do Proprietário: _____

Apelido _____

- Nome do Morador: _____

Apelido _____

- Nome da Propriedade: _____

- Endereço: _____

- Coordenadas: E(m): _____ N (m): _____

- Seqüência das Fotos: _____

Observações:

Orientação para observação do pesquisador, quando da realização das entrevistas

APÊNDICE B: Coordenadas geográficas das 173 chácaras do Assentamento Coqueirinho

Questionário	E(m)	N(m)	Questionário	E(m)	N(m)
1	804.544,00	8.867.535,00	88	800.552,00	8.862.004,00
2	804.165,00	8.867.782,00	89	799.129,00	8.860.542,00
3	798.596,00	8.861.192,00	90	800.125,00	8.860.725,00
4	798.670,00	8.861.582,00	91	799.905,00	8.860.374,00
5	798.724,00	8.863.366,00	92	809.950,00	8.859.616,00
6	798.895,00	8.861.658,00	93	797.920,00	8.860.720,00
7	799.150,00	8.866.071,00	94	797.921,00	8.864.600,00
8	798.487,00	8.863.372,00	95	797.922,00	8.864.721,00
9	798.569,00	8.863.276,00	96	797.923,00	8.864.724,00
10	799.171,00	8.863.508,00	97	797.924,00	8.864.622,00
11	798.965,00	8.863.480,00	98	797.565,00	8.865.621,00
12	798.592,00	8.863.394,00	99	797.554,00	8.865.120,00
13	798.504,00	8.863.624,00	100	798.474,00	8.863.854,00
14	798.486,00	8.863.412,00	101	798.474,00	8.866.420,00
15	799.067,00	8.863.774,00	102	798.033,00	8.866.433,00
16	799.149,00	8.863.576,00	103	813.264,00	8.856.402,00
17	799.088,00	8.863.686,00	104	812.760,00	8.855.948,00
18	799.152,00	8.863.620,00	105	814.630,00	8.855.952,00
19	799.284,00	8.862.760,00	106	796.812,00	8.861.704,00
20	799.264,00	8.862.844,00	107	797.205,00	8.861.706,00
21	797.904,00	8.861.726,00	108	797.390,00	8.861.970,00
22	799.229,00	8.862.598,00	109	796.963,00	8.861.688,00
23	798.361,00	8.861.916,00	110	798.514,00	8.862.166,00
24	799.370,00	8.862.808,00	111	798.319,00	8.862.136,00
25	797.313,00	8.861.904,00	112	805.069,00	8.865.292,00
26	796.929,00	8.861.410,00	113	810.399,00	8.867.030,00
27	796.977,00	8.861.616,00	114	813.913,00	8.856.492,00
28	816.335,00	8.857.484,00	115	814.122,00	8.856.326,00
29	812.961,00	8.857.764,00	116	815.456,00	8.855.169,00
30	813.093,00	8.857.680,00	117	814.050,00	8.856.050,00
31	814.208,00	8.857.464,00	118	810.756,00	8.858.920,00
32	814.693,00	8.857.164,00	119	816.560,00	8.857.360,00
33	814.158,00	8.856.980,00	120	797.838,00	8.859.032,00
34	814.209,00	8.857.464,00	121	799.253,00	8.859.275,00
35	813.746,00	8.856.650,00	122	810.274,00	8.859.436,00
36	813.262,00	8.857.624,00	123	810.220,00	8.859.378,00
37	812.961,00	8.857.761,00	124	810.334,00	8.859.396,00
38	815.464,00	8.857.484,00	125	799.293,00	8.859.860,00
39	811.870,00	8.869.486,00	126	799.296,00	8.859.860,00
40	811.600,00	8.869.410,00	127	799.176,00	8.860.015,00
41	812.211,00	8.866.866,00	128	799.327,00	8.859.891,00
42	812.873,00	8.856.077,00	129	799.221,00	8.861.736,00
43	813.052,00	8.856.272,00	130	799.251,00	8.861.705,00
44	813.422,00	8.856.606,00	131	794.395,00	8.860.055,00
45	813.147,00	8.856.456,00	132	799.187,00	8.860.036,00
46	813.350,00	8.856.530,00	133	798.077,00	8.859.717,00
47	813.595,00	8.856.592,00	134	799.281,00	8.861.705,00
48	822.363,00	8.560.716,00	135	803.581,00	8.857.804,00
49	815.689,00	8.854.909,00	136	797.888,00	8.857.913,00
50	817.430,00	8.852.972,00	137	798.266,00	8.856.835,00
51	806.088,00	8.858.990,00	138	798.043,00	8.858.152,00
52	807.541,00	8.859.356,00	139	815.805,00	8.854.382,00

53	797.810,00	8.858.106,00	140	814.546,00	8.854.382,00
54	796.942,00	8.857.826,00	141	814.545,00	8.856.049,00
55	797.346,00	8.858.144,00	142	814.465,00	8.856.308,00
56	797.502,00	8.857.956,00	143	815.456,00	8.855.169,00
57	797.137,00	8.858.092,00	144	799.892,00	8.868.072,00
58	797.179,00	8.857.916,00	145	799.616,00	8.860.082,00
59	797.037,00	8.858.158,00	146	800.189,00	8.859.736,00
60	797.002,00	8.858.054,00	147	799.371,00	8.859.824,00
61	796.884,00	8.858.514,00	148	798.875,00	8.859.982,00
62	797.604,00	8.858.890,00	149	810.898,00	8.858.866,00
63	797.467,00	8.859.218,00	150	810.422,00	8.859.182,00
64	796.564,00	8.858.800,00	151	813.064,00	8.857.925,00
65	796.775,00	8.858.578,00	152	811.198,00	8.857.866,00
66	796.425,00	8.860.544,00	153	813.708,00	8.857.157,00
67	796.970,00	8.859.350,00	154	813.325,00	8.857.440,00
68	796.919,00	8.859.700,00	155	798.224,00	8.861.067,00
69	796.797,00	8.859.906,00	156	798.015,00	8.861.055,00
70	796.903,00	8.860.058,00	157	797.925,00	8.860.837,00
71	796.640,00	8.860.374,00	158	797.986,00	8.860.764,00
72	796.648,00	8.858.912,00	159	797.433,00	8.860.764,00
73	796.754,00	8.860.212,00	160	797.582,00	8.860.886,00
74	796.759,00	8.859.230,00	161	797.582,00	8.860.886,00
75	797.116,00	8.857.652,00	162	797.517,43	8.861.905,17
76	796.923,00	8.858.462,00	163	797.486,20	8.861.813,19
77	816.041,00	8.854.423,00	164	797.483,16	8.861.813,22
78	804.994,00	8.866.476,00	165	798.579,00	8.858.448,00
79	804.911,00	8.866.348,00	166	808.275,00	8.859.510,00
80	804.958,00	8.865.506,00	167	809.279,00	8.859.140,00
81	804.800,00	8.866.006,00	168	809.953,00	8.859.524,00
82	805.036,00	8.865.022,00	169	798.243,00	8.860.881,00
83	805.048,00	8.864.828,00	170	798.657,00	8.861.163,00
84	804.854,00	8.863.346,00	171	798.199,00	8.860.889,00
85	804.753,00	8.865.840,00	172	797.985,00	8.867.226,00
86	804.806,00	8.865.702,00	173	805.985,00	8.887.485,00
87	801.284,00	8.865.918,00			

ANEXO

ANEXO A: Certidões de matrícula do imóvel